

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A “QUESTÃO SOCIAL” NA ORIGEM DO CAPITALISMO:  
pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**

**RODRIGO CASTELO BRANCO**

Junho de 2006

A “QUESTÃO SOCIAL” NA ORIGEM DO CAPITALISMO:  
pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels

**RODRIGO CASTELO BRANCO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientação: Prof. Carlos Nelson Coutinho

Rio de Janeiro  
Junho de 2006

A “QUESTÃO SOCIAL” NA ORIGEM DO CAPITALISMO:  
pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels

RODRIGO CASTELO BRANCO

ORIENTADOR: PROF. CARLOS NELSON COUTINHO

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Aprovada por:

---

Presidente, Prof. Carlos Nelson Coutinho

---

Prof. Dr. José Paulo Netto

---

Profª Drª Virginia Fontes

Rio de Janeiro  
Junho de 2006

Castelo Branco, Rodrigo.

A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels/ Rodrigo Castelo Branco. –Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Serviço Social, 2006.

ix, 164f

Orientador: Carlos Nelson Coutinho

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ESS/Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2006.

Referências bibliográficas: f. 174-181

1. “Questão Social”; 2. Movimento Operário. I. Coutinho, Carlos Nelson. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. A “questão social” na origem do capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels.

## RESUMO

A “QUESTÃO SOCIAL” NA ORIGEM DO CAPITALISMO:  
pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels

RODRIGO CASTELO BRANCO

ORIENTADOR: PROF. CARLOS NELSON COUTINHO

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Na contemporaneidade, um dos principais debates teórico e político é sobre a pobreza e as desigualdades sociais. No Brasil, este debate ganha maior importância devido ao fato do país apresentar uma das piores distribuições de renda e riqueza do mundo e índices sociais da periferia capitalista. As diversas contribuições ao debate se mostram insuficientes do ponto de vista teórico e infrutíferas no campo das políticas públicas e das transformações sociais. Apesar das inúmeras abordagens e formas de tratamento da “questão social” por parte dos governos conservadores, liberais e social-democratas, o problema persiste e vem se agravando ao longo do tempo. Quando chegamos a este ponto, é preciso retornar às origens, reavaliando o passado para transformar o presente e construir o futuro. A presente dissertação, portanto, tem como objeto de estudo a “questão social” na origem do capitalismo. Além da análise da passagem do feudalismo para o capitalismo, embasada em autores como Ellen Woods, Eric Hobsbawn e Leo Huberman, e das consequências sócio-econômicas desta transição histórica, a pesquisa utilizar-se-á da obra científica de Karl Marx e Friedrich Engels para uma análise teórica da “questão social” no capitalismo nascente.

**Palavras-chave:** “questão social”; capitalismo; movimento operário; Karl Marx; Friedrich Engels

Rio de Janeiro  
Junho de 2006

## ABSTRACT

The social question in the origins of capitalism: pauperism and labour movement in the Marx and Engels' social theory

RODRIGO CASTELO BRANCO

ORIENTADOR: PROF. CARLOS NELSON COUTINHO

*Abstract* da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Nowadays, one of the most theoretical and political worldwide scenario debates refers to poverty and social differences. In Brazil, this subject is even more discussed as the country presents one of the worst revenue and welfare shares, as the researches around its capitalist peripherals.

Hence, these discussions have shown themselves as insufficient from theoretical perspective, and furthermore, from the public sector and social transformation, besides innumerable approaches and actions for 'social question' from liberal and social-democrat government, this problem remains gaining power throughout time. When scenarios alike emerge, it's necessary to return to fundamental researches, evaluating the past to build the future.

This paper have as main objective the social-matter research to basic principals from capitalism. Besides the analysis from feudalism to capitalism, based on authors as Ellen Woods, Eric Hobsbawn and Leo Huberman, and its social-economic consequences of this historical transition, this work have been also based on Karl Marx and Friedrich Engels, leading to an theoretical view of 'social question' on capitalism.

**Key-words:** "Social question"; capitalism; labour movement; Karl Marx; Friedrich Engels

Rio de Janeiro  
Junho de 2006

À Vanessa, pelo amor e paciência e  
Lalá, rima de pura poesia

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a minha família, em especial pais e irmãs, e amigos, que, de diferentes maneiras, ajudaram na minha formação pessoal e intelectual. Aqui não cabe destacar nomes em particular, pois quem lher estas breves palavras saberá se reconhecer nelas;

Ao meu orientador Carlos Nelson Coutinho, que abriu diversas portas onde antes eu só via labirintos sem fim. A partir das suas aulas e orientações, pude, sem perder minha identidade política e teórica, trilhar novos caminhos, sem nunca cair nas armadilhas do ecletismo;

Aos meus membros da banca Aloisio Teixeira, mestre de primeira hora, e José Paulo Netto e Virginia Fontes, que foram extremamente importantes na definição dos meus temas e objetos de pesquisa e, acima de tudo, pelo enraizamento das minhas convicções teórico-metodológicas;

Aos diversos companheiros da Escola de Serviço Social – Adriana Ilha, Anna Costa, César Henrique Miranda, Dulcéa Machado, Eblin Farage, Fernando Leitão, Fernando Velloso, Francine Santos, Ranieri de Oliveira e Tatiana Brettas –, aos professores José María Gómez, Maria de Fátima Cabral, Nobuco Kameyama e Yves Leubaspin e às funcionárias Iêda Viot, Luiza Pessoa e Maria de Nazaré, que me acolheram como um par, e não como um economista auto-exilado;

À Mirla Cisne e Tatiana Brettas, minhas queridas revisoras de editoração e padronização das normas ABNT; à Adriano Leal, “consultor” de detalhes técnicos do Word e da impressão da dissertação;

Parte importante da minha formação acadêmica desenvolveu-se dentro de dois centros de pesquisa da UFRJ. Primeiro devo agradecer aos coordenadores e membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas Marxistas (NEPEM) da ESS/UFRJ. Em segundo lugar, dirijo um singelo agradecimento à professora Maria Lídia, que me proporcionou, durante as atividades de formação política com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), uma das mais gratificantes experiências durante o mestrado. E, por último, mas não menos importante, um agradecimento todo especial aos companheiros do Laboratório de



Estudos Marxistas (LEMA), do Instituto de Economia, dos quais destaco o querido mestre Tauile e os inestimáveis companheiros Frederico Valente e Pablo Bielschowsky.

Por fim agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro durante os dois primeiros anos de pesquisa.

# SUMÁRIO

## **INTRODUÇÃO .....12**

## **I. O LONGO PROCESSO DE GÊNESE DO CAPITALISMO: DA CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA À PRIMAVERA DOS POVOS .....25**

I.1. A CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA	29
I.1.1. A MERCANTILIZAÇÃO E OS CERCAMENTOS DAS TERRAS COMUNAIS .....	33
I.1.2. A LEGISLAÇÃO SANGUINÁRIA CONTRA OS PROLETÁRIOS SEM DIREITOS .....	41
I.2. COOPERAÇÃO E MANUFATURA	46
I.3. A GRANDE INDÚSTRIA	51
I.4. O MOVIMENTO OPERÁRIO EUROPEU E UMA HISTÓRIA DAS SUAS LUTAS	56
I.4.1. A UNIÃO OPERÁRIA E OS SINDICATOS .....	57
I.4.2. O PARTIDO POLÍTICO E OS COMUNISTAS .....	60
I.4.3. PRIMAVERA EM PARIS .....	69

## **II. A FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DO OPERARIADO EUROPEU: CLASSE EM SI, CLASSE PARA SI.....75**

II.1. A CATEGORIA ‘CLASSE SOCIAL’ SEGUNDO A TEORIA DE MARX E ENGELS	76
II.1.1. ENGELS E A SITUAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA NA INGLATERRA.....	76
II.1.2. EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO HUMANA	82
II.1.3. A CLASSE UNIVERSAL .....	87
II.1.4. A AUTO-EMANCIPAÇÃO DO PROLETARIADO .....	90
II.1.5. O REINO DA PRODUÇÃO COMO <i>LOCUS</i> DA “QUESTÃO SOCIAL”.....	96
II.1.6. LUTA DE CLASSES E PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA.....	102
II.2. CLASSE EM SI, CLASSE PARA SI	107
II.2.1. DUAS FORMAS DE TRATAMENTO TEÓRICO DA CATEGORIA ‘CLASSE SOCIAL’ .....	109
A. <i>O CAPITAL</i> E A INVESTIGAÇÃO TEÓRICA DAS CLASSES .....	109
B. <i>O 18 BRUMÁRIO</i> E A ESTRUTURA EMPÍRICA DAS CLASSES .....	110
II.2.2. CRISES ECONÔMICAS, PAUPERISMO E REVOLUÇÃO .....	114

## **III. A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: TRABALHO ASSALARIADO, CAPITAL E PAUPERISMO .....118**

III.1. OS PRIMEIROS ESBOÇOS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA	118
III.2. ALIENAÇÃO, FETICHISMO E O DESVENDAMENTO DO MUNDO OCULTO DA PRODUÇÃO	123
III.2.1. OS <i>MANUSCRITOS ECONÔMICO-FILOSÓFICOS</i> .....	126
III.2.2. TRABALHO ASSALARIADO, PROPRIEDADE PRIVADA E ALIENAÇÃO ECONÔMICA .....	130
III.2.3. RASCUNHOS E A VERSÃO FINAL DO FETICHISMO DA MERCADORIA .....	134
III.3. EXPLORAÇÃO, MAIS-VALIA E PAUPERISMO	141
III.3.1. IGUALDADE, LIBERDADE E EXPLORAÇÃO .....	142
III.3.2. PAUPERISMO ABSOLUTO E RELAÇÕES DE PODER NA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA NACIONAL.....	147

III.3.3. ACUMULAÇÃO CAPITALISTA, PAUPERISMO RELATIVO E ABOLIÇÃO DO SISTEMA  
ASSALARIADO ..... 154

**IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 166**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ..... 174**

## INTRODUÇÃO

As ideologias dominantes, em versões laicas e religiosas, proferiam o caráter eterno e a-histórico das desigualdades sociais visando garantir e legitimar a ordem estabelecida pelas classes exploradoras. Pouco ou nada se falava sobre as origens sociais e históricas da desigualdade humana; quando muito, dissertava-se sobre as diferenças biológicas, físicas e capacidades mentais e habilidades manuais dos indivíduos. Desde o Renascimento, autores humanistas como o diplomata inglês Thomas Morus e o sacerdote alemão Thomas Münzer, já denunciavam, respectivamente, por meio dos seus livros e pregações, as mazelas sociais da dissolução do modo de produção feudal e o conseqüente nascimento do capitalismo. Foi, contudo, no período da Revolução Industrial, que a idéia da desigualdade social ser vista como um fato natural, aceitável e até mesmo inalterável, foi desconstruída. A isto muito se deve às teorias de Karl Marx e Friedrich Engels.

Em modos de produção pré-capitalistas, a pobreza e as desigualdades sociais eram intimamente ligadas à escassez, consoante o baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção associadas àquelas. Já no capitalismo, adquirem uma nova lógica e dinâmica, estando associadas à produção de riqueza, ou seja, a escassez passa a ser uma produção social, e não mais resultado da ordem natural. Mas, em ambos os casos, a pobreza e as desigualdades sociais podem ser relacionadas à divisão da sociedade em classes sociais e à existência da propriedade privada.

A emergência do modo de produção capitalista fez-se sentir em todas as esferas da vida humana. A agricultura britânica viveu momentos de profundas rupturas e transformações. A posse da terra passou por um processo de concentração nas mãos de grandes proprietários, com a desapropriação dos pequenos lotes familiares, das terras da Igreja e, principalmente, das terras comunais dos camponeses medievais. Tal processo levou a um maciço êxodo rural, aumentando a população urbana e a oferta de mão-de-obra para a manufatura.

Os trabalhadores rurais viram-se no meio de um turbilhão de mudanças que mal podiam compreender. Expulsos da sua terra, alijados dos seus meios de produção e de reprodução sociais, eram, naquele momento, obrigados a subsistir nas cidades urbanas em péssimas condições de vida. Haviam-se tornado mercadorias para a indústria, consumidos dentro e fora do processo de produção fabril. A natureza havia sido reduzida à terra, o

homem à mercadoria “força de trabalho”. Entretanto, a despeito das previsões mais pessimistas, uma nova costura deu unidade aos retalhos remanescentes do sistema feudal: a economia de mercado, auto-regulável, que teve como símbolo máximo a indústria moderna (POLANYI, 2000 [1942]).

As ruas, os espaços públicos e, principalmente, a população urbana, proletária, passaram a freqüentar não só as páginas de livros, folhetins e panfletos revolucionários, mas também o imaginário das classes dominantes. Os fenômenos da sociedade industrial e sua classe trabalhadora foram a matéria-prima de literatos europeus como Victor Hugo, Charles Dickens, Charles Baudelaire e Émile Zola, que representaram a multidão operária do século XIX a partir de uma estética realista e naturalista. O admirável mundo novo do capitalismo despertou fascínio e deslumbramento nos literatos, então acostumados a retratar o mundo privado dos salões da aristocracia feudal e da burguesia pujante da época.

Diante da nova realidade social, expressa cotidianamente na multidão solitária das grandes cidades européias, a literatura respirou novos ares, ainda que assustada e preocupada com a formação do mundo do trabalho, um mundo capaz de contestar a ordem do capital. Por trás da representação estética do caótico, incerto, fragmentado dos espaços urbanos tomados pelas hordas das “classes perigosas”, está o trabalho, sob a égide do capital, como organizador da vida cotidiana. A precisão dos relógios e dos cronômetros regula o tempo útil do trabalho, da máquina e seus autômatos humanos; a lógica ordenadora do trabalho cronometrado e parcializado das fábricas, regidas pela disciplina imposta pelos contramestres, expande-se por toda a sociedade, abarcando a tudo e a todos, cidade e campo, operários e camponeses, trabalhadores e desempregados. “[A lógica do tempo abstrato] arranca o homem da lógica da natureza, dos dias de duração variada de acordo com as tarefas a cumprir no decorrer das diversas estações do ano, e o introduz ao tempo útil do patrão, o tempo abstrato e produtivo, o único concebido como capaz de gerar abundância e riqueza, e, mais importante ainda, o único capaz de constituir a sociedade disciplinada de ponta a ponta” (BRESCIANI, 1984, p.18).

Os trabalhadores, a partir da inserção no processo de produção capitalista, dispunham da faculdade de partilhar da sociedade mercantil, mas não gozavam do direito de participar da comunidade política, atividade esta garantida aos homens racionais e que possuíam renda suficiente. De acordo com a visão liberal da época, os trabalhadores eram

seres incapazes de atuar racionalmente no campo da política, pois possuíam um nível intelectual baixo devido as duras condições sociais de uma vida de trabalho pesado e manual. “Objeto de solicitude, de piedade e de escárnio, às vezes até de temor, os pobres não estão em condições de pertencer como membros de pleno direito de uma comunidade moral, o que, vale a pena lembrar, não os livra de estarem submetidos a ela e às suas leis. Estão na sociedade moral, civil, mas dela só participam com o trabalho” (BRESCIANI, 1984, p.88).

Temos, assim, a liberdade à exploração do trabalho pelo capital e o nascimento do governo representativo burguês, excludente dos interesses dos trabalhadores. A sociedade capitalista, tendo o trabalho como uma atividade central e reguladora, produtora da riqueza dos burgueses, incluía forçosamente os agentes do mundo da produção no plano econômico, e os excluía da vida política.

Enquanto o capitalismo expandia-se por todo o globo terrestre e conhecia novas terras, povos e culturas, exterminando-os na maior parte das vezes, ignorava por completo a periferia das suas cidades: os bairros proletários eram descritos como uma terra estranha, repleta de mistérios e desafios e, seus habitantes, os trabalhadores, eram tidos como seres selvagens e bárbaros, membros de uma “classe perigosa”. Este quadro de isolamento e esquecimento da situação da classe operária inglesa vai ser modificado a partir das pressões populares originárias dos trabalhadores, que passam a se organizar coletivamente para atuar de forma consciente e racional na comunidade política em favor dos seus próprios interesses, arrancando e conquistando importantes avanços democráticos e sociais.

*“Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos”.*  
(IAMAMOTO, 2003, p.66, grifos da autora)

A formação da classe trabalhadora inglesa, enquanto formação social e cultural, foi um longo processo que teve, segundo o historiador britânico E.P. Thompson, seu início no final do século XVIII. Desde a Sociedade Londrina de Correspondência (SLC), fundada em 1792, os trabalhadores colocaram-se a seguinte questão: “nós, que somos artesãos, lojistas e artífices mecânicos, temos algum direito a obter uma reforma parlamentar?” (THOMPSON,

2004 [1963], p.16). Todos os membros da SLC decidiram que tinham tal direito e que tinham também, o que é mais importante, capacidade de intervenção direta e autônoma sobre o desafio posto.

Os embriões da organização, propaganda e agitação da classe trabalhadora estavam sendo germinados nestas pequenas agremiações de correspondência, embora seus principais membros não tivessem a noção exata da magnitude dos seus atos. O lema da SLC – “que o número de nossos membros seja ilimitado” – foi emblemático da nova etapa das lutas populares na Inglaterra, pois “significa[va] o término de qualquer noção de exclusividade, de política como reserva de uma elite hereditária ou de um grupo proprietário” (THOMPSON, 2004 [1963], p.20).

A classe média vitoriana e as classes dominantes inglesas passaram a cultivar uma espécie de sensibilidade social por volta da década de 1790, logo após estourar a Revolução Francesa, período correspondente ao que poderíamos chamar de primórdio da “questão social”. Estas preocupações humanistas, realçadas com uma retórica de solidariedade e fraternidade, não foram um impulso interno da boa alma dos proprietários, sensibilizados com a miséria dos trabalhadores, então causada pela Revolução Industrial; elas são, antes de tudo, uma reação conservadora ao despertar político das classes trabalhadoras inglesas, inflamada pelos acontecimentos revolucionários no continente, pela leitura de *Direitos do Homem*, de Thomas Paine e, principalmente, pela situação material das suas vidas, marcadas pela miséria extrema.

Tão rápido quanto o agitação da classe trabalhadora, foi a contra-revolução burguesa, oferecendo, de um lado, um assistencialismo paroquial e a repressão estatal, e, de outro, boas doses de sermões sobre “paciência, trabalho, sobriedade, frugalidade e religião”, nos dizeres de Edmund Burke. “Para ser mais preciso, a maioria dos homens e mulheres de posses sentiu a necessidade de pôr em ordem as casas dos pobres” (THOMPSON, 2004 [1963], p.58).

O dito humanismo das classes dominantes surge como uma constante na história da luta de classes no capitalismo, sempre que vêm ameaçados os seus interesses. Diante da ebulição social provocada pelas reações populares contra a nova lei dos pobres (1834) e pelo movimento cartista, as classes dominantes inglesas viram seus maiores temores ganharem as ruas das principais cidades do país, com milhares de trabalhadores

reivindicando direitos políticos, como o sufrágio universal masculino e direito à organização, e conquistas sociais, como a redução da jornada de trabalho. Das sombras das periferias às luzes da ribalta, os trabalhadores passaram celeremente a ser motivo de preocupação das classes dominantes, dada a nova conjuntura política de protestos e reivindicações vindas de baixo, dos dominados.

Entre 1830 e 1840, surgiram diversos estudos, patrocinados pelo Estado britânico, sobre a “questão social”. A partir de 1845, as autoridades públicas fizeram inspeções rotineiras às fábricas. Segundo tais estudos, a “questão social” era estritamente relacionada à concentração populacional, imigração do campo para a cidade, urbanização, industrialização e baixa eficiência do Estado na área social a partir da leis dos pobres.

O esquecimento e desprezo deram lugar ao repentino interesse da classe burguesa pelas condições de vida e de trabalho dos operários. As péssimas condições de vida da classe trabalhadora só passaram a ser percebidas pela burguesia e seu comitê executivo quando a luta operária ganhou força e expressão na arena política, com os sindicatos e partidos políticos proletários. Antes, pauperismo e fome eram um problema exclusivo dos pobres operários escondidos nas periferias dos grandes centros urbanos. A partir das lutas sociais e políticas do proletariado, surge a “questão social”.

*A ‘questão social’ não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2000, p.77)*

A “questão social”, enquanto categoria teórica e problemática histórica, emergiu no cenário europeu em meados do século XIX, quando a classe proletária, então liderada pelas suas franjas operárias, impôs-se como um ator político independente e autônomo, lutando e reivindicando soluções para suas mazelas, tais como pauperismo, fome, péssimas condições de habitação, degradação do espaço urbano, dentre outras tantas. Estamos diante de necessidades sociais prementes sendo transformadas em demanda política coletiva, organizada e consciente dos seus meios e objetivos.



As múltiplas expressões da “questão social” tornam-se um problema a ser enfrentado pelas classes dominantes quando sua antípoda, a classe trabalhadora, organiza-se em torno de sujeitos coletivos que dão voz, expressão e ação aos interesses proletários, demandando e exigindo reformas no sistema capitalista, ganhos econômicos parciais, plenos direitos de cidadania e, num sentido mais radical, a supressão do capitalismo por uma nova ordem social, o socialismo.

Ora, diante das pressões advindas da mobilização dos trabalhadores em torno de questões políticas com um viés classista – o que podemos chamar de questão operária –, a burguesia inglesa, conjuntamente com outras classes dominantes, articulam, através da máquina estatal, uma intervenção mais eficaz sobre a “questão social”, até agora tratada por uma legislação herdada do reinado de Henrique VIII. Com a real ameaça de terem não somente perdas ocasionais, mas perdas totais, as classes dominantes abolem as antigas leis oficiais do pauperismo e adotam novas medidas (paliativas) contra a “questão social”.

O Estado e a economia política burgueses insistiram em tratar a miséria dos trabalhadores ora como algo criminoso – um delito passível de prisão e internação forçada em casas de abrigo –, ora como natural – uma condição humana presente desde a Antigüidade. Mas o problema concreto existia, e persistia, ainda segundo o ponto de vista burguês, primeiro como uma chaga social, depois como uma chaga política.

A expressão “questão social” surgiu na terceira década do século XIX (CASTEL, 1998, p.30), justamente quando também apareceu a palavra socialismo. Diversos críticos sociais, dos mais diferentes campos de atuação política e ideológica, utilizaram-se do termo para descrever as condições de vida miseráveis as quais uma enorme massa de trabalhadores foi submetida no início do capitalismo. O uso indiscriminado da expressão “questão social” acabou por fornecer-lhe diversos conteúdos e atribuições muito diferentes, mas uma coisa é certa: todos eles se referiam ao pauperismo absoluto dos trabalhadores assalariados (NETTO, 2001).

Após a Primavera dos Povos, um levante revolucionário que varreu toda a Europa no ano de 1848, a expressão “questão social” deixou de frequentar o léxico e textos das mais variadas dimensões da política e da teoria e passou a viver uma fase monogâmica com o conservadorismo burguês, ávido por reformar o sistema capitalista para conservar suas estruturas mais fortes, dentre elas, a propriedade privada dos meios de produção. O

tratamento teórico da “questão social” vai progressivamente se deslocando de uma análise sócio-histórico, capaz de circunscrevê-la dentro de uma totalidade processual e contraditória movida pela luta de classes, para uma análise naturalizada fora das relações espaço-temporais<sup>1</sup>.

De todas as maneiras, os intelectuais burgueses tentaram mascarar a existência da luta operária e a possibilidade concreta de revolução socialista, o que levaria ao fim do modo de produção capitalista. No plano ideológico, tomaram para si a categoria “questão social”, que passou a ter uma conotação aparentemente neutra pela qual o pensamento conservador vai se referir à questão operária (NETTO, 2004 [1998]: 61). No plano político, reformas sociais e políticas foram postas em prática para abrandar os efeitos deletérios da acumulação e da exploração capitalistas, sendo que, muitas vezes, tais reformas eram conquistas dos trabalhadores, e não meramente concessões da classe burguesa.

Até 1844, como nos comprovam os textos *A situação da classe operária na Inglaterra*, de Engels, e *Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social*, de Marx, os nossos autores alemães usavam a expressão “questão social” para descrever o pauperismo da classe trabalhadora. Depois de 1848, quando soaram os dobrões fúnebres da economia política, com o acirramento das lutas de classe entre proprietários e não-proprietários, Marx e Engels rapidamente abandonaram-na e passaram a referir-se aos problemas sociais sob a ótica classista dos trabalhadores. “(...) O pensamento revolucionário passou a identificar na expressão “questão social” uma tergiversação conservadora, e a só empregá-la indicando este traço mistificador” (NETTO, 2001: 156).

Já na década de 1850 e início de 60, em textos escritos para a imprensa, Marx trata dos temas de crise, pauperismo e situação dos trabalhadores fabris sem referir-se uma única vez à “questão social”, nomeando-a de questão operária<sup>2</sup>. E, por fim, em um dos seus últimos textos, Marx (1979 [1875]: 219) desdenha da expressão<sup>3</sup>, deixando claro que ela se

---

<sup>1</sup> Segundo José Paulo Netto, (2001: 157) “a análise marxiana fundada no caráter explorador do regime do capital permite, muito especificamente, situar com radicalidade histórica a “questão social”, isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa”.

<sup>2</sup> Cf. La cuestión obrera [1853]. Prosperidad. El problema obrero [1853]. La situación de los obreros ingleses [1857]. La penuria de los obreros ingleses [1862]. In: Obras fundamentales de Marx y Engels. Volumen 11, Escritos económicos menores. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1987.

<sup>3</sup> Na edição que usamos da *Crítica do Programa de Gotha*, a categoria “questão social” foi traduzida por “problema social”.

refere a muitas coisas sem dizer nada – “a luta de classes existente é substituída por uma frase de jornalista: ‘o problema social’, para cuja ‘solução’ ‘prepara-se o caminho’”.

Este abandono da categoria, todavia, não significou, é preciso frisar, o abandono da problemática da “questão social”, aqui entendida como questão operária: a exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas dos trabalhadores contra as relações sociais de produção capitalista e todas suas formas de exploração, opressão e dominação. Esta foi, ao longo da obra dos pensadores revolucionários alemães, uma constante que nunca saiu de cena.

O tema da nossa dissertação, portanto, é a “questão social” na origem do capitalismo, e o nosso objeto é a teoria social de Marx e Engels, expressão teórica das relações sociais de exploração capitalista e da luta operária pela libertação destes grilhões. O texto pretende, fundamentalmente, se inserir no debate acadêmico-científico dos assistentes sociais, tendo em vista a suma importância da “questão social” para os profissionais desta área, pois, como afirma Sara Granemann (1999, p.164), “a matéria mais comumente trabalhada é a questão social. (...) Sobre este terreno labutam os assistentes sociais, é a sua matéria de trabalho”.

São três as principais motivações para nos inserirmos neste debate da “questão social”: em primeiro lugar, as recentes transformações vivenciadas pelo capitalismo desde os anos 1970 – desmonte do Estado do Bem-Estar Social, desestruturação do fordismo, revolução tecnológica-científica, fim do padrão ouro-dólar, financeirização da riqueza, neoliberalismo etc. – levantou uma série de questionamentos, por parte de autores europeus, da validade da “questão social”.

A “questão social”, no presente, passa a ser definida pelas suas novas expressões, e não pela sua célula medular, a saber: a exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas dos trabalhadores contra esta exploração e outras formas de opressão. Enquanto a “antiga” “questão social” é tida como produto do período histórico da modernidade, da sociedade industrial clássica, a nova é ligada a uma suposta sociedade pós-industrial, pós-moderna, superadora dos antigos modos de ser e de manifestar-se do capitalismo industrial.

Pierre Rosanvallon (1998) identifica a nova “questão social” com o desemprego estrutural e as novas manifestações da pobreza e miséria, sem explicitar suas raízes históricas no conflito capital-trabalho. Ao desconsiderar os embates entre capital e trabalho,

a análise de Rosanvallon acaba por se refugiar na esfera do Estado, com a crise filosófica do Estado providência – que traz sérios riscos aos princípios organizadores da solidariedade humana –, e na esfera da distribuição, falando somente da distribuição eqüitativa da renda sem tocar nas desigualdades da esfera da produção. O paradigma da luta de classes, assim, é descartado em favor do paradigma da exclusão.

Uma outra interpretação da nova “questão social” é feita por Robert Castel (1998). Segundo o autor francês, o desemprego estrutural e a precarização das relações sociais no mercado de trabalho são características importantes da crise da década de 1970. Estas trouxeram conseqüências sociais como a desestabilização dos empregados estáveis e o processo de desfiliação de enormes contingentes de cidadãos da sociedade salarial, os agora chamados “inúteis para o mundo”. O tecido social vai esgarçando-se com os rompimentos dos laços que unem os indivíduos, sendo necessário repactuar novos contratos sociais que os unam novamente em torno de vínculos de solidariedade e comunidade.

Castel e Rosanvallon concordam com a tese de que os “novos pobres” estão inseridos numa nova lógica capitalista de vulnerabilidade social das massas e de exclusão dos seres humanos dos processos de trabalho, diferentemente das antigas formas de exploração capitalistas que deram origem ao pauperismo clássico do século XIX, o que nos leva a conclusão: segundo as suas premissas, a “antiga” “questão social” foi superada por uma “nova questão social”.

A segunda motivação, intimamente correlacionada à primeira, é a perda de precisão teórica da expressão “questão social”. É bem verdade que desde o seu início a categoria foi cunhada, sob os auspícios dos ideólogos burgueses, com o intuito de fragmentar e despolitizar a intervenção sobre a exploração capitalista, fragilizando a organização coletiva dos trabalhadores (GRANEMANN, 1999, p.164). Mas, com o desenrolar do tempo, a expressão assumiu uma espécie de nova reconceituação quando passou a ser alvo da atenção dos intelectuais marxistas, em especial aqueles ligados ao Serviço Social. Sob estas novas lentes a expressão foi relacionada com a exploração da força de trabalho, com a acumulação capitalista e a luta operária.

Hoje, o estado da arte mudou e a força argumentativa marxista, baseada nos textos clássicos de Marx e Engels e na observação objetiva das transformações do capitalismo, vem perdendo força para outros paradigmas, como o pós-moderno, que trata as

desigualdades sob um enfoque fragmentado de diversidade e de diferenças, e a pobreza sob um enfoque (estático) de exclusão. Outro paradigma teórico, por certo mais consistente do que o pós-moderno, é o baseado na teoria de Durkheim: estamos nos referindo aos trabalhos de Robert Castel<sup>4</sup>. Sem uma precisão muito clara das concepções de mundo nas quais estão assentados cada um destes paradigmas, das suas categorias teóricas e dos seus pontos de vista classistas, o debate sobre a “questão social”, dentro da categoria, corre um sério risco a deslizar para o ecletismo, como já vem ocorrendo.

Por último, a atualidade do tema “questão social” salta aos olhos do senso comum e do meio acadêmico, que podem acompanhar este debate não somente pelas publicações científicas mas também pelo noticiário dos principais meios de comunicação do nosso país, divulgadores de estudos estatais, acadêmicos e de organizações não-governamentais. Em setembro de 2003, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou um estudo que chamou a atenção de todos pelo seu título forte e marcante – *O século da desigualdade do Brasil*. Neste amplo estudo o IBGE constata que crescimento econômico e desigualdades de renda andaram juntos durante todo o século XX. As más notícias da realidade brasileira não pararam de chegar, nem mesmo do exterior. Em julho de 2004, o PNUD atestou que o Brasil ocupa a 4ª pior posição no ranking da desigualdade mundial.

Boa parte do debate brasileiro sobre “questão social” tem sido apropriado pelo pensamento conservador nacional, guiado pelas premissas da economia ortodoxa. Segundo seus principais porta-vozes, dos quais citamos Marcelo Neri, da Fundação Getulio Vargas (FGV), Ricardo Paes e Barros, do Instituto de Planejamento e Economia Aplicada (IPEA), e André Urani, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), as principais medidas políticas para combater a desigualdade, via a promoção da equidade social, são o aumento da eficiência dos gastos sociais, com focalização e maior eficiência das políticas sociais, programas de transferência de renda com resultados no curto prazo e investimentos maciços em educação para o longo prazo e estratégias de desenvolvimento local (microcrédito, redes de micro e pequenas empresas), tendo em vista que as estratégias de desenvolvimento nacional foram um fracasso no passado.

---

<sup>4</sup> Além do livro seminal *As metamorfoses da questão social*, Castel teve alguns textos publicados aqui no Brasil no livro *Desigualdade e a questão social*. Mariangela Belfiore-Wanderley, Lucia Bógus, Maria Carmelita Yasbek (orgs.). 2ª edição. São Paulo: Edusc, 2000.

Em larga medida, a argumentação conservadora gira em torno que o Estado brasileiro não gasta pouco mas gasta mal, e que o crescimento econômico não é um determinante básico para que haja distribuição de renda no país. Segundo o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, assessorado por representantes da escola econômica ortodoxa, como Marcos Lisboa e Joaquim Levy, o problema não é o montante gasto na área social, mas a qualidade do investimento e a alocação eficiente dos recursos, sendo a pobreza concentrada em negros e crianças, daí a necessidade de focalização das políticas públicas sociais. Em vez de uma política de desenvolvimento macroeconômico, uma agenda de reformas microeconômicas.

O debate político e teórico brasileiro sobre desigualdades sociais é quase inteiramente pautado pela ausência de considerações acerca das relações e formas de propriedade privada no capitalismo contemporâneo. Quando muito, fala-se em distribuição de terras com um programa nacional de reforma agrária e distribuição de renda, desenvolvimento econômico e políticas sociais universais; ou seja, o debate fica pautado, no seu flanco esquerdo, pelo reformismo do velho compromisso keynesiano e da ruptura com o modelo neoliberal.

A regressão experimentada pelo mundo do trabalho, ao contrário do que se pensa usualmente, não é uma exclusividade dos países periféricos. Na obra *O Trabalho Atípico e a Precariedade*, Luciano Vasapollo (2005) nos mostra diversas estatísticas e situações concretas na Europa, um dos pólos centrais do mercado mundial capitalista, da deterioração do mundo do trabalho e a pobreza e as desigualdades sociais que lhe acompanham. Lá, no Antigo Continente, se tomarmos como parâmetro a zona da União Européia, já são mais de 55 milhões de pobres e a tendência deste número é aumentar com o passar dos anos.

A desigualdade social e econômica atinge níveis tão altos que organismos multilaterais responsáveis pela difusão do neoliberalismo, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, são obrigados, por força dos fatos, a reconhecer que ela existe e até mais forte do que nunca, numa regressão de quase meio século dos índices sociais e econômicos. Segundo dados preliminares do ano de 2005 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2006), existem 1,374.6 milhões de trabalhadores vivendo com menos de US\$2 por dia, e 520.1 milhões com menos de US\$1 diário.

Em uma palavra, a “questão social” é uma problemática central nos dias de hoje, seja na periferia ou no centro do mercado mundial, seja na esquerda ou na direita. Hoje, todos falam no fim da pobreza, no combate às desigualdades sociais. O esquema de demarcação das fronteiras entre esquerda e direita proposto por Norberto Bobbio (2001), no qual a direita enfatiza a problemática da liberdade e a esquerda sublinha a da igualdade, seria cada vez mais híbrido, o que leva alguns a crer que esta divisão do espectro político nada mais é do que uma reminiscência do passado<sup>5</sup>.

As diversas intervenções públicas ao debate se mostram insuficientes do ponto de vista teórico e infrutíferas no campo das políticas públicas e das transformações sociais. Apesar das inúmeras abordagens e formas de tratamento da “questão social” por parte dos governos conservadores, liberais e social-democratas, o problema persiste e vem se agravando ao longo do tempo. Quando chegamos a este ponto, é preciso retornar às origens, reavaliando o passado para transformar o presente e construir o futuro.

De acordo com a exposição da atualidade e da pertinência dos nossos tema e objeto de pesquisa, podemos dividir os objetivos da seguinte forma: enquanto o objetivo geral é definido como um resgate do debate clássico sobre classes sociais, geração de riqueza, igualdade e liberdade na perspectiva teórica de Marx e Engels, relacionando-o diretamente com a categoria “questão social”, os específicos são (1) a contextualização histórica da origem do capitalismo a partir da luta de classes e (2) a discussão se as obras teóricas de Marx e Engels colocam como possível a superação da “questão social”, e, em caso afirmativo, quais sujeitos históricos e de que forma eles a superam.

A presente dissertação de mestrado está dividida em três capítulos: o primeiro versa sobre a transição histórica do feudalismo para o capitalismo e a gênese e estrutura do capital como modo de produção hegemônico no século XIX. O principal foco das nossas atenções é o debate sobre a constituição da “questão social” e seus elementos básicos, a saber, capital, trabalho assalariado e lutas operárias. Na segunda parte, que inclui os capítulos II e III, realizamos um levantamento do sinuoso percurso teórico dos pensadores alemães, tendo como eixo central o debate sobre classes sociais, teoria da revolução e a

---

<sup>5</sup> A política teria perdido toda sua fundamentação ideológica e passado a ser pequena, no sentido gramsciano de perda de capacidade de transformação dos fundamentos básicos da realidade social, como se os sujeitos históricos abrissem mão de construir seu próprio destino para gerenciar a ordem existente e suas crises (COUTINHO, 2005).

crítica da economia política. Por último, nas considerações finais, encerramos os nossos trabalhos debatendo a validade atual das teses de Marx e Engels sobre exploração, pauperismo e luta operária para entendermos a “questão social” e suas múltiplas expressões contemporâneas.



## **I. O LONGO PROCESSO DE GÊNESE DO CAPITALISMO: da chamada acumulação primitiva à Primavera dos Povos**

A economia política clássica interpreta o capitalismo como uma ordem natural adequada à natureza humana, definida pela vontade eterna dos homens em trocar, comprar, vender, enfim, acumular mais e mais riqueza. “(...) Os relatos históricos de como esse sistema passou a existir têm-no tratado tipicamente como a realização natural de tendências que sempre estiveram presentes” (WOOD, 2001, p.13). O capitalismo, portanto, nasceria pela remoção de barreiras e obstáculos às oportunidades proporcionadas pela “liberdade” de mercado. Tal remoção pode ser suave – desenvolvimento das cidades, do comércio e do homem burguês – como violenta – as revoluções burguesas, passivas ou radicais.

O capitalismo realiza, na sua efetividade plena, a tendência natural da espécie humana para acumular. O que não havia era oportunidade de negociação livre, oportunidade de organização racional da produção e de aumento da produtividade do trabalho. Os modos de produção antecessores do capitalismo – antigo, asiático, escravista, feudal – fizeram o desfavor de criar barreiras sociais, que, no caso, funcionaram como dispositivos antinaturais ao desejo intrínseco de acumulação que os homens trazem na sua natureza. Nada mais natural, então, que um dia, por força do curso evolutivo da história, o capitalismo surgisse na sua plenitude como um modo de produção de duração eterna, que corresponde aos anseios mais recônditos da natureza humana. Antes do capitalismo, a pré-história humana; depois, o fim da história.

O desenvolvimento dos burgos à margem do campo feudal, o fim das barreiras arcaicas ao comércio e ao livre trânsito de mercadorias e homens de negócio, e a ruína das corporações artesanais medievais estimularam a fertilização do embrião capitalista presente nas entranhas do feudalismo, entendido, pelos economistas políticos, como um hiato histórico que abortou o capitalismo no antigo mediterrâneo.

O feudalismo teria desviado, como uma aberração histórica de irracionalidade econômica e parasitismo político, os homens do seu destino natural: o capitalismo. Este desvio, contudo, não modificou, em nada, a lógica imanente do capital e dos seus agentes, a saber, maximizar lucros e acumular riquezas. Resistindo às armadilhas históricas que lhe apareciam no caminho, a lógica mercantil permaneceu imaculada e soube esperar a sua hora histórica, que não tardaria a chegar. “Em princípio, (...) a lógica mercantil teria

permanecido a mesma: sempre uma oportunidade a ser aproveitada em todas as ocasiões possíveis, sempre conducente ao crescimento econômico e ao aperfeiçoamento das forças produtivas, sempre fadada a acabar produzindo o capitalismo industrial, se lhe fosse dada liberdade para pôr em prática sua lógica natural” (WOOD, 2001, p.25).

Este é o que podemos chamar de modelo mecantil de transição do feudalismo para o capitalismo. A lógica capitalista, de otimização dos recursos e maximização dos lucros, segundo essa ótica, é uma tendência inata das ações e da consciência humanas, sendo encontrada no passado antigo, no presente e em um futuro distante. Adormecida numa espécie de torpor social, esperou séculos, talvez milênios, para despertar no capitalismo, mais ou menos datado na era moderna dos séculos XV-XVI.

Karl Marx, na sua crítica da economia política, um amplo projeto de pesquisa idealizado como uma teoria revolucionária do proletariado, investiga os fatos históricos da transição do feudalismo para o capitalismo, e chega a conclusões muito diferentes dos economistas políticos. Primeiro, o capitalismo não é uma ordem natural, mas, essencialmente, social, histórica, construída a partir da luta de classes; segundo, o mercado não é um espaço social de oportunidades, de liberdade e igualdade dos agentes econômicos, mas uma ordem dominadora, opressora, exploradora, que, nos termos de Virginia Fontes (2005), inclui forçosamente a tudo e a todos na suas fronteiras em contínua expansão<sup>6</sup>.

Em termos mais precisos, Marx define a lógica do capital como um processo de acumulação de valor excedente via o consumo produtivo de mercadorias – meios de produção e força de trabalho – , obedecendo o padrão médio tecnológico vigente, e a realização na circulação, num momento subsequente, dos valores produzidos com preços competitivos ancorados em baixos custos de produção. Competição, progresso técnico, produção e acumulação são palavras-chave para entendermos, numa primeira aproximação, a lógica do capital.

O que define, afinal, o capitalismo, a sociedade de mercado? A resposta, segundo Marx e Engels, é: relações sociais de propriedade e produção específicas que geram um

---

<sup>6</sup> Eis como Ellen Wood (2001, p.16) define esta “inclusão forçada”: “Primeiro, a vida material e a reprodução social no capitalismo são universalmente mediadas pelo mercado, de forma que, de um modo ou de outro, todos os indivíduos têm que entrar nas relações de mercado para obter acesso aos meios de subsistência; e segundo, os ditames do mercado capitalista – seus imperativos de competição, acumulação, maximização dos lucros e crescente produtividade do trabalho – regem não apenas todas as transações econômicas, mas as relações sociais em geral”.

modo particular de exploração do trabalho pela classe burguesa que, por sua vez, geram uma lei geral de acumulação nunca antes vista na história humana. Nesta segunda abordagem, temos o aparecimento de outras palavras-chave, tais como propriedade, trabalho, exploração e classe social. Na verdade, estamos falando de duas abordagens complementares que, conjugadas na teoria social de Marx e Engels, nos dão um quadro teórico fiel e objetivo da gênese e consolidação do modo de produção capitalista.

O mercado nunca foi a única instituição sócio-econômica de alocação de recursos produtivos e do excedente, muito menos de troca de coisas e relações sociais entre pessoas. Nas economias pré-capitalistas, a divisão social do trabalho e a distribuição do excedente eram determinadas por instituições religiosas ou políticas. Ora, vista por esta outra matriz, o nascimento do capitalismo é retratado como sendo um evento histórico muito bem determinado, por forças sociais específicas em luta pela apropriação do excedente econômico e do poder político. A economia política nunca se preocupou em explicar o surgimento do capitalismo, até porque, segundo sua ótica, ele sempre existiu, “pelo menos sob forma embrionária, desde o alvorecer da história, se não no próprio cerne da natureza humana e da racionalidade humana” (WOOD, 2001, p.16).

O mercado, dessa forma, não é definido como um espaço social de realização de oportunidades, de livre escolha e oferta de bens. Pelo contrário. É definido como um modo de produção coercitivo, onde todos, capitalistas e trabalhadores, são obrigados a seguir a lógica do capital, sob pena de sucumbirem econômica e socialmente, com conseqüências mais graves para a classe trabalhadora, despossuída dos meios de produção e de subsistência.

A coerção do mercado também nasceu sob os auspícios da violência, da força deliberada de uma classe, a burguesa, contra outra, a dos trabalhadores. Violência que gera violência, ou melhor, violência física que gera violência social. Tendo acumulado dinheiro com atividades comerciais e rentistas, a burguesia, tomando para si o controle do Estado, que então se unificava e se tornava uma máquina política centralizada, monopolizadora dos instrumentos de coerção, promove, no campo, o cercamento das terras comunais, e, nas cidades, a derrocada das corporações artesanais, expropriando e apropriando-se dos meios de produção dos trabalhadores. Conforme escreve Marx (2003 [1867], p.864),

(...) todos eles utilizavam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. A força é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica.

Uma das condições históricas fundamentais da acumulação primitiva, além da força física exercida pela burguesia e pela aristocracia inglesas, é a prosperidade material e a ascensão política dos comerciantes e rentistas<sup>7</sup>. Ao longo de vários séculos lutaram contra os entraves do sistema feudal, baseado na propriedade restrita sobre a terra e numa concepção estática de riqueza, do pecado da usura e do “preço justo”. Esta batalha culminou, segundo Leo Huberman (1964 [1936], p.164), nas Reformas Protestantes e em lutas ideológicas, econômicas e políticas, com a vitória da burguesia.

A descoberta das minas de ouro e prata na América levou um enorme fluxo de riqueza aos tesouros nacionais europeus e aos cofres privados dos comerciantes e rentistas, financiadores das atividades estatais de navegação e conquista de novos territórios. No rastro do aniquilamento físico e social dos nativos americanos, temos o enriquecimento das novas classes dominantes, as quais utilizavam-se deste dinheiro acumulado, que se juntava aos estoques previamente entesourados, para financiar exércitos permanentes, usados nas guerras estrangeiras e na expropriação das terras comuns nos seus respectivos territórios nacionais.

A enxurrada de metais preciosos nos mercados do Velho Continente trouxe uma aceleração no aumento dos preços das principais mercadorias da cesta básica dos trabalhadores europeus, sendo que os salários não acompanharam a escalada inflacionária. Os salários nominais subiam, mas os reais caíam, levando para baixo a qualidade de vida daqueles que viviam do próprio trabalho.

O enriquecimento dos comerciantes e rentistas, em consonância com a lógica do capital, gera, todavia, a pobreza dos trabalhadores europeus (e americanos). A prosperidade

---

<sup>7</sup> “Para Marx, a conjunção de três fenômenos é necessária para explicar o desenvolvimento do capitalismo a partir do feudalismo: primeiro, como vimos, uma estrutura social agrária que possibilite a libertação dos camponeses, num certo momento; segundo, o desenvolvimento dos ofícios urbanos geradores da produção de mercadorias especializadas, independente, não-agrícola, sob a estrutura gremial; e, terceiro, a acumulação de riqueza monetária derivada do comércio e da usura (Marx é categórico quanto a este último ponto)” (HOBBSAWN, 1981, p.46).

daquela nova classe foi seguida de perto, como uma sombra, pela pauperização de milhares de seres humanos – “a Idade dos *Fuggers* foi também a Idade dos mendigos” (HUBERMAN, 1964 [1936], p.114).

Temos, assim, uma compreensão alternativa da história da transição do feudalismo para o capitalismo e, mais importante, uma nova teoria capaz de explicar como a luta de classes dos senhores feudais, camponeses e burgueses desembocou na dominação e exploração dos trabalhadores pelos capitalistas, que alienaram e subsumiram, com o auxílio da coerção armada e econômica do Estado, os produtores diretos. Por meio de relações de propriedade, de produção e reprodução social historicamente singulares, os burgueses, donos dos meios de produção, puderam explorar a força de trabalho humana como uma mercadoria qualquer, e construir um modo de produção onde a riqueza de poucos traduz-se na miséria de bilhões de seres humanos.

É o que nos conta a crítica da economia política e a resistência dos trabalhadores frente a exploração capitalista, uma história de lutas políticas e ideológicas, que se inicia no século XIV e perdura até os dias de hoje. No presente capítulo, todavia, iremos dedicar nossa análise ao período que vai da pré-história do capital, a chamada acumulação primitiva, até o nascimento do capitalismo industrial, a grande indústria.

## **I.1. A CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA**

O modo de produção capitalista necessita de alguns pressupostos históricos para emergir enquanto uma força social hegemônica, convivendo com modos de produção arcaicos, não-capitalistas, mas dominando-os de forma inequívoca de acordo com sua lógica de reprodução ampliada da riqueza abstrata. A acumulação capitalista pressupõe a existência da mais-valia que, por sua vez, reclama a existência dos elementos centrais da produção capitalista, a saber, capital e trabalho assalariado. Posto desta forma, o segredo da origem do capitalismo vai ser localizado na gênese histórica dos pólos antagônicos capital-trabalho assalariado, materializados, respectivamente, em duas classes sociais, na burguesia industrial e no proletariado moderno.

A chamada acumulação primitiva traz à tona os elementos históricos capazes de explicar os movimentos conjunturais e as leis estruturais da acumulação capitalista, e é para

este período que Marx direcionou suas lentes, trazendo-nos uma interpretação diferente daquela dada pelos economistas políticos sobre o mesmo fenômeno histórico – a transição do feudalismo para o capitalismo. A morte de um está entrelaçado umbilicalmente com o nascimento do outro, que conserva elementos do antigo modo de produção, mas o supera de tal modo que podemos afirmar: a história da humanidade nunca mais seria a mesma com a emergência do capitalismo, com a luta de classe atingindo um patamar inequivocamente mais elevado do que em qualquer outro tempo histórico precedente.

A economia política nutre uma obsessão metodológica em naturalizar os fenômenos históricos, em particular os que dizem respeito à ordem capitalista, seja do seu início, seja do seu desenvolvimento. Nas trilhas dessa tendência metodológica, os economistas políticos recorrem, para explicar a gênese do capitalismo, a uma lenda teológica, de um passado muito remoto e distante. Segundo Adam Smith, a chamada acumulação primitiva descreve a transição pacífica do feudalismo para o capitalismo, onde o nascimento do novo não implica as dores do parto histórico, nem da lamentação da morte dos velhos elementos históricos. Tal transição teria acontecido de forma serena, idílica, como a criação do Jardim do Éden nas escrituras sagradas do Antigo e Novo Testamentos. Marx, arguto leitor do filósofo escocês, e, por que não dizer, das Escrituras Sagradas, nos conta, com suas próprias palavras, como a economia política narra este nascimento celestial do capitalismo:

Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham. A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor do rosto. Mas a lenda econômica explica-nos que o motivo porque existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. Aconteceu que a elite foi acumulando riquezas, e a população vadia ficou finalmente sem ter outra coisa para vender além da própria pele. Temos aí o pecado original da economia (MARX, 2003 [1867], p.827).

No capítulo da Gênese, temos, como protagonistas, a serpente, Adão, Eva e o Criador, decidindo o destino de todos os envolvidos na transgressão das suas ordens diretas. Já na lenda secular da economia política temos a burguesia e o proletariado, com suas naturezas individuais – respectivamente, laboriosos e preguiçosos – decidindo seu rumo histórico. Ao invés da estória do Jardim do Éden, onde Eva, por gula e ambição, e

ludibriada pela serpente, convenceu Adão a morder o fruto proibido, temos os trabalhadores escolhendo, por livre arbítrio, a preguiça, pecado capital que condenou-os à eterna pobreza.

A explicação dos economistas políticos para a origem do capital e, por sua vez, do trabalho assalariado, é, no mínimo, inusitada. Ambos os elementos essenciais do modo de produção capitalista teriam surgido como expressões exteriores da “natureza humana” presente nas classes sociais: uma, laboriosa e poupadora, preta de virtudes, acumulou capital e dinheiro; a outra, vagabunda e perdulária, portadora de vícios incorrigíveis, reteve pobreza material e miséria espiritual.

A origem do capitalismo, na visão marxiana, não foi um processo histórico idílico, puro, celestial; de modo oposto, Marx descreve o nascimento do capitalismo como resultado da conquista colonial, dos saques, roubos e assassinatos. Em resumo, a violência foi a parteira do capital.

Mercadorias e dinheiro não são, em si mesmos, capital, valor que se expande continuamente, relação social de expropriação, apropriação e acumulação de trabalho alheio. É preciso que algumas circunstâncias sociais surjam durante o processo de derrocada do feudalismo para a emergência do capitalismo. Em linhas gerais, dois tipos diferentes de proprietários de mercadorias devem encontrar-se nos mercados em formação e transacionar livremente seus bens: estamos falando dos detentores da riqueza – dinheiro e meios de produção – e dos trabalhadores “livres” – possuidores da força de trabalho.

A sociedade é dividida hierárquica e segregadamente da seguinte forma: de um lado, os capitalistas, desejosos em acrescentar mais valor aos já possuídos e acumulá-los privadamente e, do outro, os proletários, livres tanto da servidão feudal quanto dos meios de produção necessários a obtenção dos seus meios de subsistência e da sua reprodução sócio-cultural<sup>8</sup>, sendo, assim, obrigados a vender, no mercado livre de trabalho, a única mercadoria que lhes resta, a força de trabalho. Desta forma, o circuito econômico do livre mercado fecha com exatidão, pois cada classe social teria aquilo que a outra cobiça – dinheiro, como pagamento do uso da força de trabalho (salário), e trabalho livre, pronto para ser explorado no processo de trabalho controlado pelo dono dos meios de produção.

Nas análises tradicionais sobre o período histórico em debate, podemos perceber o acento dos teóricos burgueses colocado sobre a liberdade conquistada pelos capitalistas

---

<sup>8</sup> Marx chama esta suposta liberdade do trabalhador de “dupla liberdade do trabalho” na era capitalista.

com o fim das aduanas e do protecionismo entre os feudos – a liberdade de comércio – e o fim das guildas e corporações feudais, que trouxe a liberdade de produção. Ou ainda escutamos falar no fim das relações servis de produção que ligavam o camponês ao senhor feudal, liberdade que gera a figura do cidadão, sujeito com direitos garantidos pelo contrato social liberal, no caso, a Constituição (e, anteriormente, o *Bill of Rights*). Mas nenhuma palavra é dita sobre a liberdade que o trabalhador tem dos seus meios de produção ao ser violentamente expropriado pela burguesia e aristocracia. Como diz Marx (2003 [1867], p.828),

estabelecidos esses dois pólos do mercado, ficam dadas as condições básicas da produção capitalista. O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. (...) O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos.

Na base do processo histórico da transição do feudalismo para o capitalismo está a expropriação dos meios coletivos de produção dos trabalhadores, rurais e urbanos, e a sua subsequente apropriação privada nas mãos dos burgueses – “a chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” (MARX, 2003 [1867], p.828). Ou, “a expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo” (MARX, 2003 [1867], p.830).

Os métodos de expropriação dos meios de produção dos trabalhadores, a saber, as terras coletivas de livre uso da comunidade aldeã, foram os mais violentos. Os chamados cercamentos das terras para fim de acumulação privada foram forjados por uma aliança da burguesia nascente com a *gentry*, pequena e média nobreza feudal, e o Estado absolutista inglês, que dispunha das armas capazes de levar os cercamentos aos seus últimos termos. Foi, de fato, o que aconteceu: sob a supervisão dos seus gestores, o comitê executivo da



burguesia promoveu um verdadeiro massacre físico e social dos trabalhadores rurais, incapazes de resistir, política ou militarmente, às forças armadas estatais<sup>9</sup>.

Estamos, em suma, diante de um duplo processo. Em primeiro lugar, temos, no plano formal-jurídico, o desaparecimento da servidão e da vassalagem feudal através de decretos reais e parlamentares, o que irá gerar, no futuro, a figura dos homens livres e iguais – os cidadãos. Em segundo lugar, concomitantemente às mudanças legais, ocorrem transformações significativas, se não revolucionárias, no plano econômico-político: a usurpação de terras camponesas para ampliação dos domínios territoriais das classes dominantes. Estas passam a ser utilizadas de acordo com as necessidades técnicas do pastoreio extensivo e dos seus retornos econômico-financeiros, altos na medida em que a produção de lã passou a ser uma atividade altamente rentável e lucrativa<sup>10</sup>, além de se tornarem uma mercadoria livremente transacionável.

### **I.1.1. A mercantilização e os cercamentos das terras comunais**

Uma das marcas distintivas do modo de produção feudal foi a relação social estabelecida pelos senhores feudais e sua principal propriedade, a terra. Antes de ser considerada como um bem de alto valor econômico, a terra era tida como um elemento de sustentação política, social e militar das classes dominantes. Quanto maior fosse uma extensão territorial, maior seria o número de servos dependentes do senhor feudal dono das terras, que, por sua vez, gerava braços para empunhar espadas, fazendo as guerras, e manusear arados, gerando produção, tudo em nome do seu senhor.

Adicione-se a esta concepção feudal da terra como uma propriedade territorial de poder, diversas limitações legais ao uso desta propriedade por parte dos seus donos, obrigados a observar uma série de compromissos com terceiros, inclusive com seus servos. Ou seja, a margem de liberdade de um grande proprietário rural tinha em relação ao uso das suas terras era relativamente reduzida, reforçando o caráter estático da riqueza feudal.

---

<sup>9</sup> “A história da expropriação que sofreram foi inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade” (MARX, 2003 [1867], p.829).

<sup>10</sup> Neste período, a lã tornou-se uma mercadoria cobiçada pelas manufaturas urbanas ligadas ao comércio exterior.

No modo de produção capitalista, o *status* legal do controle social sobre a propriedade privada muda sobremaneira. A terra deixa de ser uma obrigação política e cultural, um território natural que serve de sustentação social, para se tornar um bem livremente transacionável nos mercados, ou como um meio de produção de mercadorias valorizadas nos centros urbanos e no mercado mundial. A sua finalidade não é mais garantir a dominação dos senhores feudais, funcionando como reserva de valor político, ou, muito menos, garantir a sobrevivência dos trabalhadores; a terra, agora sob a égide do capital, torna-se uma fonte de produção de riqueza, uma fonte de investimentos, produtivo ou especulativo, como nos relata Barrington Moore Jr. (1983, p.15):

Os homens deixaram de considerar o problema agrário como uma questão de descobrir o melhor método de alimentar as pessoas, e começaram a considerá-lo como o melhor meio de investir capital nas terras. Começaram a tratar a terra cada vez mais como algo que podia ser comprado e vendido, usado e abusado, em resumo, como a propriedade particular para o moderno capitalista.

A mercantilização da terra, assim, traz uma nova noção e uma nova prática quanto à propriedade privada, livre de toda sorte de restrições jurídicas. O Estado, neste caso, intervêm somente para garantir o direito inalienável e absoluto do homem sobre a propriedade privada. Na sociedade capitalista, a propriedade privada restringe-se à propriedade de coisas materiais e rendas, ao direito de excluir o outro do uso desta propriedade e ao direito de aliená-la ao bel prazer do dono (MACPHERSON, 1991, pp.104-05).

Gozando de plena liberdade sobre suas propriedades privadas dos meios de produção<sup>11</sup>, a burguesia passa a defender a idéia de que a busca incessante da realização dos interesses individuais e privados de maximização e otimização dos recursos econômicos, sem sofrerem qualquer tipo de intervenção externas as livres forças do mercado,

---

<sup>11</sup> “O que esteve em jogo naquela expropriação foi a propriedade privada, elemento constitutivo do modo de produção capitalista, e é por isso que o aporte marxiano nos faz compreender que a pobreza gerada na transição do feudalismo para o capitalismo não se deveu, como o queriam os historiadores burgueses, ao fim da servidão, mas à derrota completa da propriedade coletiva dos meios de produção” (NASCIMENTO, 2004, p.61).

promoveriam, por si só, o bem-estar social coletivo<sup>12</sup>. Na realidade, o que tínhamos era um enorme aumento da pobreza dos trabalhadores, gerada pela perda dos direitos de uso da terra.

As reações não tardaram a aparecer. Oradores, literatos e sacerdotes escreveram cartas, livros e versos e pronunciaram sermões aos donos da terra, suplicando o fim dos cercamentos, razão primária do aumento do desemprego, da fome e da pobreza. Piedade, clamou o Bispo de Latimier, durante o reinado de Eduardo VI. Compaixão, exigiu a oração para os senhores de terras (HUBERMAN, 1964 [1936], pp.124-25).

Conquanto tivessem força política e ideológica na época, as orações, sermões e súplicas não foram capazes de impedir os cercamentos das terras comunais, muito menos seus efeitos sociais. A Coroa inglesa, preocupada com a pobreza, o despovoamento dos campos e a violência das revoltas dos trabalhadores, aprovou leis oficiais visando barrar a privatização das terras e amenizar, por mínimo que fosse, a situação social dos camponeses e do *lumpen* urbano. E esta preocupação era real, e não um jogo de retórica, como alerta Leo Huberman (1964 [1936], p.125):

a coroa realmente se preocupava. Queria sustar o despovoamento das aldeias. Estava atemorizada, porque o Exército era recrutado principalmente entre os camponeses e os pequenos proprietários. Por outro lado, os camponeses cujos meios de vida estavam desaparecendo haviam até então pago impostos e constituíam uma boa fonte de renda para a coroa. Esses grupos de mendigos constituíam, ainda, um verdadeiro perigo – ocorreram incêndios, derrubadas de cercas, motins. Foram aprovadas, por isso, leis contra o fechamento de terras.

As leis econômicas da acumulação capitalista e os objetivos políticos das classes dominantes, entretanto, foram mais fortes do que a legislação oficial contra os cercamentos do campo, e a expropriação dos meios de produção continuou sua marcha, expulsando camponeses e pequenos arrendatários, criando desempregados, gerando pobreza. Daí uma lição, importante para os dias atuais: não se combate as leis do mercado e a propriedade

---

<sup>12</sup> “(...) o capitalista rural justificava a miséria que causava apelando para os benefícios que obtinha para a sociedade e os substanciais elementos de verdade que continham, seria impossível compreender a desumanidade do movimento de enclosure” (MOORE Jr., 1983, p.31).

privada burguesa com leis formais, muito menos com retórica e sermões evocando justiça social, consciência e “responsabilidade social” dos detentores da riqueza.

Dois aspectos importantes sobre os cercamentos de terra devem ser destacados: primeiro, os cercamentos ocorreram em duas fases distintas, sendo que, na segunda, o Estado, tomado de assalto pela burguesia na Revolução Gloriosa, rendeu-se ao poder dos proprietários e estimulou os cercamentos por meio de uma legislação específica, diferentemente do que ocorreu na primeira fase<sup>13</sup>; e, em segundo lugar, o objetivo dos cercamentos não era criar uma população excedente às manufaturas urbanas, mas sim aumentar o lucro dos donos das terras<sup>14</sup>.

A inflação do século XVI, resultado do influxo de ouro e prata nos mercados europeus, advindos da América, gerou um processo de perdas e ganhos nas classes sociais européias. Enquanto a burguesia ganhou com este processo, como vimos na introdução deste capítulo, trabalhadores e proprietários de terra com provimentos de renda fixa perderam. Os cercamentos dos campos foram uma ação consciente destes proprietários ao aumento dos preços; fazia-se necessário arrancar mais dinheiro das suas propriedades para contrabalançar a perda de poder aquisitivo. As medidas postas em prática foram, então, o cercamento dos campos, a elevação dos arrendamentos e a transformação das lavouras em pastos de ovelhas.

A forma pela qual o excedente econômico é produzido pelas classes dominadas e apropriado pelas classes dominantes marca cada período histórico da humanidade, diferenciando um do outro. No caso dos latifundiários ingleses convém perguntar: como o excedente econômico foi extraído do trabalho dos camponeses e, principalmente, dos trabalhadores assalariados? Como aquele lucro era produzido?

A diferença essencial entre o capitalismo e o feudalismo não é o desenvolvimento das cidades, nem a liberdade de comércio, mas sim a forma de extração do excedente econômico. Nas sociedades pré-capitalistas, os produtores diretos, por meio das garantias

---

<sup>13</sup> “Enquanto os fechamentos do século XVI encontraram muita resistência, não só dos prejudicados, mas também do governo, receoso de violência da parte das massas levadas à fome, os fechamentos do século XVIII foram realizados com a proteção da lei” (HUBERMAN, 1964 [1936], p.187). Na tradução brasileira do livro clássico de Leo Huberman, realizada por Waltensir Dutra, a expressão cercamento foi vertida como fechamento.

<sup>14</sup> “Não se pense que os donos de terra estavam expulsando os camponeses para proporcionar uma força de trabalho à indústria. Isso jamais lhes ocorreu. Estavam interessados apenas em arrancar maiores lucros da terra” (HUBERMAN, 1964 [1936], p.189).

do direito consuetudinário do uso das terras, tinham livre acesso aos principais meios de produção disponíveis na época. Através do próprio labor, produziam seus meios de subsistência mais elementares, usufruindo livremente da natureza. Em decorrência desta forma particular de propriedade, as classes dominantes recorriam à coerção direta e explícita – poder militar, jurídico e político – para expropriação do excedente econômico.

No capitalismo, a extração do excedente muda de figura e de tonalidade, tornando-se mais opaca e imperceptível, com mecanismos econômicos de extração do excedente econômico produzido pelos trabalhadores, rurais e urbanos, independentemente do conteúdo das mercadorias: o que importa e interessa é a forma social da produção<sup>15</sup>.

O mercado é uma instituição humana muito antiga, que remonta a civilizações passadas, distantes da era capitalista. Tendo aparecido em lugares diferentes em épocas distintas, o mais correto seria falarmos no plural, em mercados. Os indivíduos, desde uma determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, criaram um nível produtivo tal que propiciou uma produção excedente para além das necessidades humanas imediatas. Tais produtos excedentes eram trocados, comprados e vendidos nos mercados, organizações marginais sem maior importância na vida social pois os sujeitos históricos produziam, basicamente, para seu consumo próprio, para sua subsistência.

Esta situação muda radicalmente no capitalismo e os mercados ganham uma nova especificidade e, principalmente, uma importância central na vida social. No modo de produção capitalista, todos os bens (e serviços) necessários a reprodução social humana são produzidos como mercadorias, voltados para a troca mercantil, para a satisfação de outrem, e não para a necessidade pessoal do produtor direto. Todas as classes sociais, entre elas, burguesia e proletariado, precisam, de modo imperativo, recorrer ao mercado para obterem os elementos necessários a sua reprodução.

Os capitalistas vão ao mercado com o dinheiro previamente acumulado para comprarem meios de produção, matéria-prima e força de trabalho. Realizada esta compra, colocam em movimento a produção sob os moldes capitalistas. Já os trabalhadores, despossuídos dos meios de produção, vão ao mercado se oferecendo como uma mercadoria

---

<sup>15</sup> “Ela nada tem a ver com o fato de a produção ser urbana ou rural, e tem tudo a ver com as relações particulares de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na indústria, seja na agricultura” (WOOD, 2001, p. 77).

– força de trabalho –, para terem um salário em troca do seu aluguel, o que lhes permitirão comprar meios de subsistência. Ou seja, de uma maneira ou de outra, todos, sem exceção, dependem do mercado como uma instância reguladora das suas necessidades sociais; há, entretanto, uma diferença primordial em relação às classes sociais envolvidas: enquanto o capitalista vê o mercado como um espaço de liberdade de acumulação, o trabalhador sente-o como um império opressor das suas necessidades e potencialidades, incapaz de satisfazê-lo nas suas carências mais básicas. “Essa dependência do mercado confere a este um papel sem precedentes nas sociedades capitalistas, não apenas como um simples mecanismo de troca ou distribuição, mas como o determinante e regulador principal da reprodução social” (WOOD, 2001, p.78).

O mercado capitalista, na sua essência, não é regido pela lógica comercial do “comprar barato, vender caro”, donde o excedente seria resultado da diferença das operações de compra e venda e da habilidade do comerciante, mas sim pela lógica concorrencial da produção de mercadoria com baixos custos, numa escala sempre ampliada para um mercado consumidor em expansão. Há uma diferença entre a auferição comercial do lucro e a lei geral de acumulação capitalista. No capitalismo, os lucros auferidos advêm da produção eficiente de mercadorias, ou, em outros termos, da exploração do trabalho assalariado pelo capital, e não da circulação das mercadorias.

A lógica concorrencial capitalista começa por volta do século XVI, na Inglaterra, nos mercados de alimentos, vestuário e outros bens primários das necessidades humanas. Ela se desenvolve não como um projeto pré-concebido, um esquema conspiratório das classes dominantes para aumentar a exploração dos trabalhadores, mas para responder a situações historicamente determinados pela complexa luta de classes inglesa do período mencionado.

Na Inglaterra, berço do capitalismo, conquanto o Estado fosse unificado e centralizado, em especial em termos de força coercitiva, ele não assumiu feições absolutistas. A aristocracia, desmilitarizada, não tinha mecanismos extra-econômicos de expropriação do excedente. Tendo o Estado centralizado os meios coercitivos – político, jurídico e militar –, os latifundiários foram obrigados a desenvolver meios econômicos de apropriação do excedente, com o intuito de se manterem como uma classe dominante. Passaram, desse modo, a estimular seus arrendatários a descobrirem formas mais

produtivas de plantio, cultivo e colheita das mercadorias, intensificando a produtividade do trabalho para daí extrair mais-valia por unidade de produção.

A aristocracia inglesa, acompanhando de perto a (r)evolução da lógica capitalista, logo deixou para trás seus ideais feudais e rentistas para se tornar uma aristocracia produtivista. Cada vez mais os grandes latifundiários exigiam o pagamento da renda da terra em moeda; os aluguéis eram pagos em dinheiro, e não mais em espécie, o que trouxe a monetização das relações sociais no campo inglês. Ademais, “os arrendatários eram obrigados a competir não só no mercado de consumidores, mas também num mercado de acesso à terra. Quando a segurança do arrendamento dependia da capacidade de pagar o aluguel vigente, a produção não competitiva podia significar a perda direta da terra para fazer frente aos pagamentos monetários, numa situação em que outros arrendatários potenciais competiam pelos mesmos arrendamentos, os arrendatários eram obrigados a produzir por um custo eficiente, sob pena de serem desapropriados” (WOOD, 2001, p.84).

Criou-se, assim, o que Ellen Wood chama de “ética do melhoramento”, do produtivismo visando o lucro. Nascida na agricultura inglesa, a ética do melhoramento estimulava, pelo princípio econômico da concorrência capitalista, o desenvolvimento de novos equipamentos (ex.: arado de rodas), novas técnicas de cultivo (ex.: cultura intinerante, drenagem de pântanos) e novas formas e concepções da propriedade, como a propriedade privada burguesa; o seu objetivo, como já antecipamos, era aumentar a produtividade do trabalho e produzir com baixos custos de produção, gerando lucros extraordinários, conquistando mercados e destruindo seus concorrentes, além, é claro, de intensificar a exploração do trabalho assalariado.

Os produtores, que por diversos motivos não conseguiram inserir-se competitivamente na lógica capitalista de produção, faliram e perderam suas terras para os produtores mais eficientes, engrossando as fileiras dos proletários, que cresciam na justa medida dos cercamentos dos campos. O resultado é uma polarização social na Inglaterra, com proprietários dos meios de produção no topo da pirâmide e vendedores da força de trabalho na base. A lógica capitalista de extração de renda monetária, sob os ditames da produção eficiente de mercadorias, “criou uma agricultura altamente produtiva, capaz de sustentar uma grande população não dedicada à produção agrícola, mas criou também uma massa crescente de não-proprietários, que viria a constituir uma grande força de trabalho

assalariada e um mercado interno para bens de consumo baratos – um tipo de mercado que não tinha precedentes históricos. Foram estes os antecedentes da formação do capitalismo industrial inglês” (WOOD, 2001, p.86).

Há, inequivocamente, uma tensão latente entre lógica e história na chamada acumulação primitiva, e não cabe problematizá-la numa fórmula simplista do tipo “quem veio primeiro, a lógica capitalista ou a expropriação por meio da violência explícita?”. No método dialético-materialista desenvolvido por Marx e Engels na década de 1840, pouco compreendido desde o momento da publicação das obras da crítica da economia política<sup>16</sup>, ambas andam juntas dentro de uma mesma unidade, fragmentada somente no momento da exposição<sup>17</sup>. “Identificamos aqui uma certa lógica que (...) não opera no vazio nem no abstrato, mas por meio da vida, da existência e do sofrimento de homens e mulheres concretos, vivos e inquietos, cheios de dúvidas e de certezas “naturais”, muitas vezes evidenciadas como frágeis” (FONTES, 2005, p.64).

O capital não é uma coisa, um objeto palpável, mas sim uma relação social de expropriação, produção e reprodução de riquezas humanas onde o trabalho assalariado é subsumido ao despotismo produtivo dos capitalistas. Esta relação social de dominação, opressão e exploração, que segue a lógica concorrencial da produção eficiente de mercadorias, tem pressupostos históricos que explicam como os trabalhadores foram despossuídos dos seus meios de produção, e como estes foram parar sob o controle dos capitalistas, que os concentravam na medida em que os expropriavam. Lógica e história se sobrepõem uma a outra descrevendo o desenvolvimento do capitalismo como um modo de produção complexo e contraditório, que obedece a leis de movimentos nada lineares, impostas aos homens como uma férrea necessidade, a uma lógica que parece transcender o homem, mas construída segundo a sua própria história, aos seus interesses, em suma, segundo a luta de classes. Conforme argumenta Virgínia Fontes (2005, p.65),

esse movimento [de expropriação], assim como o de concentração da riqueza, não foi linear nem seguiu um plano preestabelecido. Também não foi uma lógica indolor ou doce (a violência da expropriação

---

<sup>16</sup> Nas palavras do próprio Marx, escritas no posfácio da 2ª edição alemã de *O Capital* (1873), “o método empregado nesta obra, conforme demonstram as interpretações contraditórias, não foi bem compreendido” (MARX, 2003 [1867], p.25).

<sup>17</sup> “É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa” (MARX, 2003 [1867], p.28).



camponesa nos países europeus ou a escravização africana foram algumas de suas formas), nem ocorreu sem a experiência de múltiplos dilemas e lutas no interior os próprios grupos dominantes.

Ou, como assinala Ellen Wood (2001, p.125),

(...) o capitalismo foi, desde o início, uma força profundamente contraditória. Basta considerarmos os efeitos mais patentes do capitalismo agrário inglês: as condições de prosperidade material existiram na Inglaterra do início da era moderna como em nenhum outro lugar, mas foram conseguidas à custa de uma vasta desapropriação e de uma exploração intensa.

Apesar da enorme complexidade dos fenômenos aqui descritos, devemos reconhecer que o resultado de todo este processo de cercamentos dos campos e expropriação dos meios e produção dos trabalhadores é claro e preciso, embora nem sempre os resultados de uma ação sejam o idealizado previamente: a proletarização dos trabalhadores e a produção de uma (super)população excedente disposta a vender sua força de trabalho para os donos das manufaturas urbanas. E mais: a destruição econômica das comunidades camponesas e a desarticulação política da classe camponesa<sup>18</sup>.

### **I.1.2. A legislação sanguinária contra os proletários sem direitos**

Os ventos da acumulação primitiva trouxeram força e energia aos “moinhos satânicos”<sup>19</sup> do capitalismo. Os camponeses foram expropriados dos seus meios de produção pela burguesia e pela *gentry*, que, através de mecanismos de mercado e, principalmente, de coerção e violência, se apropriaram privadamente das terras comunais.

A expropriação dos meios de produção dos trabalhadores rurais ocorreu sob o signo da violência física e social patrocinada pelas classes dominantes e executada pelo Estado inglês. O objetivo da expropriação da terra não foi suprir as necessidades sociais dos

---

<sup>18</sup> “Considerando o movimento de *enclosure*, no seu conjunto, e levando em conta os resultados da investigação moderna, parece ainda bastante evidente que, juntamente com o advento da indústria, os *enclosures* fortaleceram muito os mais importantes senhores rurais e quebraram a coluna dorsal do campesinato inglês, eliminando-o como fator da vida política britânica” (MOORE Jr., 1983, p.36).

<sup>19</sup> Expressão que se tornou paradigmática da origem do capitalismo a partir do livro *A Grande Transformação*, de Karl Polanyi.

trabalhadores, que a utilizavam como um meio de sustento próprio e da comunidade; os motivos eram econômicos, e passavam ao largo de considerações humanistas ou moralistas. As terras, então usadas na produção de meios de subsistência e do excedente econômico, começaram a ser utilizadas como pastos de ovelhas, fornecedoras de uma matéria-prima valorizada na época, a lã.

Pouco importava se a produção de alimentos iria decair, agravando ainda mais a fome em épocas de escassez, e os preços dos alimentos iriam aumentar num ritmo mais acelerado do que o dos salários. Outrossim, pouco importava se a expropriação das terras criaria uma enorme massa de desempregados, que, submetidos à coação econômica, seriam obrigados a migrar para as cidades em busca de emprego, não os encontrando, pois as manufaturas não geravam postos de trabalho em quantidade suficiente para absorver aquela legião de imigrantes rurais. E, para completar todo este processo de transformação social, os trabalhadores rurais, que porventura conseguiam um emprego nas cidades, ainda tinham que passar por mais uma barreira, a de adaptação ao ritmo e ao modo de produção da manufatura, distinto da cadência do trabalho na agricultura. Este foi, diga-se, o caso de milhares de trabalhadores.

Os trabalhadores, sem emprego ou que não se adaptaram à disciplina das manufaturas, formaram uma legião de mendigos, vagabundos e ladrões. Este lumpen-proletariado foi tratado como pária da sociedade, como se eles houvessem escolhido viver como desempregados, pedindo esmola na rua e nas portas das igrejas e das casas de caridade. Os que insistem ficar de fora do novo contrato social, para retomarmos a visão clássica do liberalismo, em não vender e alienar o seu próprio corpo, a sua própria existência como uma mercadoria qualquer, pronta para o consumo do ato produtivo, são tidos como vagabundos e selvagens, excluídos da civilização. “A questão é como trazê-los para dentro, como fazê-los ingressar no social. Ou, no extremo oposto, como se livrar deles quando sua absorção se torna impossível” (BRESCIANI, 1984, p.81).

Se a ideologia conservadora da época retratava-os como indivíduos moralmente fracos, insolentes por natureza, o Estado lhes daria um tratamento muito mais firme, sempre apoiado nessa ideologia. O tratamento prescrito para combater esta nova forma de pobreza não foi combater as causas estruturais da pobreza – expropriação dos meios de produção, propriedade privada burguesa –, mas sim punir os pobres; em outras palavras, a “questão

social” foi tratada com compaixão e misericórdia cristãs<sup>20</sup> e, no limite, como um caso de polícia.

No final do século XV e durante todo o XVI, surge, na Europa Ocidental, em especial na Inglaterra, uma legislação truculenta e repressiva contra a vadiagem. “Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta. A legislação os tratava como pessoas que escolhem propositalmente o caminho do crime, como se dependesse da vontade deles prosseguirem trabalhando nas velhas condições que não mais existiam” (MARX, 2003 [1867], p.848).

A legislação sanguinária contra os pobres começou na Inglaterra, no reinado de Henrique VII, e transcorreu os de Henrique VIII, Eduardo IV, Elizabeth e Jaime I, sendo que muitas das medidas promulgadas nesta época perduraram ao longo de mais de três séculos. Caso procurássemos alguns denominadores comuns a estas legislações contra os pobres, de tempos tão distintos (e distantes) uns dos outros, acharíamos três deles: (1) disciplinar a força de trabalho para o trabalho assalariado, (2) rebaixar o salário aquém do nível de subsistência e (3) impedir a organização coletiva dos trabalhadores.

O trabalho nas manufaturas, que começavam então a suplantam as corporações medievais, era muito diferente, sob diversos aspectos, do trabalho agrícola, tendo os camponeses expropriados estranhado<sup>21</sup> as suas novas condições de trabalho, isto sem falarmos no fato de terem de se vender como mercadorias. Muitos não se adaptaram a esta nova vida, ao ritmo de trabalho das produções domésticas e manufatureiras, e ficaram a vagar pelas ruas e becos das cidades. A mendicância foi o meio encontrado para sobreviverem neste ambiente hostil. Tão rápido a população de mendigos e vagabundos tornou-se abundante, e “perigosa”, o Estado, em defesa da ordem social, tomou iniciativas legais para, literalmente, disciplinar a força de trabalho a ferro e fogo<sup>22</sup>.

Pessoas velhas e incapacitadas ao exercício de atividades laborais receberam licenças de mendicância. Indivíduos sadios, que se encontrassem fora dos processos de

---

<sup>20</sup> Cf. Castel (1998), capítulos I e II

<sup>21</sup> No sentido de terem sido alienados dos seus meios de produção, dos processos de trabalho e do produto do seu trabalho. Cf. Capítulo III, seção 2.

<sup>22</sup> “Assim, a população rural, expropriada e expulsa de suas terras, compelida à vagabundagem, foi enquadrada na disciplina exigida pelo sistema de trabalho assalariado, por meio de um grotesco terrorismo legalizado que empregava o açoite, o ferro em brasa e a tortura” (MARX, 2003 [1867], pp.850-51).

produção, sofreriam duras penas, desde açoites e mutilações até a pena de morte, podendo, inclusive, virar escravo daqueles que o denunciassem. Os asilos, responsáveis por abrigar os mendigos tornaram-se unidades de produção manufatureira, e as paróquias, casas de trabalhos forçados; a lógica era converter o vagabundo num trabalhador ativo, que produzisse para pagar a assistência social prestada a ele pelo Estado. Livres da servidão feudal e dos meios de produção, os trabalhadores, agora proletarizados, foram presos nos grilhões da escravatura moderna.

Tomadas estas medidas para forçar o trabalhador a ingressar nos novos processos de produção, tratava-se, em um instante ulterior, de regular os salários pagos a estes trabalhadores formalmente subsumidos ao capital. Nesta época da pré-história do capital, o montante dos rendimentos do trabalho era muito significativa se comparada em relação ao valor investido nas máquinas e equipamentos. O salário, portanto, deveria ser controlado ao máximo, para permanecer constantemente baixo, impedindo maiores danos aos lucros dos capitalistas.

Na Inglaterra, em 1349, foi promulgado o Estatuto dos Trabalhadores, uma legislação sobre o trabalho assalariado que estabelecia um limite máximo da remuneração dos trabalhadores, mas não um mínimo<sup>23</sup>; ou seja, criava-se um teto, e deixava o piso em aberto. Os patrões, segundo estas mesmas leis<sup>24</sup>, também tinham o direito de punir fisicamente os trabalhadores que se recusassem a trabalhar por rendimentos abaixo do mínimo necessário à sobrevivência, e ainda “proibiu-se, sob pena de prisão, pagar salários acima dos legais, e quem os recebesse era punido mais severamente do que quem os pagasse” (MARX, 2003 [1867], p.852).

O último objetivo da legislação sanguinária contra os proletários era proibir a coligação dos trabalhadores. A organização coletiva dos trabalhadores frequentou, durante alguns séculos, na Europa Ocidental, mesmo durante a Revolução Francesa, as páginas das seções policiais dos jornais e dos códigos penais burgueses, que tratavam-na como um crime passível de pena de morte. O direito à organização profissional e política era

---

<sup>23</sup> Sob um formato muito idêntico da legislação inglesa, foi aprovado um “Estatuto dos Trabalhadores”, em 1350, na França, sob ordens do Rei João.

<sup>24</sup> As leis de regulação dos salários só foram abolidas em 1813, quando a indústria tornou obsoleta tal regime de intervenção estatal sobre o nível do salário.

reservada única e exclusivamente aos patrões. Tais leis foram abolidas, parcialmente, em 1825, e totalmente no final do século XIX, sob forte apelo dos operários.

Desde o século XIV até o século XIX, temos, de uma forma geral, uma total falta de organização política e de consciência de classe dos trabalhadores, rurais e urbanos, embora não possamos desconsiderar a ocorrência de algumas rebeliões e revoltas contra o nascimento do capitalismo<sup>25</sup>. Um dos resultados desta desmobilização popular é o aprofundamento da pauperização absoluta da classe trabalhadora, incapaz de impedir o avanço do capital, “(...) posto que além da expropriação dos seus meios de produção, romperam-se as condições sociais estabelecidas, que garantiam minimamente um sistema de proteções e obrigações, sem que, em seu lugar, se tivessem criado condições de suporte para suas carências mais básicas” (NASCIMENTO, 2004, p.60).

As legislações sociais propostas pela burguesia na primeira metade do século XIX – combate a vadiagem, mendicância – não enfrentaram o núcleo central da nova pobreza, limitando-se a atuar nos seus sintomas, efeitos e expressões. A atuação do Estado visava mediar, de forma institucional, os conflitos antagônicos de classe e apaziguar as tensões sociais derivadas do modo de produção capitalista, sem tocar no seu cerne, a relação de exploração que envolve capital e trabalho assalariado<sup>26</sup>.

O combate ao desemprego e ao pauperismo passa, segundo as antigas leis inglesas, pelo ajuste moral, o compromisso religioso e a disciplina dos trabalhadores. Na mesma linha de raciocínio segue a economia política, que considera a miséria e o desemprego como frutos da escolha dos indivíduos, incapacitados, física e moralmente, a de se adaptarem a disciplina do trabalho fabril ou de resistirem às tentações dos vícios da vida moderna – alcoolismo, prostituição, mendicância –, decaindo ao nível do lumpenproletariado. Amoralidade, indisciplina, pobreza, desemprego: é, desta forma, que o mundo do trabalho é visto e retratado por administradores públicos, associações de caridade, párocos e toda uma gama de conservadores e reacionários da ordem burguesa.

---

<sup>25</sup> “Nem sequer os camponeses e plebeus urbanos, aqueles que fizeram o trabalho sujo nas outras revoluções, surgiram à superfície durante a guerra civil inglesa, exceto em determinados atos simbólicos, breves e muito importantes” (MOORE Jr., 1983, p.24).

<sup>26</sup> “(...) as ações estatais, como as políticas sociais, têm como meta primordial o enfrentamento daquelas situações que possam colocar em xeque a ordem burguesa. Mas, evidentemente, esse atendimento não vai dirigido à raiz do problema; pelo contrário, é orientado para enfrentar algumas das manifestações da “questão social” como problemáticas particulares, fragmentando, estilhaçando e atomizando as demandas sociais como uma forma de reprimir, acalmar e calar qualquer voz que atente contra a coesão e a ordem socialmente estabelecida” (PASTORINI, 2004, p.110).

O balanço deste conjunto de leis contra os proletários e da expropriação dos meios de produção é que a formação e a dinâmica do mercado de trabalho não foram fruto da mão invisível do mercado. A força, monopolizada na máquina coercitiva do Estado, foi a responsável pelo longo e doloroso parto do capitalismo, de onde nasceram os burgueses, donos dos meios de produção e acumuladores de dinheiro, e os trabalhadores “livres”, arrancados da terra para ganharem menos do que o mínimo de subsistência nos centros urbanos, formando uma massa de força de trabalho disponível, como uma mercadoria qualquer, ao uso e abuso do consumo produtivo<sup>27</sup>.

A proletarização dos trabalhadores rurais, destituídos à força dos seus meios de produção, abriu o caminho para a emergência de um modo de produção propriamente capitalista, capaz de subsumir, formal e realmente, os trabalhadores à lógica do capital, do valor que se autovaloriza continuamente sob o signo da produção de valor excedente.

## **I.2. COOPERAÇÃO E MANUFATURA**

Com o desenvolvimento das forças produtivas no campo, gerador de excedentes consideráveis, das cidades e do comércio, e a expropriação das terras comunais, trabalhadores rurais começaram a abandonar as atividades agrícolas, especializando-se em ofícios manuais diversos. Dispensados do labor direto no campo, tais trabalhadores começaram a se especializar em atividades artesanais, embrião das corporações medievais. O aprofundamento da divisão social do trabalho levou à divisão campo e cidade, sendo esta última responsável pelo artesanato e, posteriormente, pelas manufaturas.

A economia mercantil simples tinha como características a baixíssima concentração de capital, a produção de mercadorias realizada por artesãos com suas próprias ferramentas, auxiliados por seus aprendizes e num local de trabalho pertencente ao trabalhador, geralmente uma pequena oficina. O mais importante a ressaltar é o controle absoluto que o

---

<sup>27</sup> “era necessário, porém algo mais do que o capital acumulado, antes que a produção capitalista em grande escala pudesse começar. O capital não pode ser usado como capital – isto é, para dar lucro – enquanto não houver o trabalho necessário para proporcionar esse lucro. Portanto, era necessária também uma oferta de trabalho adequada” (HUBERMAN, 1964 [1936], p.185).

trabalhador tinha sobre o processo de trabalho e a qualidade final do produto: os artesãos eram donos do espaço físico da produção, das matérias-primas, dos meios de produção e, por último, podemos dizer que eram senhores da totalidade do processo de trabalho.

A divisão de trabalho presente nestas pequenas oficinas, unidade de produção típica da Idade Média, não era tão desenvolvida como nas manufaturas e fábricas. O mestre-artesão dividia a produção de pequena escala com poucos aprendizes, que demoravam anos até aprender todas as nuances da produção artesanal. Mestres e ajudantes trabalhavam lado-a-lado, sendo a distância entre patrão e empregado muito pequena (HUBERMAN, 1964 [1936], pp.67-68 e 76-77).

Assim como havia ocorrido com os comerciantes, que se juntaram em torno de associações comerciais, foram surgindo nas cidades agremiações de artesãos de um mesmo ofício, chamadas de corporações artesanais, ou guildas medievais. Os seus objetivos eram a defesa do bem-estar dos seus membros, o monopólio do mercado de trabalho para artesãos locais e regulamentados, a regulamentação da conduta dos seus membros, principalmente dos aprendizes com seus mestres, o controle de qualidade das mercadorias, a proteção dos segredos de produção e a reserva de mercado.

Com a monetarização crescente das relações sociais e com a ampliação dos mercados locais para mercados regionais e mundiais, significativas transformações ocorreram no interior das corporações artesanais. “O sistema de corporações tivera duas características fundamentais: a igualdade entre os senhores e a facilidade com que os trabalhadores podiam passar a mestres. Em geral, isso ocorreu até os séculos XIII e XIV, os dias áureos dessas instituições. Depois disso, ocorreram modificações inevitáveis” (HUBERMAN, 1964 [1936], pp.76-77).

Primeiro, o espírito de fraternidade e solidariedade entre as corporações foi rompido, para dar lugar à concorrência desenfreada entre membros do mesmo ofício; os vencedores da concorrência aproximaram-se cada vez mais intimamente dos governos locais, controlando-os muitas das vezes. Também podemos destacar o aumento da distância entre membros e aprendizes, sendo que muitos iniciantes tornaram-se jornaleiros. A partir dos mecanismos da lógica capitalista de concorrência, a desigualdade, sub-repticiamente, adentrou os domínios até então impermeáveis das corporações artesanais, provocando a

guerra de todos contra todos, artesãos versus artesãos, artesãos versus aprendizes e jornaleiros e, por fim, jornaleiros versus aprendizes.

O mercado mundial foi o grande impulsionador das mudanças. O mestre-artesão era um trabalhador altamente qualificado, que dominava as habilidades e conhecimentos tanto da produção quanto da venda do produto. Ele era, ao mesmo tempo, negociante, produtor, empregador, capataz e comerciante. Com a expansão dos mercados locais em direção ao mercado mundial, os mestres-artesão deixam de conhecer as informações das melhores condições de compra de matérias-primas e venda do produto final. Entra aí a figura do intermediário, do comerciante, embrião do capitalista moderno.

A rigidez das normas de produção dos processos de trabalho artesanais, suas regras e costumes seculares impediam o desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho, necessários para suprir o aumento da demanda gerado pelo mercado mundial. Todo o processo de produção era controlado pelas corporações, que especificavam cada passo do processo, das medidas das ferramentas até a qualidade final do produto. A alternativa encontrada pelos comerciantes foi financiar centros domésticos de produção fora do circuito das corporações medievais.

Para contornar as regulamentações corporativas, os intermediários, evitando uma luta aberta, começaram a estimular unidades de produção especificamente têxteis no setor rural inglês. Os intermediários eram os responsáveis pela compra de matérias-primas necessárias à produção das mercadorias e pela sua comercialização. Eles também eram responsáveis pela contratação, sob a forma assalariada, dos mestres-artesãos falidos na concorrência urbana, ou que permaneceram no campo mesmo com os cercamentos, agora especializados em algumas poucas funções. Tais trabalhadores produziam as mercadorias, propriedades dos comerciantes, nas suas próprias casas e com suas próprias ferramentas. “Esse método, pelo qual o intermediário emprega certo número de artesãos para trabalhar seu material em suas respectivas residências, é denominado sistema de produção “doméstica”. Note-se que na técnica de produção o sistema “doméstico” não difere do sistema de corporações” (HUBERMAN, 1964 [1936], p.128).

A técnica de produção, como aponta Leo Huberman, não foi revolucionada, mas duas significativas alterações ocorreram: a especialização dos trabalhadores artesãos e a elevação da concentração de capital. Lentamente os artesãos foram perdendo o domínio



completo que tinham sobre todo o processo de produção, e passaram a ser especializados, sob a demanda dos intermediários, nas funções de produtor e supervisor. A especialização atendia tanto ao imperativo do aumento da produtividade do trabalho, visando atender ao incremento das demandas, quanto da desvalorização da força de trabalho<sup>28</sup> e da sua subsunção ao capital.

Até o auge da produção doméstica, os meios de produção e trabalhadores encontravam-se dispersos em pequenas unidades de produção rurais. O nível de concentração dos fatores de produção era baixíssimo. A base técnica era artesanal e pouco desenvolvida, com amplo domínio dos trabalhadores sobre suas ferramentas e o processo de trabalho como um todo; já as matérias-primas e o produto do trabalho, produzido para o mercado, tendo, portanto, valor de troca, não mais lhes pertenciam – os intermediários mercantis eram seus proprietários. O sistema de produção doméstico concentrava relativamente muito mais recursos produtivos do que os sistemas familiar e corporativo. “Era necessário muito dinheiro para comprar matéria-prima para muitos trabalhadores. Era necessário muito mais dinheiro para organizar a distribuição dessa matéria-prima e sua venda como produto acabado, mais tarde. Era o homem do dinheiro, o capitalista, que se tornaria o orientador, o diretor do sistema de produção doméstica” (HUBERMAN, 1964 [1936], p.132).

A divisão manufatureira do trabalho trará modificações ao modo de produção feudal, ao processo de trabalho doméstico e à divisão social do trabalho, dando-lhes feições tipicamente capitalistas. Em primeiro lugar, a dispersão e a relativa autonomia dos trabalhadores domésticos dão lugar à concentração dos meios de produção e dos trabalhadores em um só espaço físico – o galpão – propriedade do capitalista. Esta associação, que não é gerada espontaneamente, não modifica, no primeiro momento, o processo de trabalho em si, mas altera o comando do trabalho, que passa a ser controlado, vigiado e dirigido pelo capitalista e seus prepostos. Começa, assim, o despotismo fabril, a subsunção formal do trabalhador frente ao capitalista, uma vinculação formal por meio do contrato individual de trabalho.

---

<sup>28</sup> Trabalhadores menos qualificados têm menor poder de barganha na sua luta econômica (individual) contra os patrões, e o tempo de trabalho socialmente necessários a sua reprodução cai, avolumando o tempo de trabalho excedente apropriado pelo capitalista.

O processo de produção manufatureiro é um processo coletivo que se utiliza de ferramentas relativamente rudimentares, pouco precisas, e trabalhadores parciais, executores de tarefas simples. O produto final é uma obra comum que congrega em si todas as atividades parciais dos trabalhadores, dando um caráter coletivo, cooperativo, ao processo manufatureiro. Visto desta forma, podemos apontar, na manufatura, uma tensão latente entre um processo de trabalho coletivo, que vigia e comanda os movimentos e ações dos trabalhadores ao mesmo tempo em que o parcializa, especializa. Esta contradição entre trabalho coletivo e trabalhador parcial tende somente a se agravar com o desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho capitalista, tornando os trabalhadores cada vez mais alienados das suas funções sociais.

Uma segunda contradição posta pela manufatura é o desenvolvimento das forças produtivas, sob o domínio da cooperação e da força social do trabalho produtivo, que permite a criação de uma enorme massa de riqueza contida nas mercadorias, e o empobrecimento e as degradações física e espiritual dos trabalhadores, que perdem a noção de totalidade do processo de trabalho e a capacidade de exercer seu ofício por completo. Os trabalhadores deixam de construir o produto em todas as suas etapas, e passam a atuar, através de operações monótonas e repetitivas, como uma pequena peça da engrenagem da manufatura:

a divisão manufatureira do trabalho revoluciona o modo de trabalhar de cada trabalhador individual, fomentando artificialmente uma de suas habilidades parciais e sufocando inúmeros estímulos e capacidades. Além de distribuir os diversos trabalhos parciais entre os indivíduos, secciona o próprio indivíduo, convertendo-os em um aparato automático limitado a um trabalho parcial (IAMAMOTO, 2002, p.63).

Dissemos, no início dessa seção, que a manufatura diminui gradativamente a dispersão dos trabalhadores e dos meios de produção, concentrando-os em um só lugar, sob a vigilância direta dos capitalistas. Tal concentração permite a especialização do trabalhador, que, por sua vez, gera aumentos de produtividade em decorrência do aumento da sua perícia em uma atividade exclusiva; mas não somente isto: ganhos de escala de produção são conquistados pelo efeito de sinergia proporcionado pela cooperação da força produtiva social do trabalho.

Antes, os trabalhadores encontravam-se dispersos em pequenas unidades de produção, de uma maneira quase autárquica. Cada trabalhador, individualmente, exercia múltiplas funções no interior do processo de produção. Agora, na manufatura, eis que surge a figura do trabalhador coletivo, que congrega as atividades dos trabalhadores parciais, concentrados em um mesmo espaço físico de produção. Todos os ganhos produtivos decorrentes da força social do trabalho, como a economia de tempo e de custos de produção das mercadorias, são apropriados livre e integralmente pelos capitalistas que, vale notar, não desembolsaram um níquel sequer por esta força cooperativa dos trabalhadores<sup>29</sup>.

A parcialização das tarefas no processo manufatureiro de produção acaba por criar uma hierarquia entre os trabalhadores. As múltiplas funções do processo produtivo vão sendo valoradas em níveis diferentes, sendo que, usualmente, as tarefas manuais, que requerem menor custo de aprendizagem, recebem as mais baixas remunerações na hierarquia. Já as funções intelectuais têm as melhores remunerações pelo motivo inverso – como demandam maior tempo (e custo) de aprendizado, recebem melhores salários. Como, de uma maneira geral, os trabalhadores manuais são a maioria da força de trabalho empregada na manufatura (e na grande indústria), temos um nivelamento, por baixo, das qualificações dos operários e uma desvalorização generalizada da renda dos trabalhadores, fortalecendo ainda mais o poderio econômico e político das classes dominantes<sup>30</sup>. Conforme escreve Marx (2003 [1867], p.415),

a manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente, mas também cria uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. (...) Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações são distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial (...).

### **I.3. A GRANDE INDÚSTRIA**

---

<sup>29</sup> Efetivamente o capitalista só paga pela força individual de trabalho do assalariado.

<sup>30</sup> A manufatura, apesar dos seus aspectos civilizatórios, nada mais é do que uma forma de expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores, um método refinado de exploração do trabalho alheio (MARX, 2003 [1867], pp.419-20).

O desenvolvimento do sistema moderno de máquinas gerou muita polêmica quanto aos seus objetivos, e alguns economistas políticos não se furtaram a expressar suas opiniões sobre o assunto. Tomemos o exemplo de John Stuart Mill. Na sua obra *Princípios de Economia Política*, Mill explana, num tom cético, que o objetivo da maquinaria seria poupar os esforços humanos na produção diária de bens mercantis. Incontestavelmente, assinala Marx, este não é o propósito do capitalista ao empregar máquinas no processo de produção. O uso da máquina “tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais-valia” (MARX, 2003 [1867], p.427).

A interrogação marxiana é saber como a indústria moderna revoluciona o processo capitalista de produção e o impulsiona para um patamar mais elevado e desenvolvido do que os outros, no sentido de poupar trabalho vivo, aumentar a produção de mais-valia e a taxa de exploração do trabalhador. Os questionamentos de Marx sobre a revolução da indústria ganham contornos concretos, e precisos, quando sua análise percorre os elementos históricos e sociais do uso dos instrumentos de trabalho no processo produtivo, distinguindo máquinas de ferramentas, ou dito de outra forma, a transformação das ferramentas, manuseadas pela perícia humana, em máquinas-ferramenta, consideradas o ponto de partida da revolução industrial no século XVIII.

Na manufatura, o processo de trabalho era fundado na habilidade dos trabalhadores no manuseio das ferramentas, o que lhes dava um grande poder sobre o processo de produção, pois podiam, por exemplo, controlar a velocidade e a intensidade da jornada de trabalho (TEIXEIRA, 2002, p.17). Mesmo sendo vigiados pelos capitalistas, e estando parcializados em um processo coletivo de trabalho, os trabalhadores, com as ferramentas nas suas mãos, conservavam consigo conhecimentos e perícias que permitiam resistir ao domínio do capitalista, que se via impedido de aumentar o grau de exploração do trabalho e, em decorrência, aumentar a produção da mais-valia.

O princípio da indústria moderna, fundado na base técnico-científica das máquinas-ferramenta, visa justamente quebrar esta resistência operária, e expandir, de forma quase ilimitada, a exploração do trabalho. Para tanto foi necessário reduzir o poder de controle dos trabalhadores sobre o processo de produção. “Aliás, essa é uma característica

importante que marca a evolução do capitalismo produtivo, partindo de uma base artesanal, em direção ao capitalismo industrial: o poder de barganha individual dos trabalhadores tende a diminuir à medida que, de maneira mais ou menos generalizada, embora diferenciada, há uma tendência à simplificação e à desqualificação do trabalho (manual)” (TAUILE, 2001, pp.66-67).

O desenvolvimento e o aperfeiçoamento das máquinas-ferramenta permitiram, originariamente, a transferência dos conhecimentos, saberes (tácitos) e aptidões, manuais e intelectuais, dos operários para os dispositivos mecânicos, e posteriormente, a superação dos limites orgânicos dos trabalhadores, incapazes de manipular inúmeras ferramentas ao mesmo tempo, produzir 24 horas por dia, 7 dias por semana, tal qual fazem as máquinas.

A subsunção real do trabalho ao capital ganha impulso quando o sistema de máquinas passa a ser movido por um sistema central de geração de força motriz, em que a máquina a vapor supera em termos de eficiência todas as outras fontes de energia (humana, animal, eólica etc.)<sup>31</sup>. O impulso provido pela energia a vapor ao sistema fabril é de baixa intensidade se o compararmos ao impulso dado pela propagação da lógica fabril a todos os ramos industriais e às condições gerais do processo social de produção, a saber, meios de transporte e comunicação eficientes para atender as demandas do mercado mundial.

O grande salto qualitativo, entretanto, dar-se-á com a produção de máquinas por meio de máquinas. Antes produzidas por artesãos qualificados e muito experientes, as máquinas-ferramenta passaram, nas primeiras décadas do século XIX, a ser fabricadas com uma precisão impressionante, precisão esta ofertada pela espera de torno, “(...) que logo se tornou um dispositivo automático e, em forma modificada, se adaptou a outras máquinas construtoras (...). Esse dispositivo mecânico não substitui uma ferramenta qualquer, mas a própria mão humana (...)” (MARX, 2003 [1867], p.441).

Até a base técnica-social manufatureira, os processos de produção eram inteiramente ajustados ao *modus operandi* dos trabalhadores. Já “na produção mecanizada, desaparece esse princípio subjetivo da divisão do trabalho. Nela, o processo por inteiro é examinado objetivamente em si mesmo, em suas fases componentes, e o problema de levar

---

<sup>31</sup> “A produção mecanizada encontra sua forma mais desenvolvida no sistema orgânico de máquinas-ferramenta combinadas que recebem todos os seus movimentos de um automato central e que lhes são transmitidos por meio do mecanismo de transmissão” (MARX, 2003 [1867], p.438).

a cabo cada um dos processos parciais e de entrelaçá-los é resolvido com a aplicação técnica da mecânica, da química etc. (...)” (MARX, 2003 [1867], p.436).

Na indústria moderna, os trabalhadores, ao se dirigirem ao local de trabalho, deparam-se com um sistema de produção imposto a eles. Os postos de trabalho são parcializados, máquinas operam ferramentas de transformação dos objetos de trabalho e o trânsito das matérias-primas deve ser o mais contínuo possível, sem interrupções na sua circulação produtiva no interior da fábrica. Vigiar o trabalho das máquinas foi o papel designado aos trabalhadores. O trabalho morto, corporificado nas máquinas, começa, assim, a substituir a chama viva do trabalho operário que, entretanto, nunca se apaga; ou seja, o trabalho não perde sua centralidade na estruturação da reprodução social<sup>32</sup>, apesar da sua base material ser cada vez menor.

Com a introdução de um complexo sistema de máquinas, composto por diversos tipos diferentes de máquinas-ferramenta, o objeto de trabalho é processado por diversos trabalhadores parcializados, responsáveis somente por uma tarefa especializada nas tantas exigidas para a transformação das matérias-primas em mercadorias finais. Deste modo, os trabalhadores tornam-se uma espécie de espectador, vigilante de um sistema de produção no qual as máquinas são as protagonistas da estória. O fetichismo da mercadoria ganha uma concretude histórica: as coisas dominam homens, mulheres e crianças. O que era morto ganha autonomia, liberdade, como um ser de vida própria; o que era vivo torna-se dependente, preso às cadeias produtivas do sistema fabril.

O emprego e o uso sistemáticos das máquinas-ferramenta nos processos de produção tornaram dispensáveis os trabalhadores fisicamente bem providos de força muscular. Desta forma, crianças e mulheres converteram-se aptas ao trabalho na indústria, e não tardaram a serem recrutadas pelo despotismo fabril, regido por uma disciplina de caserna. A tradicional família operária foi socialmente dilacerada no seu espaço privado, para logo ser reagrupada, sob o jugo do capitalista, no interior da fábrica.

O uso efetivo de crianças e mulheres nas fábricas aumentou a oferta de trabalhadores assalariados no mercado de trabalho. Com este aumento da oferta, caiu o

---

<sup>32</sup> Cf. Ricardo Antunes (2005). Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp.

valor da força de trabalho dos antigos operários<sup>33</sup>, o que equivale dizer que caíram os salários e aumentou a miséria das famílias operárias. “Desse modo, a máquina, ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano, amplia, ao mesmo tempo, o grau de exploração” (MARX, 2003 [1867], p.452).

Além da queda nos rendimentos dos trabalhadores adultos, temos, com o ingresso de crianças e mulheres no trabalho fabril, a quebra da resistência operária ao domínio capitalista. É importante retermos, neste debate sobre inovações científico-tecnológicas na grande indústria, a sua dimensão de luta de classes. Não custa lembrar que a maquinaria tem, como objetivo explícito a produção de mercadorias mais baratas, e portanto mais competitivas nos mercados de troca e circulação. Aparentemente, é disto que se trata. A busca incessante pela inovação objetiva a produção de mercadorias com baixos custos, segundo o tempo de trabalho socialmente necessário, para vender a mercadoria pelo preço de mercado, norma esta imposta coativamente pela concorrência intercapitalista.

Isto implica, todavia, desvalorizar constantemente a força de trabalho humana, explorando-a com o prolongamento da jornada de trabalho<sup>34</sup> e com a intensificação do processo de trabalho<sup>35</sup>. Esta dimensão não-explicíta da luta de classes é obliterada, seja por falsidade ideológica, seja pela própria configuração social do modo de produção capitalista. Marx, em alguns dos seus escritos, como *A Miséria da Filosofia* e *O Capital*, descreveu a maquinaria não a partir de uma suposta neutralidade tecnológica, mas como uma arma de guerra do capital contra o trabalho. Segundo Daniel Romero (2005, p.18),

de modo mais claro, as formas de organização da produção e o aparato tecnológico correspondente não representam um suposto meio mais eficiente ou racional na condução do processo de trabalho, mas significam a maneira como a luta de classes se materializa nas estruturas

---

<sup>33</sup> “O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção e à de sua família. Lançando a máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim, desvaloriza a força de trabalho do adulto” (MARX, 2003 [1867], p.452).

<sup>34</sup> “A aplicação capitalista da maquinaria cria motivos novos e poderosos para efetivar a tendência de prolongar sem medida o dia de trabalho e revoluciona os métodos de trabalho e o caráter do organismo de trabalho coletivo de tal forma que quebra a oposição contra aquela tendência” (MARX, 2003 [1867], p.465).

<sup>35</sup> “A redução da jornada cria de início a condição subjetiva para intensificar o trabalho, capacitando o trabalhador a empregar mais força num tempo dado. Quando essa redução se torna legalmente obrigatória [por meio das lutas operárias], transforma-se a máquina nas mãos do capital em instrumento objetiva e sistematicamente empregado para extrair mais trabalho no mesmo espaço de tempo” (MARX, 2003 [1867], p.470).

de controle e comando da produção, procurando disciplinar o trabalho e viabilizar o processo de valorização do capital.

Os capitalistas dispõem da máquina como um instrumento para romper, a qualquer custo, a resistência operária ao aumento da exploração, pois a maquinaria moderna, além de recrutar crianças e mulheres, cria uma população trabalhadora excedente, o que rebaixa ainda mais o salário dos trabalhadores empregados e potencializa a concorrência na classe trabalhadora. Com o desenvolvimento da indústria moderna, a classe trabalhadora vai sendo fragmentada – operários, operárias, desempregados, crianças –, rompendo sua universalidade em singularidades atomizadas. A questão imposta aos trabalhadores, que permanece atual, era a seguinte: como resistir coletivamente diante de tantas demandas específicas, sem perder o viés classista da luta política e colocando em xeque a ordem capitalista?

Ao desafio dos trabalhadores de construir formas de organização universal de luta, agrega-se um novo, também imposto pelo capital: como resistir ao domínio das coisas e, principalmente, como superá-los pois a mercadoria força de trabalho não é como as outras: homens e mulheres, consumidos como uma coisa no processo produtivo, reagem e lutam, em maior ou menor grau, de diversas formas e em diferentes campos de batalha, para cessar a alienação, exploração e subsunção as quais são submetidos pelo processo de trabalho capitalista.

#### **I.4. O MOVIMENTO OPERÁRIO EUROPEU E UMA HISTÓRIA DAS SUAS LUTAS**

A supressão da alienação, da exploração e das desigualdades sociais é um longo processo de lutas sociais e políticas empreendidas pelos trabalhadores contra o poder capitalista. Ela começa com a coligação parcial dos trabalhadores e evolui para formas mais coesas de organização operária, como os sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos sem, no entanto, seguir uma tendência linear, podendo, inclusive, sofrer bruscos retrocessos diante da luta de classes. “Trata-se de uma história não só longa, atormentada e marcada por revoluções, mas também de uma história que procede de modo tortuoso e em ziguezague, no sentido de que, às vezes, as vitórias exaltantes se seguem derrotas



desastrosas: à experiência exaltante da emancipação, ou seja, da conquista de direitos anteriormente não desfrutados, bem pode se seguir a amargura da des-emancipação, ou seja, da perda dos direitos tão arduamente conquistados” (LOSURDO, 2004, p.10).

A tentativa de associação política dos trabalhadores foi combatida por pensadores burgueses, temerosos com a organização das “classes perigosas”. “Tanto os representantes dos direitos naturais racionais, como os da economia fisiocrata e liberal-clássica partilhavam a opinião de que a liberdade e a igualdade na sociedade estariam melhor asseguradas, garantindo a propriedade, a coatuação e a concorrência privada a muitos produtores pequenos, proibindo a reunião de “interesses especiais”, cuja força – como se acreditava – só poderia prejudicar a liberdade dos demais” (ABENDROTH, 1977, p.16). Até mesmo socialistas, como Proudhon, e anarquistas, como Bakunin, viam as organizações de classe como uma tentativa inócua dos trabalhadores em aumentar seus salários e, conseqüentemente, melhorar suas condições materiais de vida.

A despeito desta dupla condenação das coalizões trabalhistas vinda de espectros ideo-políticos tão distintos entre si, as organizações do movimento operário não pararam de crescer junto com a grande indústria. “Apesar de uns e outros, apesar dos manuais e das utopias, as coalizões não deixaram nunca de progredir e crescer com o desenvolvimento e o crescimento da indústria moderna” (MARX, 1985 [1847], p.158).

#### **I.4.1. A união operária e os sindicatos**

A luta operária, segundo Marx e Engels, tem uma dupla finalidade, a de fazer cessar a concorrência entre as classes subalternas e o subsequente combate à classe dominante. O objetivo primário é a organização da cooperação e solidariedade proletária, da união operária, como nos dizia Flora Tristan (KONDER, 1999). A união operária supõe que “(...) a dominação da burguesia não está fundada senão sobre a competição dos operários entre si, ou seja sobre a divisão infinita do proletariado, sobre a possibilidade de opor entre elas as diversas categorias operárias” (ENGELS, 1974 [1845], p.282).

A partir deste primeiro passo, a luta operária desenvolve-se através de greves e reivindicações salariais; suas vitórias, neste nível de luta, são ainda parciais, mas importantes, como a redução da jornada de trabalho, celebrada como a primeira vitória da

economia política proletária frente a economia política burguesa (MARX, 1979 [1864], p.319).

As lutas contra os efeitos do sistema industrial são um longo e árduo processo de concretização da união operária. Grosso modo, elas se iniciam em 1817 com Robert Owen, considerado por muitos o pai do socialismo inglês, incentivador de organizações cooperativistas dos trabalhadores. A partir de 1819, leis fabris de proteção do trabalhador (1819, 1825 e 1831) são promulgadas a partir da ação de parlamentares envolvidos com o proletariado, embasada nos relatórios oficiais dos inspetores de fábrica. Elas são um pontapé inicial na luta institucional por reformas sociais (MARX, 2003 [1867], p.534 ss).

À medida que o processo de luta operária foi se desenrolando, surgiram novas formas de revolta. A primeira foi o crime, totalmente ineficaz pelo seu caráter individual. O Estado, com sua superioridade bélica, esmagou estas tentativas inúteis de rebelião contra o sistema capitalista. A segunda foi o ludismo, o qual Engels considerou o início efetivo da rebelião da classe operária. Esta estratégia de luta também se revelou ineficaz com o passar dos anos, pois atacava apenas um componente material da grande indústria – a maquinaria – e não suas formas sociais de exploração. É preciso ter claro que o ludismo não tinha como objetivo a reforma ou revolução do sistema capitalista. Quando muito, os grupos ludistas reivindicavam aumentos salariais e o fim do uso de máquinas, causadoras de desemprego em épocas de recessão econômica (RUDÉ, 1991 [1964], pp.94-96).

Após o fracasso do ludismo, que não mobilizou trabalhadores além de pequenas unidades de produção fabril, foram criados sindicatos por todos os setores industriais, mas a liderança do movimento ficou restrita aos trabalhadores dos setores técnica e economicamente mais desenvolvidos, como têxtil e metalúrgico. Este processo de sindicalização dos trabalhadores não parou de crescer e se expandiu por toda a ilha britânica, alcançando todas as suas regiões, de norte a sul, de leste a oeste. “Em alguns casos tentou-se unir os associados de *todo* um ramo de trabalho em escala nacional em *uma única* grande associação, e em muitas ocasiões – a primeira vez em 1830 – fundar uma associação geral operária de todo o reino, que incluiria uma organização particular para cada ofício” (ENGELS, 1974 [1845], p.279, grifos do autor).

Aos poucos, o movimento operário inglês foi crescendo em tamanho e importância, dado o surgimento de novas formas de organização, mas um entrave ainda se fazia

presente: os trabalhadores ingleses eram desconfiados da política, ao contrário dos franceses, que a viam como o principal caminho de transformação social. Eles, os ingleses, a tinham como um terreno inteiramente apropriado pela burguesia e impermeável aos interesses dos trabalhadores no seu conjunto, embora algumas medidas políticas fossem aprovadas em favor dos operários. Segundo Engels (1974 [1845], pp.291-92),

Desde já, para o burguês a lei é sagrada, já que é obra aprovada com seu consentimento, para sua proteção e vantagem. Ele sabe que ainda quando tal ou qual lei o prejudique em particular, o conjunto da legislação protege seus interesses, e que, antes de tudo, o caráter sagrado da lei, o caráter intocável da ordem social consagrada pela expressão ativa da vontade de uma fração da sociedade e a passividade de outro setor, representa o apoio mais poderoso de sua posição social.

Neste ponto, o objetivo da classe operária inglesa era transformar a luta social em luta política. Esta ganhou forte expressão nos sindicatos, mas apresentava algumas limitações. As funções dos sindicatos eram negociação salarial em massa, fixar pisos mínimos para os salários, regular o salário em razão do lucro patronal, obter aumentos salariais nos momentos de crescimento econômico e criar uma espécie de piso salarial nacional para todas as categorias. A ação sindical era inócua contra causas importantes que visavam mudar o mercado de trabalho, mas se mostrou eficaz contra pequenas causas: “A história destas associações é uma grande série de derrotas operárias, interrompida por algumas raras vitórias. É normal que todos estes esforços não possam mudar as leis da economia (...)” (ENGELS, 1974 [1845], p.280).

Em termos mais amplos, os operários, como vanguarda da classe proletária, brigavam pelo fim da Lei dos Pobres, por aumento de salário, garantia de emprego, limite da carga diária de trabalho para dez horas, melhores condições de trabalho e, além disto, se posicionavam contrariamente a livre concorrência e a liberdade de comércio (Lei dos Cereais). Os sindicatos, portanto, limitavam-se a uma luta cotidiana, parcial.

Segundo Lenin, o primeiro passo da luta política contra a sociedade burguesa é o despertar espontâneo das massas para as mazelas e explorações do sistema econômico capitalista. Deste sentimento de desespero e do desejo de vingança, os operários organizam motins e greves contra seus patrões, mas a unidade da luta e a consciência de classe não emergem neste momento. Elas aparecem, embrionariamente, nas greves sistemáticas, um

passo decisivo na luta de classes entre burgueses e proletários, mas que não transcendem a ideologia burguesa da luta trade-unionista. Nas palavras do revolucionário russo,

(...) estas greves eram luta trade-unionista, não eram ainda luta social-democrata [revolucionária]; assinalavam o despertar do antagonismo entre os operários e os patrões, mas os operários não tinham, nem podiam ter, a consciência da oposição irreconciliável entre os seus interesses e todo o regime político e social existente, isto é, não tinham consciência social-democrata [revolucionária] (LÉNINE, 1977 [1902]: 101).

Nesta passagem, Lenin deixa claro o seu ponto de vista sobre a luta operária. Surgida espontaneamente como um sentimento de revolta contra a opressão dos patrões, os operários desenvolvem mecanismos de luta capazes de organizar motins e greves sistemáticas, montar sindicatos e forçar o governo a promulgar leis trabalhistas a favor dos empregados. Este é o ponto máximo da consciência operária, chamada de consciência trade-unionista, que o proletariado pode alcançar se deixado por si próprio. Mas, a luta operária pode elevar-se a um patamar superior caso uma vanguarda revolucionária de intelectuais ligados aos trabalhadores introduzir, de fora, a consciência social-democrata.

Estando Lenin certo ou errado, o fato era que o movimento operário precisa abarcar a totalidade do sistema. “Gradativamente os trabalhadores começaram a compreender que, limitando-se à atuação econômica – embora essas por vezes lograssem obter do Parlamento isoladas concessões em matéria de política social, como foi a lei sobre fábricas, de 1833 – jamais poderiam registrar êxitos duradouros” (ABENDROTH, 1977, p.20).

A apreensão da totalidade só seria possível, segundo as teorias marxiana e engelsiana, a partir da constituição de um partido político, certamente não nos moldes vanguardistas propostos pelo então social-democrata russo, um modelo para a Rússia czarista, mas de um partido que expressa-se a capacidade política do proletariado europeu em meados do século XIX.

#### **I.4.2. O partido político e os comunistas**

A teoria moderna da democracia, enunciada primeiramente por Jean-Jacques Rousseau na defesa da plena soberania popular, com o particular significado da participação ativa dos cidadãos na formulação das leis e na formação do Estado, advogava

a socialização da esfera política (COUTINHO, 1996, pp.74-75). Tornados iguais e livres pela força da lei, os homens eram chamados a tomar partido na vida pública, a construir um espaço político socializado capaz de romper com o modelo de poder absolutista, sempre restrito a um pequeno número de indivíduos pertencentes aos estamentos dominantes, a nobreza e o clero.

Os primeiros regimes liberais, fundados nos preceitos da igualdade cidadã e da liberdade dos indivíduos, entretanto, impediam a participação coletiva daqueles indivíduos, supostamente livres e iguais<sup>36</sup>, também pela força da lei, agora reforçadas pelos aparelhos coercitivos do Estado. Diversas barreiras foram erigidas com o intuito de não permitir a afirmação da soberania popular plena, considerada um fator desestabilizante da ordem capitalista recém-constituída. Dois exemplos históricos são marcantes: (1) o direito de organização classista era estendido somente aos patrões industriais e comerciais, sendo vedado tal direito aos trabalhadores e; (2) o sufrágio censitário, com o qual somente os indivíduos abastados, possuidores de riquezas e altos rendimentos, poderiam exercer o direito de voto.

Ou seja, aquela “(...) universalização (ou socialização) da cidadania era formalmente negada na esfera política” (COUTINHO, 1996, p.75). Democracia e cidadania, ao invés de serem preenchidas pelo conteúdo das lutas sociais da classe trabalhadora, passaram, na visão burguesa, a serem confundidas com harmonia social, com a conservação do *status quo*. Reside, aí, um vão intransponível entre a teoria e a prática liberal da democracia e da cidadania.

Na França, no desenrolar da Revolução, em 1791, o Parlamento aprova por unanimidade, sob o silêncio dos jacobinos, a Lei *Chapelier*, que proibia as organizações operárias de terem uma existência legal. Do outro lado do Canal da Mancha, o Parlamento Inglês, oito anos depois, ratifica as *Combination Acts*, que possuía o mesmo efeito da sua congênere francesa – impor a clandestinidade às organizações operárias. “Mas”, como observa Osvaldo Coggiola (1991, p.30), “as lutas e a organização de classe continuaram: não se pode deter a história com leis”.

---

<sup>36</sup> “A crítica marxista sempre esteve atenta para o caráter formal que esta igualdade assumia na prática dos regimes inspirados no ideal democrático: ela era limitada, e de certo modo anulada, pela desigualdade econômica” (COUTINHO, 1996, p.75).

A extensão dos direitos políticos às camadas populares foi um dos eixos importantes dentro do contexto mais geral das lutas emancipatórias dos trabalhadores. Na longa trajetória destas lutas, a conquista do sufrágio universal percorreu um processo contraditório de idas e vindas, recuos e avanços, esperanças e desilusões. Homens não-proprietários, mulheres, negros, imigrantes de povos coloniais, em resumo, à classe trabalhadora era vedado o direito do voto, o direito de ser votada e de participar ativamente do Parlamento e da vida política institucional burguesa.

Barreiras de toda sorte foram levantadas contra os direitos políticos da classe trabalhadora. No plano das idéias, a filosofia política liberal expressou as posições das classes dominantes quanto ao avanço das conquistas políticas e sociais das classes populares, consideradas como preocupantes e indevidas intervenções da “multidão suína”<sup>37</sup> nos interesses econômicos da burguesia, fundados na ordem da propriedade privada e na “dupla liberdade” dos trabalhadores.

Os trabalhadores manuais, seres alienados de parte da sua humanidade, presos nos grilhões dos trabalhos assalariado e semi-servil, são retratados pelos liberais como “bestas de carga”, “bípedes da floresta”, “escravos por natureza”, “crianças” sem autonomia de consciência e ação, que, portanto, não se apresentam aptos a participar civilizadamente dos processos eleitorais, franqueados somente a seres humanos letrados, instruídos e donos do seu próprio destino. Animais e semi-humanos deveriam ser interditados ao cumprimento de deveres políticos; e, quem não é capacitado a cumprir deveres não deve gozar dos respectivos direitos políticos. Como escreve Domenico Losurdo (2004, p.50),

os operários e as classes populares em luta pelo reconhecimento do direito de coalizão ou dos direitos políticos percebem, de todo modo, que a discriminação contra eles se entrelaça estreitamente com uma antropologia que, considerando-os estrangeiros não só em relação à comunidade em que vivem mas também, em última instância, à civilização, relega-os à condição de raça inferior, negando-lhes a dignidade plena de homens.

A tradição política liberal, ao longo de toda a sua história – John Locke, Charles-Louis de Montesquieu, Boissy D’Anglas, Benjamin Constant, William Lecky, Ludwig vonMises, Friedrich Hayek –, sempre teve uma atitude hostil em relação à plenitude dos

---

<sup>37</sup> Expressão de Edmund Burke, citada em LOSURDO, 2004, p.50.

direitos políticos dos trabalhadores, pois considera-a uma ingerência intolerável<sup>38</sup> aos interesses econômicos privados. Os programas populares de intervenção política na economia, centrados em torno de projetos redistributivos e igualitários, deveriam ser restringidos e neutralizados sob a forma que for necessária: esforços não seriam medidos, muito menos poupados, para limitar a soberania popular e sufocar seus levantes, revoltas e revoluções, tudo em nome da defesa intransigente da propriedade privada burguesa. “Ainda que mediada pela intervenção do poder legislativo, a intrusão ou a “invasão” dos não-proprietários na esfera da propriedade é sempre um ato de arbítrio ou de saque, de violência, um ato, pois, que pode ser legitimamente combatido pela violência do agredido” (LOSURDO, 2004, p.39).

Os filósofos liberais, então, buscam legitimar a neutralização dos ímpetos de transformação social e ação política das classes populares. Para tanto o liberalismo recorre, de acordo com a luta de classes, a novos métodos, a novas cláusulas de exclusão, sempre auxiliados, em momentos de ascensão da classe trabalhadora, pelo recurso à coerção explícita: primeiro, a exclusão censitária (Benjamin Constant), depois o sistema eleitoral de segundo grau (Alexis de Tocqueville), a exclusão racial e étnica, a exclusão dos iletrados, dos pobres que não pagam impostos e dos que recebem qualquer tipo de assistência pública, o voto plural, de peso diferente para as classes sociais (John Stuart Mill), e o colégio uninominal, para ficarmos somente com alguns exemplos mais ilustrativos das barreiras de exclusão defendidas pelos liberais (LOSURDO, 2004).

“Estas restrições, exceções, exclusões, obstáculos para os pobres”, nos diz Lenin, “parecem pequenos especialmente aos olhos dos que nunca passaram eles próprios pela necessidade nem nunca conheceram de perto as classes oprimidas na sua vida quotidiana (e é o caso de nove décimos, senão de noventa e nove centésimos dos publicistas e políticos burgueses) – mas, no conjunto, estas restrições excluem, eliminam os pobres da política, da participação activa da democracia” (LÉNINE, 1978 [1917], p.281).

Diante do exposto, podemos perceber o mito da identificação da tradição política liberal como uma tradição defensora da democracia (BOBBIO, 1996 e LOSURDO, 2004)

---

<sup>38</sup> “(...) continua a ser considerada intolerável, como sabemos, qualquer intervenção legislativa na esfera da economia e da propriedade privada”. (LOSURDO, 2004, p.21)

Se a instituição efetiva e quase irreversível do sufrágio universal<sup>39</sup>, como uma prática política contínua e corriqueira na maioria dos países, deve ser debitada da conta de alguma tradição política, esta deve ser corretamente vinculada aos socialistas e ao movimento operário. Se quisermos ser criteriosos, e buscarmos outras fontes que atestem a identidade entre sufrágio universal, democracia e socialismo, encontraremos recursos bibliográficos até em autores liberais, contrários ao sufrágio das multidões, como Gustave Le Bon. “(...) Le Bon relaciona a extensão do sufrágio com a difusão das idéias socialistas, que, violando as “leis econômicas”, pretendem “regular as condições do emprego e do salário”, difundindo a “confiança supersticiosa no Estado providencial”, e a expectativa da solução de uma suposta questão social mediante a intervenção legislativa nas relações de propriedade” (LOSURDO, 2004, p.88). Conforme escreve Carlos Nelson Coutinho (2000, p.61, grifos do autor),

(...) as conquistas da democracia enquanto afirmação efetiva da soberania popular – o que implica, como condição mínima, o direito universal ao voto e à organização (em suma, o direito à participação) – têm resultado sistematicamente das lutas dos trabalhadores contra os princípios e as práticas do liberalismo excludente, defendido e praticado pela classe burguesa. *Portanto, seria não somente um equívoco histórico, mas também, uma injustiça contra os trabalhadores atribuir à burguesia algo que foi conquistado contra ela.*

As lutas operárias contra a “questão social” e a favor da sua constituição como um protagonista na arena política, em particular, e no processo histórico, em geral, tinham, como vimos, três propostas centrais, que vão de encontro àquelas proibições legais impostas pela burguesia, objetivando impedir a socialização da política e a democracia sócio-econômica: o sufrágio universal e secreto, o direito de organização e a redução da jornada de trabalho. Estas foram, entre tantas outras, as posições assumidas pelo movimento cartista inglês na defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora.

---

<sup>39</sup> A neutralização das lutas emancipatórias dos trabalhadores por parte das classes dominantes procura assumir novas formas, de acordo com o tempo histórico, sob o risco de, no caso de retroagir a medidas arcaicas – como a supressão do direito do voto –, despertar uma reação violenta das camadas populares. “[A] violação [do sufrágio universal] alimenta e exaspera a oposição e, longe de consolidar a ordem social existente, termina por fazê-la correr grandes perigos” (LOSURDO, 2004, p.61). Ou seja, não é mais desejável, politicamente falando, voltar ao passado com medidas arbitrárias; é, então, necessário mudar para tudo permanecer no mesmo estado de coisas, segundo a famosa fórmula de Giuseppe Tomasi, príncipe de Lampedusa.



No seu texto de 1845, Engels (1974 [1845], p.292) apresenta o Cartismo como o auge, o ponto máximo da rebelião operária contra as injustiças do sistema capitalista em meados do século XIX. “O *Cartismo* é a forma condensada da oposição à burguesia. Nos sindicatos e greves, esta oposição sempre permanecia isolada, eram os operários individuais ou seções de operários que lutavam contra burgueses individuais (...). Mas no Cartismo é toda a classe operária que se levanta contra a burguesia – particularmente contra seu poder político – e que assalta a muralha legal na qual ela se defende”. Em suma, o Cartismo era tido como o partido político capaz de unificar, em um só movimento, a totalidade das reivindicações proletárias.

Antes de prosseguirmos com a descrição do cartismo, devemos fazer uma pequena advertência: sob pena capital de perdermos de vista a historicidade dos conteúdos e formas dos partidos políticos operários, não podemos negligenciar as diferenças marcantes entre, por exemplo, o cartismo, formado na primeira metade do século XIX, e o Partido Social-Democrata Alemão (PSDA), que ganha vida nas últimas décadas do mesmo século, mais exatamente em 1875. “Os partidos políticos dos primeiros tempos do liberalismo eram, em geral, simples correntes de opinião, cuja organização mais ou menos permanente eram os grupos parlamentares. O primeiro partido no sentido atual da palavra – ou seja, um partido com militantes, organizado, que atua também fora do parlamento, nas várias instituições, nos movimentos sociais etc. – é um partido operário: o Partido Social-Democrata Alemão” (COUTINHO, 2000, p.76).

O que gostaríamos de ressaltar para o nosso propósito é que o Partido Comunista, descrito no *Manifesto*, guarda poucas semelhanças com o que entendemos hoje por partido político. Esta diferenciação histórica da forma de organização dos trabalhadores chamada partido político nos é contada por Daniel Aarão Reis Filho (1998, p.90, grifos do autor):

Há que se distinguir, pelo menos, duas acepções com que é tomada a palavra [partido político] (...)

Uma base programática específica, premissas políticas compartilhadas, interesses sociais gerais a defender, símbolos e cores, bandeiras, datas históricas, efemérides, lideranças, fronteiras bem delimitadas em relação aos outros *partidos* – nesta convergência, balizada por uma base social comum reivindicada, conforma-se o *partido histórico*, social, de classe.

Em outra acepção, longinquamente aparentada com a que se tornou depois banal, partido refere-se a um agrupamento particular, uma organização determinada, com sua história própria, suas lideranças,

ambições, experiência, estilo de organização, lutas internas, intrigas, ilusões.

O Cartismo encaixa-se, com alguns ajustes e reparos, no que Daniel Aarão chamou acima de partido histórico de classe. No seu início, foi um movimento político com fins sociais congregador de diversas forças e classes no seu seio. A aliança entre os operários e a burguesia radical foi uma das características mais marcantes nos seus primeiros anos de existência. Mesmo entre os operários, não havia uma homogeneidade de interesses nem na base nem nas lideranças. Enquanto uns lutavam pelos ideais igualitaristas jacobinos, outros lutavam, por exemplo, pelo socialismo utópico de Owen. Os objetivos e aspirações destes grupos eram diversos e, por vezes, conflitantes entre si – “o Cartismo, portanto, significou coisas diferentes para homens diferentes” (RUDÉ, 1991 [1964], pp.196-97).

A sua organização interna comportava diversas estruturas de luta, tais como sindicatos, associações culturais e caixas de ajuda mútua, funcionando como um verdadeiro caldeirão agregador das tendências políticas radicais inglesas que fervilhavam por toda a ilha. O ponto de convergência dos diferentes grupos sociais que compunham o movimento cartista era a Carta do Povo, um documento político que tinha seis pontos, dentre os mais significativos, o sufrágio universal masculino, remuneração aos parlamentares, votação secreta e eleição anual para o Parlamento. Apresentada em três circunstâncias distintas ao Parlamento britânico (1839, 1842 e 1848), não obteve nenhum sucesso prático e direto. A cada vez que foi levada à apreciação dos parlamentares, a Carta foi rechaçada com argumentos conservadores que a viam como uma ameaça à propriedade e uma incitação à hostilidade entre as classes sociais.

Antes do seu declínio, em 1848, o movimento cartista já estava cindido em duas grandes correntes (EFIMOV *et al.*, 1978, pp.33-35): a facção moderada, que apelava para a força moral das demandas operárias, capazes de convencer corações e mentes da burguesia, que, comovida com tal sentimentalismo, deixaria de opor resistência e passaria, então, a apoiar as reivindicações dos trabalhadores – a vitória operária seria conseguida através da pedagogia e da boa retórica; a esta facção utópica, opunha-se uma mais radical, defensora das manifestações de rua, greves gerais e confrontos diretos com a burguesia industrial – somente a partir dos enfrentamentos políticos, ou mesmo dos combates armados, dependendo das circunstâncias, os trabalhadores fariam impor seus interesses de classe.

O principal temor da burguesia não era a Carta do Povo, mas, substancialmente, os motins, greves e passeatas populares, promovidos e incentivados por aquela facção radical. As forças do Estado, tanto no Parlamento, quanto nas ruas, foram usadas para barrar o cartismo; o governo britânico, alarmado com a situação, mobilizou centenas de milhares de soldados para dispersar a multidão reunida em 1848. A força moral foi combatida com força física, e perdeu. A crítica das armas calou a arma da crítica.

Marx e Engels, conforme diz Jacques Texier (2005, p.204), nunca recuaram uma única polegada sequer quando se tratou de afirmar que “o essencial para a classe operária é a conquista do poder”. Assim sendo, prontamente se identificaram com a ala radical do movimento cartista<sup>40</sup> e usaram-na como inspiração para descrever os comunistas tanto como protagonistas do partido histórico de classe – “não têm interesses distintos dos interesses do proletariado em seu conjunto” (MARX e ENGELS, 1998 [1848], p.20) – quanto como um grupamento de elite daquele partido histórico – “os comunistas são, na prática, a parcela mais decidida e mais avançada dos partidos operários de cada país; eles compreendem teoricamente, adiante da massa de proletários, as condições, a evolução e os resultados mais gerais do movimento proletário” (MARX e ENGELS, 1998 [1848], p.21).

Apesar das influências jacobinas e blanquistas<sup>41</sup> presentes nos trechos citados do *Manifesto do Partido Comunista*, os autores alemães estavam teorizando sobre uma nova forma de luta e organização da classe trabalhadora européia, uma forma que deixava para trás, sem remorsos ou saudosismo, os ideais conspirativistas de pequenas minorias no assalto violento ao poder estatal – o babovismo<sup>42</sup> – por um movimento auto-organizado das massas proletárias, um partido de classe que luta politicamente contra a dominação do comitê executivo estatal e socialmente contra a propriedade privada burguesa – o comunismo proletário. Marx e Engels são suficientemente claros sobre isso para não deixar margens à dúvida: “todos os movimentos precedentes foram movimentos de minorias ou

---

<sup>40</sup> “Fica claro, no entanto, que até 1848 o termo socialista designa os partidários da solução moderada da questão social, e comunista os partidários da solução radical” (COGGIOLA, 1991, p.51).

<sup>41</sup> Cf. Jacques Texier (2005), em especial o capítulo 3.

<sup>42</sup> Tradição política revolucionária francesa inspirada na Conspiração dos Iguais, de Graco Babeuf. Os métodos babovistas de organização política seguem, de perto, a moral jacobina do chamado bom revolucionário (frugal, apego à família, etc.), a organização secreta com poucos integrantes reunidos num diretório executivo, tomada de poder pela conspiração e insurreição armada e instalação de uma ditadura popular logo após o golpe. Segundo Alessandro Molon (2002, p.44), “a lógica de funcionamento já era a de um partido político, pois buscava a vontade de ação entre seus membros e as massas populares, as quais seriam acionadas no momento da insurreição”.

em interesses de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria no interesse a imensa maioria” (MARX e ENGELS, 1998 [1848], p.19).

O objetivo final da auto-organização do proletariado é a abolição da propriedade privada<sup>43</sup>. Ao longo do *Manifesto* de 1848, os autores insistem, por diversas vezes, neste ponto, e repetem a mesma fórmula de maneira diferente. “(...) os comunistas podem resumir sua teoria em uma única expressão: supressão da propriedade privada” (MARX e ENGELS, 1998 [1848], p.21); “vocês [burgueses] nos acusam, em resumo, de querer acabar com a sua propriedade. De fato, é isso que queremos” (MARX e ENGELS, 1998 [1848], p.23); ou, ainda: “a revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações de propriedade remanescentes” (MARX e ENGELS, 1998 [1848], p.27). E, para finalizar: “naturalmente, isso [o predomínio político do proletariado] só pode ocorrer, de início, por meio de intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações burguesas de produção” (MARX e ENGELS, 1998 [1848], p.28).

A aspiração de uma democracia plena e efetiva passa, necessariamente, tanto pela participação ativa dos dominados nos meandros da vida institucional capitalista quanto pela agitação e luta pela superação desta mesma ordem social, pois democracia e cidadania plenas só podem ser alcançados em uma nova ordem social, a saber, o socialismo. Reformas e lutas parciais dizem respeito a avanços importantes na emancipação dos trabalhadores, e não devem ser subestimadas nem descartadas sob o signo do esquerdismo, mas sabemos que há um limite, e este é a república burguesa, invólucro político-institucional que deve ser rompido para a emergência do socialismo.

Por volta de 1848, os trabalhadores lutam, pela primeira vez, pela abolição da propriedade privada burguesa. Nesta época, o comunismo deixou de ser um espectro, uma tormenta espiritual que afligia a consciência dos burgueses e passou a ser uma ameaça efetiva à ordem do capital. “Antes de 1848, em todos os países, a palavra socialismo tinha um sentido absolutamente inofensivo aos ouvidos dos homens” (Arthur Rosenberg *apud*

---

<sup>43</sup> Engels assim descreve, no texto *Princípios do Comunismo*, as conseqüências da abolição da propriedade privada burguesa para a classe trabalhadora: “a associação geral de todos os membros da sociedade para a utilização coletiva e racional das forças produtivas; a intensificação da produção em proporções suficientes para a satisfação das necessidades de todos; a liquidação do regime atual, em que as necessidades de alguns são satisfeitas à custa de outros; a completa supressão das classes sociais e dos seus antagonismos; o desenvolvimento universal das potencialidades humanas de todos os membros da sociedade, graças à eliminação da atual divisão do trabalho, à troca de atividades, à educação industrial e à participação de todos no usufruto dos bens criados coletivamente, e, enfim, graças à fusão entre a cidade e o campo – eis as principais conseqüências da supressão da propriedade privada” (ENGELS, 1981 [1847], p.96).

Coggiola, 1991, p.40). E não é para menos: nesta data, o proletariado já havia aprendido, teórica e praticamente, que nada além da “revolução social com alma política” seria capaz de solapar as bases estruturais da “questão social” – propriedade privada burguesa e trabalho assalariado – e acabar com seus efeitos mais evidentes – pauperismo e fome.

### **I.4.3. Primavera em Paris**

A primavera é a estação do ano onde o novo desponta para o mundo, quando o sol irradia sua energia para que a vida floresça e possa dizer: “finalmente, livre”. A *Primavera dos Povos*, ao contrário da estação do ano, não é algo cíclico, natural, que regularmente desponta para o mundo. Ela foi, antes e acima de tudo, o movimento sócio-político pelo qual o proletariado despontou como classe-para-si e pôde bradar: não há solução negociada capaz de mudar a “questão social”.

A França, celeiro dos grandes embates revolucionários, e sua capital, Paris, a cidade-luz, serviram como uma espécie de farol-guia de Marx nas suas análises da tormenta revolucionária européia que abalou, de uma só vez, a Santa Aliança e a classe burguesa, que então se tornara conservadora. As lutas de classe na França no período entre 1848 e 1850 foram o ponto de partida marxiano para entender o ‘como’ o proletariado constituiu-se em classe para si e o ‘porquê’ da Primavera dos Povos ter se transformado numa derrota na qual se seguiu um longo e tenebroso inverno, arrefecendo os ímpetos revolucionários durante um tempo razoável.

Na revolução de julho de 1830, o Duque de Orleans instaurou a hegemonia da aristocracia financeira, levando consigo uma fração da burguesia – banqueiros e rentistas – ao poder central do Estado francês. A monarquia orleanista implementou uma política econômica de crescentes déficits fiscais, gastando mais do que arrecadava, e financiando sua dívida com a emissão de títulos públicos, que eram comprados pelos banqueiros. Criou-se, assim, um círculo vicioso de dependência do Estado com a burguesia rentista.

Vejamos os mecanismos pelos quais essa hegemonia foi construída. O que ocorria era o seguinte: o Estado tinha despesas maiores do que sua arrecadação pois mantinha gastos supérfluos, um grande exército e a máquina burocrática era perpassada, em todos os níveis, pela corrupção e pela má gerência dos recursos públicos, que se esvaíam em obras

superfaturadas e mal executadas. Do lado da receita, o problema era que a reforma tributária desejável não contemplava, por questões políticas, a taxaço dos rendimentos da alta burguesia. O equilíbrio orçamentário, desta maneira, era uma meta financeira inatingível: a regra era o *déficit* público.

Partindo desta condição de desequilíbrio fiscal, e sem possibilidades políticas concretas de resolvê-lo, a monarquia recém-instaurada recorria aos usurários para tomar empréstimos para financiamentos dos gastos públicos, que acabavam por se constituir na principal fonte de receitas dos banqueiros, franceses e internacionais. O déficit governamental interessava sobremaneira à aristocracia financeira, na medida em que seus lucros aumentavam na proporção direta das despesas estatais, dado que o pagamento de juros era sua principal fonte de receitas.

Com o dinheiro público sendo desviado sistematicamente para os cofres privados da burguesia financeira, esta acabou, por meios econômicos, se tornando a força hegemônica na França monárquica, subjugando outras frações da classe dominante – agrários, comerciantes, industriais – e exercendo dominação sobre a classe trabalhadora ao ponto de Marx (1979 [1850], p.113) dizer: “a monarquia de julho não passava de uma grande sociedade por ações para a exploração da riqueza nacional da França, cujos dividendos se repartiam entre os ministros, as câmaras, 240.000 eleitores e o seu séquito”.

Reduto da alta burguesia, o Estado francês tornou-se um imenso balcão de negócios, onde a riqueza pública era dividida entre os barões da dívida e a pobreza socializada entre os milhões de proletários. A eclosão de um descontentamento geral contra a política econômica e suas conseqüências sociais era uma questão de tempo.

Uma década e meia se passou até que as condições materiais e objetivas da revolta contra a hegemonia da aristocracia financeira começaram a se desenhar. No final da década de 40, houve uma praga nas plantações de batata, um dos principais itens da cesta básica dos trabalhadores, quebra das safras agrícolas em 45 e 46, carestia em 47 e crise geral do comércio e da indústria francesas no ano seguinte. A queda da atividade econômica causou, como sempre, concordatas e falências de diversos ramos de negócio e produção, que acabaram por desempregar contingentes de operários e trabalhadores em geral.

Fome, desemprego e baixos salários foram o fermento para que as revoltas populares viessem à tona logo no início de 1848, deflagrando a *Primavera dos Povos* na

Europa. Em fevereiro, barricadas populares foram erguidas em Paris para pressionar a monarquia francesa contra a situação social das classes exploradas, resultado do domínio econômico da alta burguesia sobre as finanças públicas. Sem força militar e política para resistir às pressões dos trabalhadores, o Duque de Orleans renunciou em favor de um Governo Provisório, que seria responsável pelas mudanças exigidas pelos revoltosos<sup>44</sup>.

Os combates nas barricadas, pelos quais o operariado parisiense havia forçado a renúncia e a queda da monarquia de julho, ainda eram muito recentes para a burguesia esquecê-los. Na montagem da composição do governo provisório, a força das armas nas mãos do proletariado não foi desprezada, e a burguesia logo tratou de neutralizar o poder popular<sup>45</sup>. No dia 25 de fevereiro, praticamente todas as articulações políticas já haviam sido feitas para garantir as vagas dos principais ministérios às diversas frações da classe burguesa. Coube ao proletariado participar de uma comissão (esvaziada) constituída para debater melhoramentos e avanços no combate à “questão social” na França.

Com a queda da monarquia, abriram-se possibilidades de construção de diversos programas políticos somente dos interesses da burguesia, pois “a classe operária francesa (...) ainda era incapaz de levar a cabo sua própria revolução”<sup>46</sup> (MARX, 1979 [1850], p.119). Os programas políticos sonhados pela burguesia iam desde uma república democrática-burguesa radical até a restauração dinástica dos Bourbons. O governo instalado era naturalmente provisório pois as frações burguesas disputavam a hegemonia aberta pelas revoltas populares e o subsequente enfraquecimento da franja financeira da burguesia. A luta social, neste momento, giraria em torno de brigas intra-classe. Foi assim que pensou a burguesia.

O proletariado havia aprendido as lições de 1830, quando foi então ludibriado pelas promessas da burguesia em aprofundar conquistas sociais e políticas, democráticas e republicanas. Desta vez os operários estavam dispostos a fazer valer seus direitos e interesses. Raspail, um dos líderes operários, levou um ultimato até a sede do governo

---

<sup>44</sup> Os vitoriosos das revoltas populares eram compostos por um grupo heterogêneo de sujeitos políticos, sendo, muitos deles, contrários uns aos outros.

<sup>45</sup> Mesmo vitoriosa, a classe operária não tinha uma representação de peso no governo, participando somente com dois membros, Louis Blanc e Albert.

<sup>46</sup> Faltavam as condições materiais da base econômica estarem maduras para a revolução proletária, pois as condições subjetivas – consciência política – já estavam postas. Era preciso que a burguesia industrializasse o país, o que só ocorreu no império de Napoleão III. “Somente o domínio da burguesia industrial extirpa as raízes materiais da sociedade feudal e prepara o único terreno em que é possível uma revolução proletária” (MARX, 1979 [1850], p.119).

provisório, o *Hôtel de Ville*: caso a república não fosse proclamada, 200.000 operários sairiam das suas posições defensivas nas barricadas e marchariam até o prédio localizado na margem direita do rio Sena, no centro de Paris, e mudariam, a seu favor, o rumo da história. Diante da ameaça real, a burguesia proclamou a república em pouco menos de duas horas. As palavras de ordem – liberdade, igualdade e fraternidade –, novamente, foram estampadas nos muros da cidade-luz através de cartazes e pinturas.

Todos os indícios levavam a crer que o proletariado, armado e consciente, seria o protagonista, e vencedor, da trama política da segunda república francesa. Tendo forçado a burguesia a proclamar a República de Fevereiro, a classe proletária conquistou muitos dos seus direitos e conseguiu satisfazer algumas das suas reivindicações, o que foi uma nítida demonstração do seu poder de pressão. A classe proletária atuou de forma a minimizar a concorrência entre os trabalhadores e organizá-los política e coletivamente, com o objetivo central de pressionar as classes dominantes no sentido de atender às suas demandas sociais, políticas e econômicas – legislação do trabalho, um ministério do trabalho e o sufrágio universal. Esta autonomia política do proletariado, todavia, não significou a passagem da hegemonia do processo revolucionário francês das mãos da burguesia para o proletariado.

A participação ativa e consciente da classe proletária como um organismo coletivo e de massas deixou em estado de alerta as classes dominantes francesas, que, pela primeira vez, depararam-se com a união das classes exploradas. Rapidamente a burguesia percebeu o recado das ruas, e passou a reconhecer um inimigo à sua altura. Tratava-se, então, de acabar com as dissidências internas, cerrar suas fileiras de combate e iniciar um contra-golpe. Somente com o fim das lutas internas entre suas frações, a burguesia teria alguma chance de acabar com a ameaça do exército das bandeiras vermelhas<sup>47</sup>. O que estava em jogo não eram pequenas concessões ao proletariado, mas o sistema capitalista como um todo.

Segundo declarações dadas pela própria burguesia, a Revolução de Fevereiro teria abolido toda e qualquer dominação de uma classe sobre a outra: havia chegado o tempo da fraternidade, o fim da luta de classes. Comportando dentro do seu seio institucional representantes de todas as classes, o sentido final da recém criada república seria promover a conciliação dos interesses em torno do desenvolvimento da nação francesa, acabando com

---

<sup>47</sup> “A República de Fevereiro tinha, antes de tudo, de *completar a dominação da burguesia*, incorporando à esfera do poder político, junto à aristocracia financeira, *todas as classes possuidoras*” (MARX, 1979 [1850], p.117, grifos do autor).



o “terrível equívoco que existe entre as diversas classes”, como disse Lamartine. Os burgueses não cansaram de evocar os sentimentos nacionalistas para declarar a natureza pacifista da República de Fevereiro. Se a primeira república – a Jacobina – foi a era do terror, a segunda seria o tempo da paz e da harmonia social.

Pouco a pouco, a chama revolucionária foi se extinguindo e as mudanças sociais ocorreram de forma cada vez mais lenta, até a burguesia consolidar suas posições dentro da máquina estatal. Sem inimigos externos à vista e com o apaziguamento das lutas do operariado, que se sentia ilusoriamente representado no governo provisório, a revolução foi sendo desarmada dos seus perigos maiores para a burguesia, abrindo mão de conquistas populares em face dos interesses da classe dominante (MARX, 1979 [1850], p.121).

Manobrando habilmente pela neutralização da força política do proletariado, a burguesia conseguiu consolidar-se no poder por volta do mês de maio, quando a Assembléia Nacional Constituinte tomou posse no dia 04. Esta Assembléia representou o auge da dominação burguesa no aparelho estatal republicano francês, que ficou a mercê de uma política econômica de *déficits* fiscais e aumento de impostos sobre a classe trabalhadora para financiar, parcialmente, aqueles *déficits*. Enquanto a República de Fevereiro, com todos seus problemas e limites, fez avançar algumas instituições sociais e políticas reivindicadas pelos trabalhadores, a República de Maio era genuinamente burguesa. “A Assembléia rompeu imediatamente com as ilusões sociais da Revolução de Fevereiro e proclamou de modo terminante a *república burguesa*, e apenas a república burguesa” (MARX, 1979 [1850], p.128, grifos do autor).

Estava declarada a guerra contra os trabalhadores. Primeiro, tratou-se de limpar a máquina estatal de todos os representantes proletários. Assim, Louis Blanc e Albert foram defenestrados do governo com a extinção da comissão de Luxemburgo. O segundo passo foi “reduzir o trabalho às suas antigas condições”<sup>48</sup>, ou seja, acabar com todas as conquistas populares desde o início da Revolução Francesa. Programa ousado, foi posto em prática pela burguesia em maio de 1848.

Na República de Maio, o capital se manifestou aberta e concretamente como um bloco histórico de dominação. Temendo o povo em armas, a burguesia francesa, através do seu comitê executivo, começou uma campanha compulsória de desarmamento das milícias

---

<sup>48</sup> Declaração do ministro burguês Trelat, segundo anotações de Marx (1979 [1850], p.128).

populares. A situação política da capital, até então calma, voltou a fervilhar. O proletariado, agindo de forma autônoma da classe dominante e consciente da natureza burguesa da República de Maio, não aceita o desarmamento, virando o feitiço contra o feiticeiro: armando-se de coragem e fuzis, eles abandonam seu estado letárgico de passividade para invadir, a 15 de maio, a Assembléia Nacional.

A invasão foi contida pelas forças leais ao governo, e os principais líderes operários – Barbès, Albert, Raspail, Sobrier e Blanqui – foram capturados e presos. Estes acontecimentos desfavoráveis, entretanto, não foram capazes de arrefecer o ímpeto do proletariado na sua luta em conquistar direitos sociais e econômicos. No dia 22 de junho, o operariado parisiense pegou novamente em armas e marchou pelas ruas de Paris. Sem líderes e sem táticas e estratégias militares, os trabalhadores combateram, durante cinco dias, o Exército, a Guarda Móvel e a Guarda Nacional de Paris e de outras províncias próximas da capital. “Foi uma luta”, diz Marx, “pela conservação ou o aniquilamento da ordem *burguesa*. Descerrou-se o véu que envolvia a República” (MARX, 1979 [1850], p.129, grifos do autor).

Ganha a batalha, a burguesia pôde desenvolver, sem peias ou meias-palavras, o terrorismo burguês e a ditadura do capital: era o tempo da escravidão do trabalho (MARX, 1979 [1850], p.131). Pela primeira vez, a República nacional francesa emergiu na sua forma pura de dominação burguesa sobre a classe trabalhadora. Não era mais possível manter as aparências que a burguesia mascarava sob o lema *Liberté, Egalité et Fraternité*.

Na prática da luta política contra a burguesia, os trabalhadores puderam despertar a consciência de que as mazelas da “questão social” não seriam resolvidas sob a ordem burguesa, pois o “(...) o sistema capitalista exigia, ao contrário, a subordinação servil da massa popular, sua transformação em mercenários e a conversão de seu instrumental de trabalho em capital” (MARX, 2003 [1867], p.834). O proletariado começava a forjar sua consciência de classe, na qual ficava claro que o capitalismo não correspondia, sob nenhum ponto de vista, o modo de produção correspondente aos seus anseios de supressão do pauperismo e da desigualdade sócio-econômica e de realização da igualdade e da liberdade. Para esta classe dominada, não restava mais ilusões: era preciso revolucionar a ordem social existente para construir, a partir da ditadura do proletariado, o socialismo.

## **II. A FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DO OPERARIADO EUROPEU: classe em si, classe para si**

Na metade do século XIX, o socialismo surgiu, a partir dos anseios e aspirações da classe trabalhadora, como uma alternativa à organização social capitalista. A Primavera dos Povos foi o auge das manifestações do mundo do trabalho contra a exploração do capital e a favor de um mundo mais fraterno, igualitário e libertário. O movimento de revolta dos trabalhadores teve um alcance continental, abarcando toda a Europa, com exceção da Inglaterra. Muitos, à época, consideraram-na como uma revolução mundial: começou em Paris e rapidamente, como um rastilho de pólvora, espalhou-se para a Itália, Alemanha, o norte da Europa, Polônia e o Império Austro-húngaro. Foi a primeira, e única vez, que um levante revolucionário desta magnitude e com este alcance ocorreria na história das lutas operárias (TEIXEIRA, 2002, p.24).

No caldo da crise econômica de 1847-48, temos alguns ingredientes de ordem política, ou melhor dizendo, de reivindicações políticas por parte da classe proletária de transformação da ordem social. Em alguns países, como na Alemanha e na Itália, lutou-se pela unificação nacional; no Império Austro-húngaro contra o despotismo monárquico; somente na França o socialismo foi colocado em evidência pela luta de classes.

Esta ressalva é importante para termos uma exata noção da força (ou debilidade) do socialismo em meados do século retrasado. “Os movimentos socialistas”, diz-nos Aloísio Teixeira, “eram muito frágeis e consumiam-se em suas discussões internas, embora quase todos os principais líderes do movimento tenham tido alguma participação nos acontecimentos (...). A primeira tentativa de unificação das idéias socialistas e das organizações operárias só viria a ocorrer alguns anos mais tarde, com a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional), em 1864” (TEIXEIRA, 2002, p.25).

Nesta época, o ideário socialista ainda era muito eclético e vago, com pouca precisão científica, congregando tanto teorias utópicas de Saint-Simon, Fourier e Owen quanto teorias anarquistas de Proudhon e cooperativistas de Louis Blanc, passando pelos socialistas ricardianos da Inglaterra. No primeiro caso, fórmulas quiméricas, sem maior fundamentação no estado de coisas vigente, propunham um mundo de fantasias, de uma organização racional do trabalho idealizada na cabeça de gênios iluminados. No segundo

caso, os socialistas franceses defendiam uma organização social pré-capitalista, que regridiria a uma sociedade artesanal de pequenos proprietários. Utopia e reação misturavam-se, e apesar das boas intenções morais contidas nas propostas reformistas, pouco podiam contra a acumulação capitalista, então em pleno vôo nas asas do sistema fabril e do mercado mundial.

Somente nas décadas posteriores, com a consolidação da acumulação capitalista e o surgimento da franja operária da classe proletária, é que estariam dadas as condições sociais para a emergência de uma teoria social marxista. Marx e Engels, com o brilho e a genialidade das suas obras, foram produtos e produtores do seu tempo. Foi daquelas, e de outras fontes, como a filosofia clássica alemã e a economia política inglesa, que Marx e Engels, de forma utópica, herética e maldita, partiram para construir a sua teoria social revolucionária, que influenciaria o movimento operário pelos próximos 150 anos. É sobre esta teoria que nos debruçamos agora, em especial, nas suas obras que versam sobre classes sociais e política.

## **II.1. A CATEGORIA ‘CLASSE SOCIAL’ SEGUNDO A TEORIA DE MARX E ENGELS**

### **II.1.1. Engels e a situação da classe operária na Inglaterra**

Engels escreveu sobre o seu papel na formulação das teses do materialismo histórico, do socialismo científico e da crítica marxista da economia política. Enquanto Marx foi vivo, colocou-se como um “segundo violino”, com o velho Mouro ocupando o posto de primeiro. Após a morte de Marx, dizia que seu nome estava sendo superestimado pelos companheiros socialistas. Pura modéstia.

Engels foi um pensador original, e não apenas um amigo e colaborador de Marx. Ele teve um desenvolvimento intelectual autônomo e chegou antes de Marx ao comunismo, ao materialismo e à crítica da economia política, fato negligenciado pela maioria dos marxistas. “Freqüentemente, a sua obra aparece colocada como mero adendo à portentosa arquitetura marxiana; freqüentemente, se deixa na sombra *a sua influência sobre Marx*;

freqüentemente se menospreza a sua *contribuição pessoal* ao que hoje conhecemos como teoria marxista” (NETTO, 1981, p.27, grifos do autor).

Preocupado com as preferências do seu filho pelas artes e, pior, pela agitação política, o que poderia desviá-lo dos negócios familiares, o velho Friedrich obrigou Engels a abandonar os estudos do liceu para aprender, na forma de estágio, as artimanhas do comércio. Para isto, enviou-o, primeiro, ao porto alemão de Bremen, depois para Manchester, o epicentro da Revolução Industrial. Como ironia da história, o feitiço virou contra o feiticeiro. Por força da decisão paterna, Engels acabou nos braços do operariado, e, conseqüentemente, do comunismo.

Da literatura, passando pela filosofia, Engels migrou do terreno da erudição e da metafísica para o real, o mundano e o profano. O desenvolvimento econômico avançado e a primazia política internacional tornaram o Império Britânico um ponto de observação privilegiado ao estudioso interessado em entender os impactos sociais da Revolução Industrial. A Inglaterra, assim, foi o laboratório de Engels nos seus estudos da classe trabalhadora no surgimento da grande indústria, como testemunha o próprio autor: “enquanto vivia em Manchester, defrontei-me com o fato de que os fenômenos econômicos, a que até então os historiadores não haviam dado qualquer importância ou apenas uma importância muito secundária, são uma força histórica decisiva, pelo menos no mundo moderno; constatei que esses fenômenos são a base sobre que surgem os atuais antagonismos de classe (...)” (ENGELS, 1979 [1885], p.157).

Desde 1842, portanto, antes de Marx, ainda preso aos estudos filosóficos e de jurisprudência, Engels escreveu três importantes trabalhos<sup>49</sup> a respeito da situação de miséria e opressão vivida pela população rural arrancada das suas raízes e agora jogada nas periferias fétidas e insalúbres das grandes cidades industriais (LEFEBVRE, 2001, p.9). A obra *A situação da classe operária na Inglaterra*, de 1845, é o resultado final dos seus estudos sobre os impactos sociais do capitalismo sobre a classe trabalhadora<sup>50</sup>.

Engels analisou os problemas urbanos nos primeiros momentos da sua gênese histórica sem dispor de um instrumental investigativo adequado. Utilizando-se de diversas

---

<sup>49</sup> Os outros dois artigos são *As Crises* (Gazeta Renana, dezembro de 1842) e *A Situação da Inglaterra* (Anais Franco-alemães, em 1844).

<sup>50</sup> Engels analisa diversas cidades industriais, dentre elas, Glasgow, Edimburgo, Dublin, Londres, Manchester, Liverpool, Bristol, Leicester, Birmingham, Leeds, Bradford, e outras menores.

fontes primárias – revistas, estatísticas governamentais, literatura, artigos de jornais –, ele criou *ad hoc* seu instrumental de pesquisa enquanto ia se aprofundando no seu objeto de estudo, problematizando e contextualizando-o na totalidade da realidade social.

A situação da classe operária é relatada num linguajar moralista, modo de exposição abandonado por Engels (e Marx) ao longo da sua vida. Mas isto não diminui o impacto da sua obra; em determinadas passagens, instiga, choca o leitor com a descrição detalhada das condições de vida dos trabalhadores. Homens e mulheres, crianças e idosos dormiam amontoados num mesmo cômodo, alguns vestidos com farrapos, outros inteiramente nus; corpos espalhados pelo chão coberto de palhas e pedaços de pano – o espaço era mínimo para tantas pessoas. As casas não possuíam mobílias, vendidas na época de recessão e desemprego para comprar alimentos, remédios e roupas, que logo acabavam ou se desgastavam. A miséria absoluta era descrita por crônicas jornalísticas de várias cidades das ilhas britânicas, e não parecia mudar de acordo com o lugar. A conclusão dos periódicos era sempre a mesma: um animal não merecia morar onde viviam os proletários.

O horror dos narradores aparece a cada palavra, a cada frase escrita, sendo uma constante nas reportagens e relatórios oficiais sobre a situação da classe operária na Inglaterra da primeira metade do século XIX. O próprio autor fica aturdido com a penúria dos trabalhadores. O cheiro nauseabundo das ruas fétidas e mal ventiladas inebria seus sentidos e marca fortemente o estilo da sua redação. Doenças, má alimentação, alcoolismo, falta de assistência médica, alta taxa de mortalidade infantil, acidentes de trabalho, deformações decorrentes do trabalho, além da exploração de homens, mulheres e crianças são aspectos da vida das grandes cidades industriais inglesas que Engels detecta com muita precisão e objetividade. A sua revolta, expressa muitas vezes em passagens panfletárias do livro, é proporcional ao horror vivido pelos proletários e à indiferença da burguesia aos problemas econômicos gerados pelo capitalismo.

Todas as evidências pesquisadas por Engels são buscadas num *locus* determinado: a cidade é, por excelência, o espaço físico e social das expressões mais repugnantes da exploração capitalista. É o berço da burguesia e, ao mesmo tempo, a manjedoura do seu contrário, o proletariado. As grandes cidades industriais inglesas abrigavam péssimas condições de vida para os trabalhadores, condições estas que a burguesia e a aristocracia insistiam em mascarar, em esconder nas periferias, distantes dos bairros das classes média e

abastada. As classes dominantes buscam expurgar, espacialmente, a miséria e os resultados da exploração e alienação do trabalho.

O próprio espaço urbano, entretanto, é a expressão máxima das contradições, da ordem e do caos do sistema capitalista, produtor, ao mesmo tempo, da civilização e da barbárie, da riqueza e da miséria, da emancipação política e da opressão do homem pelo homem. Leandro Konder (2000, p.65) nos lembra que “de fato, as contradições essenciais da cidade são, em grande medida, as contradições da sociedade. O que a cidade faz é promover uma concentração e uma acentuação dramática dos contrastes, uma exasperação das tensões e dos conflitos da sociedade”. Manchester, um dos principais núcleos de atividade industrial inglesa, foi construída de tal maneira que era possível lá viver anos e não encontrar um bairro operário sequer, ou mesmo um trabalhador indo para as fábricas da cidade. O espaço urbano constituía-se de tal forma, que a segregação social entre proletários e burgueses era quase completa. Estes dependiam daqueles para produzir suas riquezas, ostentadas em edifícios imponentes e casas circundadas por belos jardins, enquanto a pobreza ficava confinada na periferia e longe dos olhos (in)sensíveis da classe dominante<sup>51</sup>.

A parte viva, pujante da sociedade capitalista – o proletariado –, produtor das riquezas abundantes apropriadas pelas classes parasitárias, é enterrada viva nas ruínas, escombros e habitações insalubres dos bairros operários, confinados e segregados à periferia das cidades. Nas palavras de Henri Lefebvre (2001, p.19),

antes da época industrial, a sociedade dissimulava suas partes vergonhosas, suas fraquezas e seus vícios: a loucura, a prostituição, as doenças; ela os segregava em lugares malditos. A sociedade burguesa dissimula, ao contrário, aquilo que ela vive, sua parte ativa e produtiva.

A “questão social”, até então, era vista como um crime social, um crime cometido, ao mesmo tempo, por todos e por ninguém, um assassinato sem rosto. A sociedade britânica tinha para si a morte prematura dos operários britânicos como algo natural, sem

---

<sup>51</sup> “Eu sei muito bem que esta disposição hipócrita das construções é mais ou menos comum a todas as grandes cidades. (...) Mas em nenhuma outra parte como Manchester tenho comprovado o afastamento tão sistemático da classe operária, mantida longe das grandes vias, uma arte delicada de disfarçar tudo o que poderia ofender a vista e os nervos da burguesia” (ENGELS, 1974 [1845], pp.85-86).

causas sociais específicas e identificáveis. Por isso, ninguém poderia ser responsabilizado, e a sua prevenção seria impossível, embora desejável do ponto de vista ético-moral.

Primeiramente, Engels vai criticar a omissão da sociedade britânica frente aos crimes sociais cometidos contra a classe trabalhadora, e, num segundo momento, afirmar: “ela *conhece* as conseqüências das suas instituições e que ela sabe que suas atuações não constituem um simples homicídio, mas sim um assassinato” (ENGELS, 1974 [1845], p.142, grifo do autor). E tudo isto será demonstrado com citações de documentos oficiais e informes parlamentares/administrativos<sup>52</sup> sobre a “questão social”, para provar a materialidade do crime.

Despontando como um jovem pesquisador de um extraordinário faro científico, Engels traz à tona as mazelas sofridas pelo proletariado, e a motivação dos crimes cometidos contra a classe operária inglesa: o lucro. Engels identifica a grande indústria, as relações sociais e econômicas burguesas como a fonte dos horrores e da indignação descritas no livro. O capitalismo, libertando o trabalhador da servidão feudal, aprisiona-o logo em seguida no despotismo fabril, na organização militar do trabalho, e utiliza-o como uma coisa, uma mercadoria consumida durante o processo de trabalho ou, na terminologia burguesa, como um fator de produção. O homem vira uma mercadoria como outra qualquer a ser transacionada no mercado e regulada pela oferta e demanda – “(...) os operários se tem deixado tratar como uma coisa que se compra e vende” (ENGELS, 1974 [1845], p.282). Em uma palavra, a “questão social” era fruto do modo de produção capitalista. Segundo Lefebvre (2001, pp.13-14),

(...) jamais [a “questão social”] se identifica para ele com uma simples desordem, ainda menos com o mal, com uma doença da “sociedade”, como em muitos textos literários e científicos até nossa época. Londres, Manchester, outras aglomerações inglesas, Engels as toma como os efeitos de causas e razões a conhecer, portanto, a controlar (primeiro pelo conhecimento, em seguida pela ação revolucionária).

A exploração do trabalhador assalariado é dissimulada, fúgida, mas não escapa ao alcance de Engels: “a escravidão em que a burguesia aprisionou o proletariado não se

---

<sup>52</sup> Entre eles, citam-se Journal of Statistical Society of London, Report on the Sanitary Condition of the Labouring Population of Great Britain, Conferência do Dr. Alison na British Association for the Advancement of Science, Commission of Inquiry into the Employment of Children and Young Persons in Mines and Collieries, Fifth Annual Report of the Registrar General of Brths, Deaths and Marriages e Report of Commission of Inquiry into the State of Large Towns and Populous Districts.



revela em parte alguma de maneira mais evidente como no sistema industrial. É o fim de toda liberdade, de fato e de direito”<sup>53</sup> (ENGELS, 1974 [1845], p.235). A ordem social capitalista impele o trabalhador a abandonar sua condição humana para transformar-se numa besta animal na guerra de todos contra todos. A concorrência capitalista e a competição individual geram um estado de beligerância entre os homens, tornando-os lobos dos seus pares. Os trabalhadores, contudo, mantinham sua condição humana nas situações mais adversas que se pode imaginar. Eles preservavam o seu desejo de rebelião contra o poder da burguesia, uma chama que mantinha viva sua consciência humana. Embora fosse um sentimento difuso e esporádico, o impulso rebelde expressava a combatitividade proletária contra o poder opressor da burguesia e, acima de tudo, o sentimento de vida e esperança que ainda residia nos operários<sup>54</sup>.

Ao contrário do que pregavam os burgueses, que hipocritamente tentam conciliar interesses antagônicos da ordem social<sup>55</sup>, a revolta dos trabalhadores contra o capitalismo não é sintoma da sua bestialização, mas sim uma demonstração do seu ressentimento contra a situação desumana do trabalho fabril e das suas péssimas condições de vida. É exatamente o oposto, a afirmação da sua condição humana. Mas era preciso mais do que um discurso moralista e ético de imputar à burguesia a alcunha de assassina social, de uma revolta desorganizada para acabar com a “questão social”: era inadiável a auto-organização social do proletariado e a luta política por um novo modo de produção.

Engels colocou a solução da “questão social” numa encruzilhada: ou a burguesia tomava as medidas cabíveis para remediar a situação, ou a classe trabalhadora assumia a tarefa de cuidar do interesse de todos. Qual o caminho a seguir? A burguesia inglesa continuou trilhando seu caminho sem olhar para trás, e não abdicou da sua posição classista privilegiada, nem sequer tomou ações necessárias para mitigar a situação miserável dos

---

<sup>53</sup> Logo em seguida, Engels parece retificar o que disse e aponta a liberdade formal alcançada pelo trabalhador no capitalismo: “(...) o progresso histórico realizado sobre a antiga escravidão reside justamente no feito de que pelo menos o *princípio* a liberdade se impôs – e os oprimidos procurarão que este princípio seja aplicado” (ENGELS, 1974 [1845], p.235).

<sup>54</sup> Segundo Engels, “não são homens senão na medida em que sentem a raiva contra a classe dominante, se convertem em bestas no momento em que se acomodam pacientemente ao seu jugo, não buscando senão tornar agradável sua vida neste jugo, sem tratar de rompê-lo” (ENGELS, 1974 [1845], p.164).

<sup>55</sup> “(...) Se a burguesia tem o interesse em dirigir esta guerra hipocritamente, sob a aparência da paz e sob a da filantropia, não pode senão favorecer ao operário desnudar suas verdadeiras condições de vida, atacando violentamente esta hipocrisia” (ENGELS, 1974 [1845], p.276).

operários. Esta não foi um incômodo para a burguesia até o proletariado se organizar em torno de coletivos classistas capazes de colocar em xeque a ordem capitalista; a burguesia despertou para a “questão social”, alarmada não com as condições animais nas quais viviam os trabalhadores, mas sim com as possíveis perdas dos privilégios proporcionados pela hierarquia do capitalismo, onde os proprietários dos meios de produção vivem do trabalho alheio, como parasitas a gozar da riqueza produzida pelos trabalhadores.

Pela primeira vez, um autor de teoria social crítica estabeleceu, mesmo que de forma precária e intuitiva, uma relação dialética entre pobreza e riqueza, miséria e opulência. Antes vista como resultado da decadência feudal, a pobreza foi descrita por Engels como efeito da ascensão capitalista. Como diz André Martin (1996, p.141), “(...) O tema da “deterioração” passou, assim, a associar-se à riqueza e ao crescimento urbanos e, portanto, à efervescência e dinamismo típicos do capitalismo e não mais à miséria e à estagnação econômico-social características do feudalismo”.

Engels não viu uma solução imediata para os problemas urbanos e sociais dos trabalhadores. Ele repudiou as saídas fáceis, os projetos utópicos prontos e acabados, os sermões moralistas. Se havia alguma solução, ela estaria no jogo político, no choque de interesses, na correlação de forças entre classes sociais. O problema das mazelas sociais vivenciadas cotidianamente pela classe trabalhadora estaria nos fundamentos básicos do capitalismo – o mundo da produção, a divisão social do trabalho, a cisão entre campo e cidade, as classes sociais – e nas superestruturas política e ideológica legitimadoras do sistema de exploração e alienação do trabalho dos produtores diretos pelos parasitas burgueses. Em resumo: a partir da sua vivência nas fábricas e cidades inglesas e dos seus estudos empíricos sobre a realidade que o circundava, Engels foi o primeiro pensador revolucionário a caracterizar a luta de classes no capitalismo como produto da grande indústria, e fazer uma ligação teórica e prática entre industrialização e miséria proletária. Ninguém pode tirar este mérito de Engels.

### **II.1.2. Emancipação política e emancipação humana**

O texto *A Questão Judaica*, de Karl Marx, foi publicado no primeiro e único número da revista *Anais Franco-Alemães*, editada pelos exilados políticos alemães em

Paris. Além deste texto, Marx escreveu uma pequena introdução a *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, um breve estudo sobre o mestre Hegel<sup>56</sup>.

Bruno Bauer, destacado membro dos hegelianos de esquerda, tratou da religião judaica em alguns artigos publicados em 1843. Na sua visão, a emancipação dos judeus da dominação do Estado cristão alemão e preconceitos religiosos era uma luta pela emancipação civil e política, não apenas um embate teológico entre cristãos e judeus.

Os judeus alemães lutavam pelo fim dos preconceitos religiosos patrocinados e sancionados pelo Estado cristão. A resolução da questão judaica apresentava-se, também, na própria emancipação dos judeus frente aos seus próprios preconceitos e sectarismo, pois o povo hebreu crê que tem “(...) o direito de manter-se a margem da humanidade, a não participar, por princípio, do movimento histórico, a aferrar-se à esperança de um futuro que nada tem a ver com o futuro geral do homem (...)” (MARX, 2002 [1843a], p.14).

A contribuição de Bruno Bauer ao debate foi atentar para o fato deste mesmo Estado cristão ser calcado numa essência de privilégios, sectarismo e sujeição geral aos seus interesses próprios, completamente descolado dos interesses da população alemã. Ou seja, a luta dos judeus alemães deveria expandir-se para o terreno político, e não ficar presa a luta pela emancipação religiosa e pelo fim do egoísmo. O empenho dos judeus deveria ser canalizado para a transformação da sua cidadania restrita em cidadania “plena”, embora Bauer reconhecesse a importância da garantia da liberdade de culto e religião instituída em países como França e Estados Unidos da América. Bauer defendia a tese da abolição de todo privilégio religioso em geral e do tratamento da religião como um assunto privado, de responsabilidade de cada indivíduo. O autor, assim, “exige (...) que todo judeu abandone o judaísmo e que o homem em geral abandone a religião, para ser emancipado como cidadão. E, por outro lado, considera a abolição política da religião como abolição da religião em geral. O Estado que pressupõe a religião não é um verdadeiro Estado, um Estado real” (MARX, 2002 [1843a], p.17).

---

<sup>56</sup> Antes de partir para o auto-exílio em Paris, Marx casou-se com Jenny Von Westphalen, uma antiga amiga da sua irmã mais velha. No caminho, o casal Marx aproveitou as férias para descansar no balneário alemão chamado Kreuznach. Durante sua lua-de-mel, Marx pôe-se a estudar a história da Revolução Francesa e os principais pensadores da teoria política, de Maquiavel a Rousseau, detendo-se na obra de Hegel. Nos manuscritos de Kreuznach, o nosso autor recusou a teoria hegeliana na qual a sociedade civil é derivada do Estado, o reino universal da razão.

Neste ponto, surge a pergunta central do texto de Bauer: “É certo que a crença religiosa oferece garantias ao Estado; mas, a que Estado? *A que tipo de Estado?*” (BAUER, *apud* MARX, 2002 [1843a], p.17, grifos do autor).

Marx viu com bons olhos as colocações de Bruno Bauer ao debate da questão judaica, e resolveu dar sua própria contribuição, embora tenha mudado de foco o encaminhamento do problema. Para ele, Bauer não aprofunda e radicaliza as conseqüências que podem ser tiradas da pergunta-chave, “a que tipo de Estado estamos falando?”. Desta forma, o problema fica sem a resposta correta e se perde em contradições e paradoxos insolúveis. Segundo Marx (2002 [1843a], p.17),

não se trata de investigar, apenas, quem há de emancipar e quem deve ser emancipado. A crítica tem que indagar-se, além disso, outra coisa: de que espécie de emancipação se trata; quais as condições implícitas da emancipação que se postula. A própria crítica da emancipação política era, de rigor, a crítica final da questão judaica e sua verdadeira dissolução no ‘problema geral da época’.

Marx aprofunda a crítica da questão judaica e eleva a solução do problema para um nível superior, do nível da emancipação política para a emancipação humana. É disto que trata a resolução da questão judaica. O seu estudo dirige-se não apenas ao Estado cristão, mas para o Estado geral (Alemanha, França e Estados Unidos), tendo em vista a investigação da relação entre a emancipação política e a emancipação humana, mais geral e completa do que a primeira.

A questão judaica aparece de formas diferentes na Alemanha, França e Estados Unidos, países com organizações políticas e estatais distintas entre si. Na Alemanha, a questão judaica assume uma forma puramente teológica, onde o judeu se coloca em contraposição religiosa ao Estado cristão. Na França, a problemática dos judeus deriva do constitucionalismo – “ao conservar aqui a aparência de uma religião de Estado, ainda que sob uma capa fútil e contraditória consigo mesma, a maneira de religião da maioria, a atitude dos judeus diante do Estado conserva a aparência de uma contraposição religiosa, teológica” (MARX, 2002 [1843a], p.18). Nos Estados Unidos, a questão judaica torna-se uma questão secular, e não mais teológica. Lá, não existe a religião de Estado, e a Constituição nacional assegura a liberdade religiosa e de culto a todos os indivíduos da sociedade. Todavia, apesar da emancipação política plena dos indivíduos, “nos Estados

Unidos não se acredita que um homem sem religião possa ser um homem honesto” (MARX, 2002 [1843a], p.19). A emancipação política, ao contrário do que diz Bauer, não conduz ao fim da religião, como atesta o caso dos Estados Unidos.

Desta forma, Marx propõe uma nova direção para a questão judaica – a emancipação humana e sua relação com o Estado, com a emancipação política. “O limite da emancipação política manifesta-se imediatamente no fato de que o Estado pode livrar-se de um limite sem que o homem dele se liberte realmente, no fato de que o Estado pode ser um Estado livre sem que o homem seja um homem livre” (MARX, 2002 [1843a], p.21).

A sua proposta é buscar a raiz da questão judaica, onde residem, de fato, as causas da dominação do homem pelo homem, da sua autoalienação. Marx, assim, começa a analisar os fundamentos do Estado político secular, plenamente desenvolvido e acabado na França e Estados Unidos, e chega à seguinte conclusão: até agora os filósofos políticos da modernidade estavam procurando no lugar errado a fonte da alienação do homem, de onde deriva sua falta de capacidade de tomar para si os rumos da história. A riqueza, o poder do dinheiro é o fundamento da dominação do homem pelo homem. O Estado moderno não representa o fim das contradições da sociedade civil, a sua realização num plano mais elevado, como afirmava Hegel. O Estado, ao contrário, funda-se na divisão da sociedade em classes e pressupõe a existência da propriedade privada, garantindo sua plena existência e o direito de liberdade de negociação – troca e venda de mercadorias privadas – entre os membros da sociedade civil (MARX, 2002 [1843a], p.22).

A sociedade burguesa do século XIX encontra-se dilacerada numa dicotomia entre Estado político “universal” e sociedade civil particular, onde os interesses econômicos e egoístas prevalecem no plano privado. O homem leva uma vida dividida na dualidade entre o cidadão político universal e o homem econômico privado, entre o *citoyen* e o *bourgeois*. A liberdade do homem, na verdade, é o direito humano à propriedade privada, o seu uso irrestrito para fins privados<sup>57</sup>. Segundo Marx (2002 [1843a], p.35, grifos do autor),

---

<sup>57</sup> O fundamento da sociedade burguesa é a liberdade do homem em dispor arbitrariamente da propriedade privada, sem preocupação com a sociedade e o espaço público. “Sociedade que faz que todo homem encontre noutros homens não a *realização* de sua liberdade, mas, pelo contrário, a *limitação* desta” (MARX, 2002 [1843a], p.36, grifos do autor).

(...) o direito do homem à liberdade não se baseia na união do homem com o homem, mas, pelo contrário, na separação do homem em relação a seu semelhante. A liberdade é o *direito* a esta dissociação, o direito do indivíduo *delimitado*, limitado a si mesmo.

O egoísmo prevalece como base da sociedade burguesa mesmo com a plena realização do Estado político. A questão judaica permanece intacta com a emancipação política do Estado: a solução está na emancipação humana, no fim da dualidade entre *citoyen* e *bourgeois*, numa nova revolução política da sociedade civil. Sem a mudança profunda da estrutura econômica da sociedade, o homem universal continuará sendo servo e dominado pelo homem egoísta. O cidadão só será reconhecido enquanto for um burguês (MARX, 2002 [1843a], p.38).

As revoluções burguesas encarregaram-se de suprimir o poder político fragmentado da sociedade civil, dividida no feudalismo em estamentos, agremiações e corporações artesanais, unificando-o sob a égide do Estado. Nas palavras do autor (MARX, 2002 [1843a], p.41, grifos do autor),

*A constituição do Estado político e a dissolução da sociedade burguesa nos indivíduos independentes – cuja relação se baseia no direito, ao passo que a relação entre os homens dos estamentos e dos grêmios se fundava no privilégio – se processa num só e mesmo ato. Assim, sendo, o homem enquanto membro a sociedade civil, isto é, o homem não-político, surge como homem natural. (...) O homem egoísta é o resultado passivo, simplesmente encontrado da sociedade dissolvida, objeto de certeza imediata e, portanto, objeto natural. A revolução política dissolve a vida burguesa em suas partes integrantes sem revolucionar as partes nem submetê-las à crítica.*

A superação da naturalização do homem e dos seus direitos virá com a revolução política, capaz de reduzir o mundo e as relações humanas ao próprio homem. (MARX, 2002 [1843a], p.42) Marx rompe com a visão de Bruno Bauer de que o problema da emancipação dos judeus encontra-se no terreno religioso, teológico, civil ou mesmo político. A emancipação religiosa e política são um passo importante para a emancipação humana, mas não devemos superestimá-las e esquecer que são apenas condições necessárias, e não suficientes, da liberdade do homem. A chave do problema está no estudo do homem real, do judaísmo real, da usura e do dinheiro. O fim do dinheiro e da usura, portanto, seria a condição final para a emancipação humana.

O dinheiro é a potência universal da sociedade burguesa, o seu poder prático é o poder do homem em dominar outros homens. Hegel, que supunha o poder do Estado como o poder supremo, estava equivocado nesta sua formulação, disse Marx, que colocou a dominação da política como formal frente ao dinheiro. O Deus judeu encontra sua forma material no dinheiro, que impõe seu império geral na alienação do homem adorador do mercado, das coisas, do dinheiro.

o dinheiro humilha todos os deuses do homem e os converte em mercadoria. O dinheiro é o valor geral de todas as coisas, constituído em si mesmo. Portanto, despojou o mundo inteiro de seu valor peculiar, tanto o mundo dos homens como a natureza. O dinheiro é a essência do trabalho e da existência do homem, alienada deste, e esta essência estranha o domina e é adorada por ele (MARX, 2002 [1843a], p.48).

A crítica do autor à sociedade burguesa tem o acento “posto antes sobre a circulação (dinheiro, “negócio”, etc.) do que sobre a produção – aliás, coisa freqüente nos próprios socialistas franceses<sup>58</sup>. Entretanto, atrás da aparência política e econômica, a crítica de Marx é essencialmente filosófica” (LÖWY, 2002, p.97).

Marx não trata da exploração do capital, da produção da base material, de classes sociais nem da revolução socialista. A tarefa da emancipação humana não é o propósito de uma classe social determinada historicamente, mas produto dos “homens”. Neste exato ponto do seu percurso teórico, o conceito de classe social não havia sido elaborado a ponto de ganhar determinações concretas, nem sequer foi apresentado o seu esboço. Ele ainda está preso ao que mais tarde vai chamar de esfera da circulação. O reino da produção e do trabalho alienado ainda é algo misterioso não só para Marx, mas como para todos os socialistas e contestadores da ordem capitalista.

### **II.1.3. A classe universal**

A agenda de pesquisa e o instrumental teórico marxianos encaminhavam-se para novos rumos, ainda indeterminados, mas firmes no distanciamento da obra do mestre Hegel e dos hegelianos de esquerda. Em 1843, o texto *Introdução a crítica da filosofia do direito*

---

<sup>58</sup> Boa parte das críticas reformistas de Proudhon estavam assentadas na premissa que o dinheiro era o “lado mau” do sistema capitalista.

*de Hegel* é redigido com um propósito muito claro: a busca da verdadeira realidade, a descoberta do real como fundamento ontológico da sua teoria.

O debate com Bruno Bauer prossegue nas primeiras páginas do artigo, e Marx inverte toda a problemática dos hegelianos de esquerda, escola de pensamento da qual ele próprio fazia parte, afirmando, sob influência de Feuerbach, que o homem cria Deus a sua imagem e semelhança, e não o inverso. Paulatinamente, a religião foi autonomizando-se do homem, alienando-se do seu criador, agora subjugado pela sua criatura.

Invertida a relação do homem com a religião, o passo seguinte seria a crítica da teologia, desmascarando-a como “o ópio do povo”. Não, diria Marx. Não basta abandonar ou destruir as ilusões, é necessário destruir a condição material que necessita de ilusões (MARX, 2002 [1843b], p.86). A crítica da teologia dá lugar à crítica da política, uma crítica que deixa de ser um fim em si mesmo e passa ser um meio de indignação, denúncia e transformação da realidade social.

Marx buscava as raízes dos problemas sociais, que só poderiam ser encontrados no próprio homem. A radicalidade da crítica política não era uma simples atividade de proferir frases ocas e vazias sobre a filosofia, a crítica literária ou teológica, ramos de atividade intelectual dos neo-hegelianos de esquerda. A radicalidade estava contida na sua ligação com a realidade social, concreta, ontologicamente reproduzida pela razão científica.

Os homens práticos dos partidos políticos alemães professavam “frases banais e mal-humoradas” contra a filosofia clássica alemã e o seu caráter abstrato e idealista. A filosofia não deve ser negada, mas, sobretudo, deve encontrar os “germes reais da vida”, realizar-se, enfim. A força da arma da crítica, tida pelos hegelianos de esquerda como a força motriz da história humana, será substituída, na obra marxiana, pela crítica das armas, embora o autor não negasse o poder das teorias no caso das suas ligações com as massas. A teoria ganha força somente quando expressa as vontades e necessidades das massas, quando explicita o sentido das lutas dos homens<sup>59</sup>, dando-lhes unidade e coerência, ligando os momentos parciais ao movimento total – “(...) o pensamento revolucionário coerente não pode aparecer senão a partir dos problemas, aspirações e lutas da própria classe” (LÖWY, 2002, p.107).

---

<sup>59</sup> “A teoria é capaz de prender os homens desde que demonstre sua verdadeira face ao homem, desde que se torne radical. Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem” (MARX, 2002 [1843b], p.94).



A ligação da teoria com a prática política no texto marxiano era, todavia, uma ligação “elitista”, em que a teoria gozava de uma nítida posição privilegiada, pois a base material era um elemento passivo a espera da ação teórica para colocá-la em movimento, dar-lhe um acabamento lógico produzido pelo cérebro privilegiado do filósofo. O cérebro filosófico ligava-se com o coração do proletariado, formando um corpo revolucionário disforme – o galo franco-alemão –, ainda retalhado em partes desiguais, a teoria e a prática política.

A teoria marxiana desloca-se da crítica propriamente da filosofia clássica alemã para a compreensão dos alcances e limites da revolução estritamente política que, segundo ele, “deixa de pé os pilares do edifício” da sociedade civil burguesa – a propriedade privada. A partir da elucidação dos limites da revolução política, Marx vai perguntar-se sobre o sujeito histórico, a classe social concreta capaz de levar a cabo as transformações necessárias ao fim da alienação humana.

Na sua vivência da *Gazeta Renana*, Marx tinha a burguesia alemã, em particular a renana, como uma classe social covarde para atacar e destruir as bases materiais das desigualdades sociais, e emancipar a “humanidade sofredora”; a burguesia, de fato, lutava para instaurar a dominação geral a partir de sua situação especial, particular. Se a nascente burguesia não tinha o interesse em realizar a emancipar humana, qual classe, afinal, faria a revolução?

Alguns requisitos básicos devem ser preenchidos para que uma classe possa ser o agente histórico das transformações requeridas pela humanidade sofredora. A mais importante delas é que a classe revolucionária deve aglutinar, em si, todas as mazelas sociais e políticas que o sistema produz em todas as outras classes para, legitimamente, tornar-se o representante geral das classes sofridas<sup>60</sup>. Nas palavras de Marx (2002 [1843b]: 98, grifos do autor),

Para que coincidam a revolução de um povo e a *emancipação de uma classe especial* da sociedade burguesa, para que *uma classe* valha por toda a sociedade, é necessário, pelo contrário, que todos os defeitos da sociedade se condensem numa classe, que uma determinada classe resuma em si a repulsa geral.

---

<sup>60</sup> A revolução ainda é concebida sob uma argumentação ética e subjetiva, numa terminologia que engloba expressões como “grandeza de espírito”, “genialidade”, “arrojo”, “covardia”, “intransigência” e etc.

O conceito de classe social, pela primeira vez, entra em cena na sua obra, sendo compartilhado indiscriminadamente com outro conceito, o de estamento. Da base material contraditória da sociedade civil burguesa emerge uma classe universalmente sofredora, que “não reclama nenhum direito especial para si, porque não se comete contra ela nenhuma violência especial, senão a violência pura e simples” (MARX, 2002 [1843b], p.100). Uma classe que deve se libertar para cumprir sua missão histórica de emancipação do gênero humano, de todas as classes particulares que sofrem a opressão do sistema burguês.

A classe universal, apontada como a classe revolucionária por excelência é, segundo Marx, o proletariado, uma classe desvencilhada do mundo antigo, mas presa pelos grilhões da exploração capitalista, previamente definida no processo de cercamento dos campos, da expropriação dos meios de produção e da “liberdade” do mercado, onde o trabalho humano torna-se uma mercadoria. Sem nada a perder, a classe sofredora encarnava universalmente as explorações particulares de outras classes subalternas; com tudo a ganhar – liberdade, igualdade e fraternidade – o proletariado colocava-se a realizar sua missão histórica, a revolução.

Neste texto, Marx faz a descoberta filosófica e teórica do proletariado como classe emancipadora, e a anuncia num tom messiânico de salvação da humanidade. Marx não tinha estabelecido ainda ligações orgânicas com o movimento operário socialista, o que vai ocorrer em Paris e Bruxelas<sup>61</sup>. Disto resultará a percepção do proletariado como uma base passiva onde o pensamento crítico-filosófico ativo deve atuar. Segundo Michael Löwy (2002, p.103),

Perante este pensamento filosófico ativo – que se apodera das massas, que cai como um relâmpago sobre o “ingênuo terreno popular” –, o proletariado é considerado apenas mediante seus sofrimentos e suas carências, como uma “base material”, como o “elemento passivo” da revolução, que serve de arma material à filosofia, que se deixa apoderar e “fulminar” pelo pensamento...

#### **II.1.4. A auto-emancipação do proletariado**

---

<sup>61</sup> Engels, num verbete sobre seu companheiro de luta, afirma que Marx fez sua entrada na agitação política com a fundação de uma associação de operários alemães em Bruxelas. “Essa agitação adquiriu ainda maior importância para ele ao ingressar em 1847, juntamente com seus amigos políticos, na Liga dos Comunistas (...)” (ENGELS, 1979 [1878], p.340).

No jornal parisiense *Vorwärts* (Avante!), Arnold Ruge escreveu, sob o pseudônimo “Prussiano”, um pequeno artigo com comentários sobre a rebelião dos tecelões da Silésia<sup>62</sup> e das reações políticas e militares que tal evento provocou na Prússia. Sua motivação foi responder, em tom crítico e argumentativo, as opiniões do jornal francês *La Réforme*, que escreveu sobre o terror vivido pelo rei prussiano ao saber das notícias de rebelião na Silésia, supostamente forte o suficiente para colocar em xeque a ordem social germânica.

Segundo o artigo de Ruge, o jornal francês equivocou-se sobremaneira com o destaque dado a força e o alcance da revolta dos trabalhadores silesianos. Primeiramente, o rei da Prússia não ficou assustado com as possíveis conseqüências da rebelião, muito menos com o seu tamanho e proporção; bastou deslocar um pequeno contingente de tropas para sufocá-la. Em segundo lugar, a consciência política e social dos trabalhadores silesianos era suficientemente baixa e pouca desenvolvida para perceber a miséria e a carestia locais como pertencentes a algo maior, ou seja, como sendo um problema de classe, ou da sociedade prussiana como um todo. “Por isso o rei considera [a rebelião] como um defeito de administração ou de assistência” (RUGE *apud* MARX, 1995 [1844], p.69).

O Estado monárquico prussiano, desta forma, descartou quaisquer tipos de reformas sociais para combater os efeitos políticos da revolta dos tecelões. Apesar dos trabalhadores terem se levantado contra o estado de miséria, fome e pauperismo absoluto, e iniciarem uma revolta armada na Silésia, o fato não justificaria, dada sua pouca importância atribuída pelo rei prussiano, uma intervenção maior do Estado para mitigar os efeitos da opressão capitalista, que então se desenvolvia com o início da industrialização na localidade; medidas de assistência social e melhorias na eficiência administrativa do governo seriam suficientes para contornar a “questão social” na Silésia.

De pena em punho, Marx glosa as teses do “prussiano” publicadas no *Vorwärts*, discordando de todas elas; uma a uma critica-as de forma ácida e irônica, como é do seu feitio, e propõe uma análise inteiramente nova da rebelião dos trabalhadores silesianos, visando estabelecer os elos existentes entre os atos políticos dos operários e os males

---

<sup>62</sup> Apesar do relativo avanço da organização e conscientização do proletariado francês em relação ao proletariado dos outros países, foi na Alemanha que irrompeu um movimento de contestação da ordem burguesa, com batalhas armadas entre trabalhadores industriais, revoltados com as condições de trabalho, e forças militares da monarquia prussiana. A revolta dos tecelões da Silésia, em 1844, foi um dos fatos marcantes para a consolidação dos fundamentos teórico-metodológicos do socialismo científico e da teoria marxiana da auto-emancipação dos operários, como afirma Michael Löwy (2002).

sociais advindos da industrialização capitalista. Esquemáticamente, podemos definir duas teses principais do “prussiano” que Marx glosa e critica: (1) a fraqueza da revolta: no primeiro confronto armado entre trabalhadores e soldados da monarquia, os primeiros saíram vitoriosos dos campos de batalha; o rei prussiano precisou enviar um exército inteiro para sufocar a rebelião, ao contrário do que Ruge havia falado no seu artigo<sup>63</sup>; (2) alcance da revolta: o “prussiano” afirmava que os tecelões silesianos foram guiados por uma visão curta e estreita da razão política, restrita a luta cotidiana do lar, da fábrica e do distrito local, por isso não incutiu medo ao rei, nem as autoridades.

Conforme explica Marx, a rebelião não levou o terror insurgente ao rei prussiano precisamente porque não era dirigida a este, mas sim à burguesia como classe. Marx contra-argumenta e ressalta o amplo alcance teórico<sup>64</sup> e prático da revolta trabalhadora. Os tecelões não se limitaram a quebra de máquinas, como os ludistas, ou a combater o poder econômico dos industriais. Eles foram além, lutando contra os banqueiros, rasgando livros comerciais e títulos de propriedade, ou seja, atingindo a totalidade da classe burguesa e seus representantes. Com “coragem, reflexão e duração”, os trabalhadores silesianos transcenderam e elevaram a nível superior a luta operária contra os interesses da burguesia, seja ela industrial, bancária ou comercial.

A luta de classes do movimento operário silesiano, mesmo conduzida de forma intuitiva e espontânea, foi completa e radical, fato este que passou despercebido ao “prussiano”, atento aos lances superficiais da revolta. Era preciso ver a emergência de uma nova forma de luta dos trabalhadores, que se colocaram frontalmente contra a burguesia a partir de objetivos auto-determinados de revolucionar as relações sociais de produção. O proletariado, assim, tornou-se o elemento ativo da revolução, e deixou de ser a base material passiva, como Marx havia afirmado no ano anterior. A revolta dos tecelões da Silésia foi celebrada como a primeira expressão revolucionária da luta de classes entre burgueses e proletários, superando os limites do cartismo inglês, restrito aos marcos da consciência sindical e da democracia representativa.

---

<sup>63</sup> A força dos trabalhadores silesianos é enaltecida por Marx em comparação com o movimento operário inglês, incapaz de sustentar uma radicalização política, quiçá militar, dos motins cartistas.

<sup>64</sup> Diz Marx sobre Weitling, um dos principais líderes operários da Alemanha: “Onde poderia a burguesia (alemã) – incluindo seus filósofos e eruditos – exibir uma obra igual à de Weitling: *Garantien der Harmonie und Freiheit* [Garantias da Harmonia e da Liberdade]? Caso se compare a insossa e tola mediocridade da literatura política alemã com esta enorme e brilhante estréia literária dos operários alemães” (MARX, 1995 [1844], p.85).

O proletariado desenvolvia novas formas de luta contra a exploração capitalista e seus efeitos mais imediatos, avançando diariamente em conquistas no terreno da política, como direito de organização coletiva, fundação de sindicatos, greves gerais etc. Poucas conquistas sociais, entretanto, eram efetivas na modificação, a curto e longo prazos, das causas estruturais dos males sociais<sup>65</sup>. A esta altura, Marx havia percebido os limites que o proletariado enfrentava nas suas lutas de classe contra a burguesia, dado o desconhecimento científico da estrutura social trazida pelo modo de produção capitalista. Era preciso, dizia ele – em tons fortes, mas vazios... – fazer a “revolução política com alma social”, embora pouco se soubesse sobre o que seria, realmente, esta “revolução com alma social”.

O problema central de Marx ainda era fundamentar sua crítica à filosofia política de Hegel, e superá-la com um novo modelo teórico que unisse, numa totalidade, Estado e sociedade civil, sendo esta o determinante daquela – “O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. (...) Com efeito, esta dilaceração, esta infâmia, esta escravidão da sociedade civil, é o fundamento natural onde se apoia o Estado moderno (...)” (MARX, 1995 [1844], pp.80-81). Podemos dizer que, nesta época, as relações dialéticas entre sociedade civil e Estado ocupavam o centro das preocupações do jovem Marx.

Para o comunista alemão, o Estado é condicionado pela dinâmica conflituosa da sociedade civil, com o momento econômico tendo uma centralidade da totalidade do ser social. Em determinados períodos históricos, entretanto, o momento político emerge como uma força decisiva das transformações sociais, autonomizando-se relativamente da sociedade civil, e assim criando condições objetivas e subjetivas para que os homens façam sua história de acordo com seus interesses. Surge, deste modo, uma síntese teórica da interação orgânica e reflexiva entre economia e política, ou, em termos clássicos, entre base e superestrutura, não cabendo dizer que existe uma tendência economicista na obra do jovem Marx (nem na maturidade)<sup>66</sup>.

---

<sup>65</sup> Segundo Carlos Nelson Coutinho (2000, pp.62-63), a transformação das demandas sociais em direitos positivos – “direitos sociais” – ocorreria, em grande parte, no século XX, com a institucionalização do Estado do Bem-Estar Social.

<sup>66</sup> Para aqueles que ainda pensam a relação entre base e superestrutura como uma relação mecânica e determinística, vale lembrar as palavras escritas por Engels numa carta a Joseph Bloch, na qual afirma preempitoriamente que “(...) segundo a concepção materialista da história, o elemento determinante da história é, *em última instância*, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu dissemos outra coisa a não ser isto. Portanto, se alguém distorce esta afirmação pra dizer que o elemento econômico é o *único*

Ora, vista a organização social e política como partes de uma mesma unidade – a realidade capitalista, que engloba tanto o Estado quanto a sociedade civil –, as soluções da “questão social” devem passar, necessariamente, por mudanças radicais em ambas as esferas do ser social, daí Marx falar de uma revolução política e social.

Já está claro, em 1844, a idéia da classe proletária como classe revolucionária, consciente dos seus objetivos de transformação radical da base sócio-econômica do capitalismo. Também está claro como Marx inverteu a fórmula hegeliana do Estado dominando a economia. Mas uma coisa ainda permanece obscura para Marx e para a classe proletária: os fundamentos científicos da sociedade civil.

É certo que os conhecimentos marxianos de economia política avançaram muito neste ano, mas, ao contrário do que ele próprio dizia<sup>67</sup>, não era suficiente para entender as ligações concretas e objetivas existentes entre propriedade privada e classes sociais, capital e trabalho. Nos seus cadernos de estudo sobre filosofia e economia política, Marx ainda tratava o trabalho assalariado e a alienação dando uma forte ênfase aos seus fatores subjetivos – essência humana, desumanização – face aos fatores objetivos<sup>68</sup> (VÁZQUEZ, 1986 [1967], pp. 418 e 439).

Sem dispor do instrumental teórico da economia política do trabalho capaz de analisar cientificamente as causas fundantes da “questão social”, Marx coloca-se a criticar as propostas da classe burguesa para sanar os problemas decorrentes do pauperismo das massas populares, sempre ressaltando seus estreitos limites (MARX, 1995 [1844], pp.77-79).

No centro do sistema capitalista mundial, a burguesia inglesa esboçou uma consciência tímida e limitada dos problemas do pauperismo e da desigualdade social. Ela reconheceu a gravidade de algumas expressões da “questão social”, mas apresentou propostas “infantis” e paliativas de pouco impacto nas estruturas do capitalismo. A ação

---

determinante, transforma-a numa frase sem sentido, abstrata e absurda” (ENGELS, 1977 [1890]: 34, grifos do autor).

<sup>67</sup> “Ao leitor familiarizado com a economia nacional não preciso assegurar que meus trabalhos foram obtidos mediante uma análise inteiramente empírica, fundada num meticuloso estudo crítico da economia nacional” (MARX, 2004 [1844]: 19-20).

<sup>68</sup> No texto aqui analisado, Marx fala, assim como nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, da essência humana e desumanização – “Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque – mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial – ele é um protesto do homem contra a vida desumanizada, porque parte do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana” (MARX, 1995 [1844]: 89).

política da burguesia contra o pauperismo e a miséria da classe proletária consistia numa assistência social das paróquias locais, obrigadas pelo regime de lei a prestar socorro aos pobres. O combate à miséria e ao pauperismo era, assim, reduzido a questões assistencialistas e administrativas, passando ao largo da raiz do problema – a propriedade privada e a produção, expropriação e apropriação do excedente econômico pela classe dominante. Como dizem Mário Duayer e João Leonardo Medeiros (2003, p.242),

(...), na Inglaterra, assim como na Alemanha, o pauperismo, julgado resultante ora da falta de beneficência, ora do excesso de beneficência, foi sempre manejado com medidas filantrópico-administrativas. Portanto, em ambos os casos, jamais foi considerado consequência necessária das relações sociais de produção, em particular da indústria moderna.

Marx (1995 [1844], p.81) satiriza tais formulações reformistas da burguesia, e argumenta sobre o caráter conservador e mistificador das propostas burguesas e do Estado para contornar a “questão social”.

(...) o Estado não pode acreditar na impotência interior a sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode descobrir apenas defeitos formais, casuais da mesma, e tentar remediá-los. Se tais modificações são infrutíferas, então o mal social é uma imperfeição natural, independente do homem, uma lei de Deus, ou então a vontade dos indivíduos particulares é por demais corrupta para corresponder aos bons objetivos da administração.

Poderia, pergunta Marx, “o Estado comportar-se de outra forma?” A burguesia inglesa, vocalizada nas obras dos economistas vulgares, dos quais se destacava Thomas Robert Malthus, apontava as leis da natureza, o egoísmo privado e o sentimento não-cristão dos ricos, a política dos partidos adversários que demonstravam a falta de vontade política para construir consensos e agir efetivamente sobre os problemas sociais, a ineficiência administrativa, o excesso de assistência social, a falta de educação e a indolência dos trabalhadores como as causas da miséria das classes exploradas. “(...) a raiz dos males sociais é buscada em todos os lugares, menos onde ela efetivamente se encontra e que o remédio é sempre alguma medida de reforma e nunca a revolução”. (TONET, 1995, p.51)

Aparentemente, os trabalhadores são duplamente livres no sistema capitalista, livres dos meios de produção e livres do ponto de vista formal e jurídico. Todos são cidadãos e

iguais perante a lei burguesa. A reprodução social da sociedade civil capitalista exige “(...) a instauração da igualdade jurídico-política de todos os homens, isto é, sua transformação em cidadãos. Com isto, porém, não se elimina, antes se consolida a desigualdade social”. (TONET, 1995, p.59)

A desigualdade social entre as classes provém do mundo da produção, a base material da sociedade<sup>69</sup>, que permanece intacta sob o véu da cidadania e da democracia liberal. A emancipação política burguesa foi um avanço social frente as relações políticas do feudalismo, construída sob a demanda social das classes populares. (COUTINHO, 2000) Mas elas, a cidadania e a democracia burguesas, não alcançam a essência da desigualdade, a relação social de expropriação dos meios de produção e apropriação do excedente econômico produzido pelos trabalhadores “livres”.

### **II.1.5. O reino da produção como *locus* da “questão social”**

O relativo atraso econômico da Alemanha frente à França e Inglaterra, principais pólos do capitalismo concorrencial, ajudam a explicar o prestígio da filosofia idealista alemã nas obras juvenis de Marx e a ausência de considerações sobre a economia política clássica. O neo-hegelianismo acompanha-o até o exílio em Paris, quando trava seus primeiros contatos com o movimento operário francês e a economia política, através do trabalho de Engels, *Esboço de uma crítica da Economia Política*, escrito em 1844.

Em meados do século XIX, o processo de industrialização alemã era incipiente e a produção agrícola era o centro da atividade econômica germânica. A classe trabalhadora era dividida entre camponeses e artesãos da manufatura. A grande indústria capitalista, com sua força produtiva mecanizada e processos de trabalho estipulados pelos donos da fábrica, não havia se instaurado na Alemanha, o que explica, em parte, a ausência da figura do proletariado nas suas primeiras obras.

Os primeiros passos marxianos rumo a realidade concreta da base econômica foram dados com a atividade jornalística na *Gazeta Renana*, após a tão aguardada nomeação para um cargo na Universidade de Bonn não ser confirmada. O governo reacionário de Frederico

---

<sup>69</sup> A partir dos seus primeiros estudos da economia política e da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, Marx busca a raiz do pauperismo e da desigualdade social no terreno da produção, oculto pelo véu da circulação. Abordaremos estes estudos com maior profundidade ao longo do capítulo III da dissertação, mais especificamente no item III.2.



Guilherme IV promoveu uma verdadeira caça as bruxas no setor universitário, tolindo o direito de liberdade de expressão de catedráticos com posições progressistas, de crítica ao regime instalado na Prússia. O resultado da perseguição aos hegelianos de esquerda foi a demissão de Bruno Bauer da Universidade de Bonn, amigo de Marx que lutava por sua nomeação na cátedra de filosofia.

A reação do governo prussiano jogou os hegelianos de esquerda no campo aberto da oposição política ao regime absolutista dos pequenos Estados alemães. Impedidos de lecionar nas principais universidades e insatisfeitos com os rumos da “nação germânica”, os intelectuais expulsos da cidadela científica tiveram que atuar no campo da agitação política e do ativismo jornalístico. Ao destituir os hegelianos de esquerda das cátedras universitárias, o Estado prussiano “(...) forçou a filosofia a “instalar-se nos jornais”, a “tornar-se profana” e a ocupar-se de problemas políticos e sociais concretos” (LÖWY, 2002, p.58). Uma via se fechou, mas outra logo se abriria para Marx, via que seria trilhada pelo resto da sua vida – a militância política comunista.

Nem todos pareceram ter reagido bem a esta mudança de ares, e Marx percebeu isto com relativa rapidez. Enquanto seus antigos amigos, como Bruno Bauer e Max Stirner, faziam a agitação política a partir da consciência e da atividade intelectual pura, com grande desprezo pelas massas populares<sup>70</sup>, Marx e Engels começaram a trilhar um caminho oposto, que vai ao encontro do mundano, do profano.

O estudo da filosofia idealista alemã foi um dos pontos fundamentais na formação intelectual de Marx, mas o ativismo político seria de igual importância. A mudança para a França foi decisiva, pois lá Marx encontrou a ação política dos coletivistas franceses. Seus estudos concentraram-se em obras de filosofia política e o comunismo proletário passou a ser tratado de maneira mais fundamentada (KONDER, 1983, p.33).

A partir daí, Marx começou a questionar incisivamente o materialismo contemplativo de Feuerbach, intelectual alemão que se recusou a participar de atividades políticas e confrontos ideológicos contra a burguesia do seu país. Para Marx, a filosofia deveria deixar de ser contemplativa, e passar a auxiliar, de forma direta e orgânica, a ação humana no concreto. Teoria e ação deveriam estar num mesmo padrão de atuação, por assim dizer. Marx, desta forma, começou a rever os conceitos da filosofia alemã, inclusive

---

<sup>70</sup> Cf. MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (2003) [1844].

os seus, culminando na superação da idealismo ativo de Hegel e do materialismo passivo de Feuerbach pela dialética do materialismo histórico.

A obra do acerto de contas com seu passado filosófico não foi publicada na época – estamos falando de *A Ideologia Alemã*, escrita em parceria com Engels; nesta obra o esforço dos pensadores alemães foi subverter o hegelianismo, tanto de direita quanto de esquerda, para a efetiva imbricação da filosofia no plano político.

Nos textos *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, *A questão judaica* e *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx procurava determinações mais concretas para definir o conceito de “vontade geral” que, na sua opinião, tem um caráter moralista e utópico em Rousseau e abstrato e idealista de Hegel. Fugindo tanto da utopia de Rousseau, uma das influências do socialismo francês no seu alvorecer, quanto do idealismo hegeliano, Marx busca as bases materiais concretas e objetivas para a “vontade geral” (COUTINHO, 1998, p.51). Enquanto o pensador genebrino vê os indivíduos virtuosos como os atores responsáveis pela construção da “vontade geral” e Hegel destaca a burocracia estatal como representativa da universalidade, Marx aponta sua lente teórica para a classe universal, o proletariado.

O ponto nevrálgico da questão era a efetiva realização de uma ordem democrática, de uma ordem social capaz de implementar a emancipação humana e a liberdade anunciada, e não cumprida, pela Revolução Francesa. Igualdade, liberdade e fraternidade soavam, em meados do século XIX, como palavras vazias, como fraseologias para justificar um sistema de opressão, miséria e despotismo fabril. As revoluções burguesas continuaram apenas a revolucionar as forças produtivas, limitando a igualdade a uma formalidade jurídica, a liberdade ao livre-comércio e a fraternidade a políticas assistencialistas e caridosas de instituições religiosas e estatais.

Nem Rousseau, nem Hegel contemplavam as bases materiais para a democracia, impedida de se realizar plenamente com a divisão entre o público e o privado, o *citoyen* e o *bourgeois*. A sociedade era dividida entre dois mundos antagônicos, o mundo dos proprietários e dos não-proprietários, dos dominantes e dos dominados. Juridicamente falando, o homem burguês é livre e igual ao seu semelhante, mas, quando Marx estuda o reino da produção material, percebe desigualdades e hierarquias rígidas na sociedade civil burguesa. É no estudo do reino das necessidades, das particularidades, que Marx vai

estabelecer toda uma nova agenda de pesquisa para entender de forma científica como os grilhões que aprisionam o proletariado são forjados. Nas palavras do próprio autor,

(...) somente o estudo científico da estrutura econômica da sociedade burguesa podia fornecer uma sólida base teórica; e, por fim, expúnhamos, numa forma popular, que não se tratava de por em vigor um sistema utópico, mas de intervir, com conhecimento de causa, no processo de transformação histórica que se operava na sociedade (MARX *apud* LÖWY, 2002, p.190).

O estudo científico da estrutura econômica, antes de tudo, requeria uma nova concepção de mundo, uma ontologia ligada a um novo método de análise da realidade concreta. Os jovens hegelianos lutavam contra representações e fraseologias, consideradas os “verdadeiros grilhões da humanidade”, e esta postura ideológica foi desprezada por Marx e Engels com o passar do tempo. A busca dos autores comunistas visava encontrar a ligação da filosofia com a realidade; as suas premissas “são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontravam prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são pois verificáveis por via puramente empírica” (MARX e ENGELS, 1998 [1846], p.10).

A consciência filosófica vai perdendo toda sua autonomia absoluta e pureza teórica e passa a ser relativamente condicionada pela base material. “A produção das idéias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real” (MARX e ENGELS, 1998 [1846], p.18). Ela não é mais uma consciência pura do espírito, da “Idéia”, mas um produto das condições sócio-históricas. Marx e Engels invertem o modo de ver a construção do mundo, que, segundo os filósofos clássicos, era criado a partir das idéias, das representações. A base da concepção de mundo marxiana/engelsiana é a produção da vida material e a divisão do trabalho, seguida pela superestrutura (religião, artes, direito, ciência) e a reprodução do sistema como um todo. E a força motriz da história não é mais percebida na “crítica crítica”, mas sim na revolução.

A formação da divisão social do trabalho é descrita como um longo processo histórico, que se inicia na divisão natural da família, da cidade (indústria e comércio) versus campo (agricultura), prossegue na disputa de cidade contra cidade, ou melhor indústria versus comércio, e culmina na divisão internacional do trabalho capitalista e na luta entre

Estados soberanos, instalada a partir do século XIX com a *Pax Britânica*. A divisão do trabalho determina as formas de propriedade (tribal, comunal, feudal e capitalista), embora sejam expressões idênticas de um mesmo processo – “(...) na primeira se enuncia, em relação à atividade, aquilo que na segunda é enunciado em relação ao produto dessa atividade” (MARX e ENGELS, 1998 [1846], pp.27-28).

A primeira forma da propriedade é a tribal, considerada por Marx e Engels um simples desdobramento da divisão natural das tarefas familiares que corresponde ao estágio rudimentar da caça, pesca e pastoreio. Aqui, o modo de exploração do trabalho pode ser definido como o patriarcado.

A segunda forma da propriedade é a comunal e do Estado, presente na Antigüidade. Várias tribos e clãs reúnem-se sob a tutela de uma cidade-estado e a escravatura torna-se a forma de exploração do trabalho. A divisão do trabalho se desenvolve e manifesta-se sob a dicotomia campo e cidade, e dentro das cidades, a oposição entre comércio marítimo e indústria (MARX e ENGELS, 1998 [1846], pp.13-14).

A terceira forma é a propriedade feudal ou dos estamentos. Ao contrário da Grécia e Roma antigas, a Idade Média tinha, como ponto de partida, as relações rurais com os pequenos produtores camponeses atrelados à servidão feudal. A decadência dos impérios da Antigüidade aniquilou boa parte das forças produtivas, com o declínio da agricultura, indústria, comércio e da própria população européia. A propriedade feudal foi influenciada pela organização militar dos germanos, buscando reorganizar as forças produtivas e as relações sociais de produção. “A divisão em estamentos era na verdade muito acentuada, mas não houve divisão importante do trabalho, além da separação entre príncipes reinantes, nobreza, clero e camponeses no campo, e entre mestres, companheiros e aprendizes, e logo também nas cidades uma plebe de jornaleiros” (MARX e ENGELS, 1998 [1846], p.17).

As classes sociais são, assim, tidas como um fenômeno típico da modernidade capitalista. Antes, na Antigüidade e na Idade Média, tínhamos uma estratificação social baseada nas ordens e estamentos; depois, no comunismo, teríamos uma sociedade sem classes. Na sociedade burguesa, a luta de classes, “ora disfarçada, ora aberta”, não foi abolida pelas novas formas de produção social, mas configurou-se de uma maneira inédita. O modo de produção capitalista foi responsável tanto pelo aparecimento de classes sociais e frações de classe que não existiam no feudalismo, quanto pelo desenvolvimento de novas

formas de exploração e opressão por parte da classe dominante, e de luta por igualdade e liberdade das classes dominadas.

A supressão dos estamentos e dos ordenamentos jurídicos não garante a abolição nem da propriedade privada nem da divisão social de classes; pelo contrário, inaugura uma nova forma de estratificação, baseada primariamente na riqueza e no poder de exploração do trabalho alheio perpetrado pela sociedade civil burguesa<sup>71</sup>, “a verdadeira sede, o verdadeiro palco de toda a história” (MARX e ENGELS, 1998 [1846], p.33), e consolidada com o direito de propriedade privada, tido pelo capitalismo como um direito natural dos indivíduos (LOCKE, 2002 [1690]), mas que na verdade é um direito construído socialmente e sancionado legalmente pelo Estado absoluto.

O Estado moderno possui uma determinação reflexiva com a sociedade civil, com a base material de produção e as classes sociais antagônicas<sup>72</sup>. Ele não suprime as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, mas sim tensiona a luta de classes em favor das classes dominantes espiritual, ideológica e materialmente. Ao contrário de Hegel, que via o Estado como o reino da razão e da superação das contradições da sociedade civil, Marx e Engels defendem uma tese radicalmente oposta: o Estado não é o reino universal, mas o representante dos interesses do conjunto das classes dominantes, um Estado restrito que gerencia os interesses da burguesia. “O Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses, tanto exterior quanto internamente” (MARX e ENGELS, 1998 [1846], p.74).

A contradição entre produção social e a apropriação privada dos produtos do trabalho, sendo esta última sancionada pelo direito positivo e o aparelho burocrático-

---

<sup>71</sup> “Vemos a que ponto a concepção passada da história era um absurdo que omitia as relações reais e se limitava aos grandes e retumbantes acontecimentos históricos e políticos. A sociedade civil compreende o conjunto das relações materiais dos indivíduos dentro de um estágio determinado de desenvolvimento das forças produtivas” (MARX e ENGELS, 1998 [1846], p.33).

<sup>72</sup> As relações jurídicas e estatais, aparentemente soltas no mundo das “Idéias”, estão enraizadas nas relações materiais de vida. Assim era definido o materialismo histórico, uma concepção de mundo inovadora e capaz de dissecar a anatomia da sociedade burguesa, buscando seus elementos mais íntimos e essenciais nos recônditos da totalidade das relações sociais. Sobre a base econômica das relações de produção e forças produtivas, levanta-se uma superestrutura jurídica, política, artística e da consciência, dialeticamente articulada e organicamente condicionada pela base material.

coercitivo do Estado<sup>73</sup>, são fatores condicionantes da desigualdade social entre as classes. Marx e Engels estão reafirmando, num patamar teórico mais elevado, posições de textos passados, onde eles buscavam as raízes da desigualdade no terreno da produção, sem, no entanto, conhecê-las de forma mais precisa. Nas suas palavras, “(...) essa divisão do trabalho encerra ao mesmo tempo a repartição do trabalho e de seus produtos, distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade quanto em qualidade” (MARX e ENGELS, 1998 [1846], p.27).

### **II.1.6. Luta de classes e práxis revolucionária**

A concepção teórica de Marx e Engels sobre o desenvolvimento histórico da humanidade, elaborada em *A Ideologia Alemã* e expressa publicamente em *O Manifesto Comunista*, nasceu como uma alternativa radical às duas correntes do pensamento histórico do século XIX, a saber, o providencialismo cristão e o pensamento liberal, que então dominavam a cena ideológica (FONTES, 1998).

Apesar das duras críticas sofridas ao longo dos dois séculos precedentes, o providencialismo cristão ainda exercia, no XIX, alguma influência no pensamento histórico. Sua tese principal consistia em afirmar a existência de um plano transcendental, externo à vida terrena e material do homem, que comandaria os rumos e destinos do processo histórico. A revelação seria a forma tradicional pela qual os homens acessavam este “plano exterior” e travavam conhecimento das vontades do Criador; somente uma pequena minoria – a monarquia e os eclesiásticos – seria capaz de traduzir a vontade divina e implantá-la nos domínios terrenos.

O liberalismo surgiu com força no século XIX como uma alternativa para desbancar o providencialismo cristão, que tentava se modernizar para servir de base à reação da Santa Aliança e à expansão neocolonial européia. Suas reflexões sobre o indivíduo, a laicização do poder e do conhecimento e o contratualismo da sociedade e do Estado exerceram um

---

<sup>73</sup> “Garantindo a propriedade privada, o Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes (ou seja, conserva a “sociedade civil”) e, desse modo, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários, sobre os trabalhadores diretos. O Estado, assim, é um *Estado de classe*: não é a encarnação da Razão universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses *comuns* de uma classe *particular*” (COUTINHO, 1996, p.19, grifos do autor).

enorme fascínio nas camadas letradas da sociedade européia<sup>74</sup>, passando a ser a força ideológica hegemônica dentro do pensamento histórico.

A despeito do confronto de idéias um tanto quanto divergentes, ambas as correntes estavam calcadas em pressupostos fixos, imutáveis e fantasiosos: “uma divindade (ou projeto) intangível e inalterável, ou uma “natureza” humana constante e permanente”. (FONTES, 1998, p.157) Os homens, alijados da produção da história, eram vistos como um suporte passivo dos desígnios celestes ou da sua própria essência. Alienados das condições objetivas e subjetivas da construção do seu próprio destino, tinham a democracia como um sonho inalcançável, tão longe quanto a *pólis* grega poderia estar.

Marx e Engels, desde 1846, eliminaram dos seus horizontes teóricos a possibilidade da existência ontológica de fatores extra-sociais – Deus, “Idéia”, “Natureza”, “essência humana” – no processo histórico. Este era, enfim, resultado das lutas de classes. Segundo a concepção histórica dos pensadores alemães, “na vida social, nada decorria de um estado de natureza, assim como nada provinha de alguma gênese imprecisa ou ideal. As sociedades forjam os homens e estes, a partir das condições que encontram, buscam mantê-las ou transformá-las”. (FONTES, 1998, p.161)

Em três passagens marcantes<sup>75</sup> do panfleto político escrito para a Liga dos Comunistas, os autores afirmam a luta de classes como o motor da história, ou seja, afirmam os homens como produtores da história, mesmo que a façam sem saber e em condições previamente estabelecidas<sup>76</sup>. José Paulo Netto (2004, p.65) resume dessa maneira a concepção histórica marxiana e engelsiana:

o passo fundamental que se dá no *Manifesto*, vinculado à saturação daquela consideração pela *história em ato*, com a qual o confronto de classes é posto no *centro* da dinâmica da ordem social contemporânea, é a *inteira historicização da centralidade das lutas de classes*: radicalizado na ordem contemporânea, elas deixam de ser vistas como um elemento *externo* e *natural* da socialidade, antes são concretamente situadas (mesmo transistoricamente) e encontram resolução ao propiciar

---

<sup>74</sup> “Embora sedutora, a imagem metafórica usada pelo pensamento liberal não correspondia a nenhum processo histórico efetivo” (FONTES, 1998, p.157).

<sup>75</sup> “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe” (MARX e ENGELS, 1998 [1848]: 8). “Todas as sociedades até agora se apoiaram, como vimos, no antagonismo entre classes dominantes e dominadas” (*Ibid*, p.19). “A história de todas as sociedades até o presente movimentou-se em torno de antagonismos de classe, que em cada época se apresentavam de forma diferente” (*Ibid*, p.27).

<sup>76</sup> Cf. Karl Marx (1978) [1852].

condições para a passagem a um ordenamento social que as suprime, pela supressão das próprias classes. (grifos do autor)

Boa parte do esforço intelectual dos revolucionários alemães estava dirigido em levar, às últimas conseqüências, inclusive políticas, aquilo que os economistas políticos – Ricardo, em especial – já vinham dizendo em suas obras consagradas: a riqueza é produzida pelo trabalho. Contudo, a sua tarefa, neste sentido, não se esgotava no plano teórico: além da centralidade da categoria ‘trabalho’ no entendimento da realidade capitalista, Marx e Engels, diligentemente, expõem a centralidade do sujeito histórico do trabalho, o proletariado. Ou seja, sua luta desenvolve-se, consecutivamente, em dois planos, distintos mas articulados entre si – teoria e prática, daí a centralidade da categoria ‘práxis’.

Nos *Manuscritos de Paris*, Marx vê o trabalho relacionado à essência do homem, analisada sob um ponto de vista material, mas com um certo caráter especulativo: material porque Marx está colado a realidade social capitalista, percebendo o trabalho como aspecto positivo – formação do homem – e negativo – alienação do homem; especulativo porque ele não a vê como uma realidade efetiva do homem, mas sim como uma possibilidade distante de se realizar no futuro, no comunismo, onde cessa o divórcio entre essência e existência do homem.

A história, nos *Manuscritos*, é contada através do conflito entre desumanização e humanização do homem, entre negação e afirmação da sua essência. Esta concepção de mundo histórica, que já corresponde a um avanço tanto a Hegel quanto a Feuerbach, vai se tornar completa na *Ideologia Alemã*, quando passa a ver a história como uma relação entre o homem e a produção da vida material.

Marx e Engels abandonavam, assim, a antiga concepção da história como um processo social de recuos e avanços da desumanização e humanização do homem. Com o acerto de contas com os neohegelianos, aí incluso Feuerbach, a história passa a ser vista como o desenvolvimento da relação entre o homem e os modos de produção da vida material, segundo os próprios movimentos contraditórios do real. A história é explicada não mais pela cisão, um tanto quanto especulativa, entre essência e existência humana, mas por fatos reais, concretos e empiricamente comprováveis. “Toda historiografia deve partir dessas bases naturais e de transformação pela ação dos homens, no curso da história” (MARX e ENGELS, 1998 [1846], p.10).



Em outra passagem, ulterior a citada, Marx e Engels (1998 [1846], p.19) são mais explícitos:

(...) não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital.

Fica claro, desta forma, que Marx e Engels deixam para trás o homem abstrato, passivo e contemplativo das teorias feuerbachianas e começam a trabalhar com os indivíduos reais, localizados na produção da vida material humana. Do homem abstrato ao homem produtor; da consciência para a produção; do Espírito para a história – este é o caminho que nossos autores trilham em direção a uma verdadeira filosofia da práxis. Mas é a Marx que devemos, sem medo de cometermos uma injustiça com a história das idéias, imputar uma “filosofia da práxis” (KONDER, 1992).

Segundo Michael Löwy (2000), a filosofia da práxis marxiana nasce nas teses aforísticas sobre Feuerbach, escritas no exato momento em que Marx toma consciência do caráter fraseológico da filosofia clássica alemã, e compreende a necessidade de unir teoria e prática: teoria radical, que vai a raiz do problema – o homem, a produção e a exploração capitalista – e prática revolucionária dos proletários auto-conscientes. Tal “salto ontológico” só foi possível com o contato de Marx com o proletariado parisiense, a revolta dos tecelões da Silésia e dos estudos de economia política.

A principal discordância de Marx à Feuerbach era a pouca atenção dispensada para as questões práticas e materiais da filosofia e suas ligações com a política. Para Marx, a filosofia deveria deixar de ser um mero instrumento de contemplação para auxiliar diretamente a ação humana no campo da práxis, da história. Teoria e ação deveriam estar num mesmo padrão de atuação, por assim dizer. Marx começou a rever os conceitos da filosofia alemã para culminar na superação da dialética idealista de Hegel pela dialética do materialismo histórico.

De forma simples e concisa, Marx resumiu, em onze pequenas teses, suas críticas a Feuerbach, um texto pessoal que não foi escrito para publicação, e nem mesmo foi aludido ao seu melhor amigo e colaborador. George Labica, um dos melhores intérpretes das *Teses*

sobre Feuerbach, diz o seguinte sobre elas: “(...) marcam uma virada decisiva em sua trajetória intelectual [de Marx]; em uma palavra, uma ruptura. (...) Nas *TF* um acontecimento de alcance considerável está consignado – o “ajuste de contas”, o “germe genial” (LABICA, 1990, p.13).

A primeira tese, a maior de todas, trata da crítica de Marx a forma subjetivista de como Feuerbach se apropria dos objetos, ou melhor, de como Feuerbach descreve a apropriação teórica pelo homem dos objetos da natureza. Marx firma que os objetos são atividade sensivelmente humana, resultado da ação do homem produtor, e não do homem contemplativo. A ação, a produção é um processo social que humaniza o homem, e não a teoria, como supunha Feuerbach. Na mesma linha de argumentação temos a tese 5.

A segunda tese diz respeito a teoria do conhecimento de Feuerbach e a filosofia especulativa. Marx demonstra, em poucas linhas, que a verdade do conhecimento não está posta na lógica interna da ciência, descolada da prática; assim vista, a verdade científica torna-se uma questão puramente escolástica. A verdade deve ser procurada na realidade efetiva.

A terceira tese discorre sobre a dialética do homem como produto e produtor da sociedade, da realidade efetiva. Segundo o materialismo vulgar, o homem é produto do seu meio e da educação; não, dirá Marx, ele também é sujeito consciente da história, produtor da vida social. Quando da coincidência da mudança das circunstâncias e da auto-transformação humana, temos uma prática revolucionária.

A quarta tese afirma que, ao contrário do que pensava Feuerbach, a alienação não é produto direto das falsas consciências que o homem tem da sua realidade, estampadas nas ilusões teológicas, mas produto das próprias contradições da realidade efetiva. O entendimento das alienações, das representações simbólicas distorcidas criadas pelo homem deve ser procurado na realidade e solucionado através da prática revolucionária, enunciada na terceira tese.

Na sexta tese Marx rompe com a tradição filosófica alemã da essência humana, que pressupõe um indivíduo humano isolado, abstrato. Marx diz que o indivíduo isolado é produto de uma sociedade específica, de relações sociais historicamente determinadas – apenas no capitalismo o indivíduo isolado aparece. A essência humana é, na verdade, “o conjunto das relações sociais”, e não algo natural. Daí, conclui Marx na sétima tese, que “o

“sentimento religioso” é ele próprio um produto social”. A oitava tese – “toda vida social é essencialmente *prática*” – é uma espécie de complemento, ou resumo das duas precedentes.

As nona e décima teses mostram de qual ponto de vista Feuerbach “contempla” a realidade, a saber, o da sociedade civil-burguesa. O mestre inaugural do materialismo alemão não consegue se desvincular do ângulo de análise dos indivíduos isolados e do capitalismo; já Marx coloca-se de um novo ponto de vista, o da humanidade, assim como havia feito nos *Manuscritos de Paris*. É interessante notar que Marx ainda não fala de uma concepção de mundo da classe trabalhadora.

E, por último, a tese mais citada, comentada, que ecoa ao longo dos tempos, e ainda desafia muitos pensadores a rever seus posicionamentos academicistas e escolásticos: “os filósofos apenas interpretaram o mundo de forma diferente, o que importa é *mudá-lo*”. Ernst Bloch (*apud* LABICA, 1990, p.38) afirma que esta tese é a mais importante, “constituindo a palavra de ordem”.

Resumidamente, Marx não pretendia abandonar a filosofia, restrita que era ao mundo da especulação (KOSIK, 1976, p.86). Antes de tudo, ele pretendia realizá-la na prática da classe trabalhadora. Unindo teoria e prática, a filosofia da práxis marxiana se tornaria a principal “arma crítica” do proletariado na tarefa de revolucionar o capitalismo e construir o socialismo.

## II.2. CLASSE EM SI, CLASSE PARA SI

Até o livro *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels viam as classes sociais como uma formação social típica do modo de produção capitalista. Já no *Manifesto Comunista*, escrito dois anos depois, os revolucionários alemães dão um giro de 180 graus e mudam radicalmente a forma de pensar a categoria, estendendo-a a todos os modos de produção sem, contudo, perder sua perspectiva histórica. Constatado este giro, cabe-nos saber como Marx e Engels definem a categoria ‘classe social’. Tal definição pode ser encontrada no texto de 1847, *A Miséria da Filosofia*, onde Marx descreve, diga-se de passagem, muito sucintamente, as categorias ‘classe-em-si’ e ‘classe-para-si’<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> A definição é descrita, já no final do livro, em um pequeno parágrafo. Assim, reproduzo-o integralmente: “As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país [Inglaterra] em trabalhadores. A dominação do capital criou para esta massa uma situação comum, interesses comuns. Esta massa, pois, é já,

A primeira determinação básica de uma classe social é a sua posição na divisão social do trabalho, na base material de produção, ou melhor dizendo, a posição que um indivíduo ocupa nas relações sociais de produção a partir da posse de uma mercadoria. Se um indivíduo possui as mercadorias dinheiro e/ou meios de produção, podemos afirmar que ele é um burguês; se o indivíduo detém a força de trabalho, é um proletário.

De acordo com Theotonio dos Santos (1976, p.41), “uma classe se define primeiramente pelas relações ou modos de relação que condicionam as possibilidades de ação recíproca entre os homens, dado um determinado modo de produção”. É o que Marx chamaria de classe em si, ou seja, os indivíduos que formam uma determinada classe social não conseguem sistematizar de forma orgânica e coerente os dados caóticos e fragmentados das relações implícitas na sua realidade social, mesclando seus interesses e objetivos com a ideologia dominante.

A maturidade de uma classe social ocorre quando esta desenvolve uma consciência de classe, desvencilhando-se da ideologia da classe dominante e determinando objetivamente suas condições reais de existência, as contradições dos seus interesses com seu modo de vida e a elaboração de propostas para superar tais contradições. Em uma palavra, classe para si e consciência de classe se definem quando uma classe social trava uma luta contra outra classe, quando estabelece interesses antagônicos uma perante a outra (MARX e ENGELS, 1998 [1846], p.61). Mas é preciso ter claro que o puro e simples antagonismo não define a classe para si e a consciência de classe. Este alerta nos é dado por Theotonio dos Santos (1976, p. 49), quando afirma que,

este antagonismo não se expressa simplesmente em interesses opostos dentro do modo de produção existente. Para que estas classes consigam realmente possuir uma consciência de classe têm que opor-se entre si regimes sociais distintos. O antagonismo se expressa em uma relação de superação, destruição ou dominação de uma classe por outra.

A sociedade civil burguesa é, portanto, definida através dos choques de conflitos e interesses das classes sociais, determinadas pela posição nas relações de produção e pela consciência de classe. Os antagonismos e conflitos do reino da necessidade é algo insuprimível do capitalismo, bem entendido como um modo de produção historicamente

---

face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta, de que assinalamos algumas fases, esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política” (MARX, 1985 [1847], p.159).

determinado, e não como eterno e natural. Eles não desaparecem com o fim das ordens e estamentos do mundo medieval e com a igualdade jurídica dos cidadãos “livres”.

## **II.2.1. Duas formas de tratamento teórico da categoria ‘classe social’**

### **a. *O Capital* e a investigação teórica das classes**

O exame do conceito de classes sociais de Karl Marx deve ser iniciado pelo final da sua obra, ou seja, pelo volume III de *O Capital*. Neste livro, editado e publicado postumamente por Engels em 1894, o tratamento conceitual das classes sociais é teórico e abstrato, surgindo após a análise do processo de produção, circulação e reprodução do capital. Posteriormente ao estudo da totalidade da estrutura econômica capitalista, Marx vai esboçar algumas linhas sobre o conceito de classe social, capítulo final, e inacabado, do livro III.

Marx tinha claro que a divisão da sociedade capitalista em três classes fundamentais baseada na função produtiva do indivíduo, assim como aparece nos escritos de Adam Smith, – capitalistas, assalariados e proprietários de terra – era fruto de uma abstração teórica e não corresponde diretamente à realidade empírica, embora esteja nesta calcada. A divisão tricotômica (ou dicotômica que aparece no *Manifesto Comunista*) é, antes de tudo, uma abstração teórica para o estudo da essência da lógica do capital, para o estudo das leis de tendência do sistema capitalista, nunca o resultado histórico da luta de classes no capitalismo. Em *O Capital*, ele afirma que “mesmo nesse país [Inglaterra] não se patenteia pura essa divisão de classes” (MARX, 1974 [1894], p.1012).

O objetivo da investigação teórica de classes sociais é a determinação das tendências e leis do sistema capitalista, resultantes da luta de classe, da relação contraditória entre homens concretos, e não entre coisas ou entre homens e coisas. Logo, sua definição de classes sociais precisava ser clara e concisa, por isto excluía elementos “perturbadores”, como a classe média e o campesinato.

Marx foge da análise reificada dos economistas clássicos, presos à aparência das trocas e circulação do sistema econômico e ao estudo empírico de categorias analíticas. A economia política marxiana ultrapassa o nível fetichizado da realidade e vai ao seu âmago,

ao terreno da produção, essência da desigualdade social e alienação do homem moderno e contemporâneo, sem nunca perder de vista a totalidade das relações sociais, que aí incluem distribuição, consumo e troca.

O conceito de classe social surge, assim, “como resultado da análise das forças produtivas (nível tecnológico dos meios de produção e organização da força de trabalho) e das relações de produção (relações que os homens estabelecem entre si no processo de produção social)” (Dos SANTOS, 1976, p.27). As forças produtivas e as relações sociais de produção assumem formas históricas diferentes quanto ao modo de produção, mas numa produção baseada em propriedade privada, a relação entre força produtiva e relações sociais de produção é essencialmente contraditória, o que define as leis gerais de desenvolvimento do sistema capitalista. Assim,

(...) as classes sociais são uma expressão fundamental dessas relações antagônicas. Em consequência, o conceito de classes sociais se constitui teoricamente dentro do conceito de luta de classes. A luta de classes é pois o conceito chave para compreender as classes sociais (Dos SANTOS, 1976, p.27).

A intenção de Marx era tratar o conceito de classe social em diversos níveis de abstração, em vários níveis de análise. Em *O Capital*, o pensador alemão examina tal conceito no nível mais alto de abstração, que Theotonio dos Santos chama de modo de produção. Neste ponto, a sua teoria científica trata de categorias como estrutura de classes, classes dominantes e consciência de classes.

O método científico marxiano comporta diferentes e interdependentes níveis de análise, que vai do concreto ao abstrato, que reproduz o real como concreto pensado. No livro *O 18 Brumário*, Marx passa para níveis mais concretos, referindo-se a um universo histórico e geográfico determinado – a França do século XIX (1848-51) –, debruçando-se sobre elementos empíricos e descrevendo uma sociedade nacional. É sobre isto que veremos agora.

#### **b. *O 18 Brumário* e a estrutura empírica das classes**

A história francesa, de 1789 a 1871, é conturbada e caracteriza-se por súbitas alternâncias do poder político. A burguesia, através da Revolução de 1789 e seus

desdobramentos, tenta, de todas as formas possíveis, afastar o perigo da revolução democrática jacobina e da restauração do antigo regime (HOBSBAWN, 2003 [1961], p.108). A dança dialética da revolução francesa é uma tensão constante entre mobilização e desmobilização da massa de acordo com os interesses dos moderados, da classe média francesa.

Em todas as fases políticas de 1789 a 1871 – Revolução Francesa (assembleia constituinte, república e diretório), Consulado, Império, Monarquia Bourbon, Monarquia Constitucional, República, Império e Comuna de Paris – a tônica do processo foi a tentativa burguesa de controlar as forças políticas da plebe francesa a seu favor, com a honrosa exceção da Comuna de Paris<sup>78</sup>, no qual o proletariado lutou pelos seus próprios interesses.

Marx foi um estudioso atento da história política da França e escreveu alguns trabalhos a este respeito, conforme vimos anteriormente. Em *O 18 Brumário*, o revolucionário alemão restringiu-se ao estudo do período da República (1848-1851), utilizando o materialismo histórico e a luta de classes na análise do desenrolar dos fatos históricos. Em 1850, a França passava por um período de bonança e prosperidade industrial e comercial. A atividade econômica encontrava-se em pleno emprego e a renda dos trabalhadores aumentava. Os ares pareciam conspirar a favor das classes subalternas. Mas eles mudaram com a lei eleitoral de 31 de maio de 1851, considerado por Marx como um “golpe de Estado da burguesia”, pois suprimia o sufrágio universal. O proletariado francês foi alijado do processo eleitoral e da arena política institucional. Seus anseios e objetivos revolucionários de outrora foram substituídos pelas demandas reformistas da burguesia, aproveitando-se o relativo e efêmero bem-estar material promovido pelo crescimento econômico.

A situação política começou a deteriorar-se já no final do ano. Bonaparte destituiu o ministro da guerra D'Hautpoul e despachou-o para Argélia, tomando o controle do exército. Na mensagem de final de ano à Assembleia Nacional, o presidente republicano afirmou seguidamente que “a França exige tranquilidade”, conclamando ao fim dos embates parlamentares entre grupos opositores, tidos pela opinião pública como mesquinhos e ordinários.

---

<sup>78</sup> Cf. Karl Marx (1979) [1870-71]. A guerra civil na França. In: Karl Marx e Friedrich Engels. Obras Escolhidas, volume 2. São Paulo: Alfa-ômega.

Os detentores da riqueza líquida condenavam os conflitos e embates entre os poderes executivo e legislativo. O termômetro era as oscilações de preço dos títulos públicos, que se mostravam instáveis e voláteis nas operações abertas de mercado, esperando um choque de confiança, como se diz hoje. As vitórias políticas do presidente Bonaparte e a manutenção da estabilidade significavam o bem-estar não da população em geral mas da aristocracia financeira, desejosa de um ambiente sócio-econômico calmo e seguro para suas operações especulativas. Assim também se comportava outra franja da burguesia, a industrial, irritada com as disputas dos poderes. Segundo Marx (1978 [1852], p.98, grifos do autor), a burguesia “demonstrou que a luta para manter seus *interesses públicos*, seus próprios *interesses de classe*, seu *poder político*, só lhe trazia embaraço e desgostos, pois constituía uma perturbação dos seus negócios privados”.

A burguesia, como um todo, clamava por ordem, progresso, segurança e estabilidade. O seu objetivo era assegurar as condições propícias para o retorno financeiro dos seus investimentos. A crise econômica dos mercados mundial e francês, em 1851, e a instabilidade política do Estado colocavam a classe dominante com os nervos à flor da pele, em frangalhos. A república parlamentar era vista não mais como o melhor invólucro do capitalismo, mas como um estado político frágil e débil, capaz de ser tomado de assalto pelo sufrágio universal e pelos comunistas do sul do país. Este era o temor da burguesia francesa. Para desconjurar o espírito vivo do comunismo, suas orações não eram destinadas ao mundo umbral, e sim ao profano e corrupto líder do Estado, Luis Bonaparte. Suas palavras eram: “antes um fim com terror, do que um terror sem fim” (MARX, 1978 [1852], p.103).

Bonaparte entendeu o recado das classes dominantes e acolheu de bom grado seus medos, angústias e preces e logo preparou o terreno para o golpe de Estado. No dia 16 de outubro de 1851, o ministério foi destituído e, dez dias depois, um novo foi nomeado, com poderes limitados para ser facilmente manipulado pelo presidente, o ministério Thorigan, “mero simulacro de gabinete”. O novo ministério, formado por ilustres figuras desconhecidas e insignificantes na cena política francesa, não conta entre seus membros com um único representante do poder legislativo. A cissão entre executivo e parlamento estava completa. Bonaparte tinha um ministério de fantoches sob seu controle, e cada vez mais o poder executivo confundia-se com a sua pessoa.



O parlamento viu-se enfraquecido e esvaziado das suas prerrogativas legais e legítimas de foro por excelência da política nacional francesa. Esta ficaria sob o comando estrito de uma única pessoa, o presidente da França, ou melhor, o novo imperador. A Assembléia Nacional tinha sido ferida de morte e experimentava o gosto amargo da derrota. O golpe fatal veio no dia 02 de dezembro. Luis Bonaparte, farsa da história, repete o gesto do tio e torna-se imperador auto-proclamado da França.

O imperador foi montando uma estratégia contraditória e anárquica para salvar a ordem capitalista. Governar em nome de todas as classes, como isto fosse possível. Talvez fosse no terreno da retórica oficial do governo, mas não nos decretos oficiais. A ditadura imperial de Bonaparte buscava, assim, o consentimento de classes sociais tão diversas e opostas entre si como a aristocracia financeira e burguesia industrial de um lado, como do campesinato e lumpen-proletariado do outro. Entre estes, a classe média, tida como a força da ordem burguesa. Segundo Marx (1978 [1852], p.113),

a França, portanto, parece ter escapado ao despotismo de uma classe apenas para cair sob o despotismo de um indivíduo, e, o que é ainda pior, sob a autoridade de um indivíduo sem autoridade. A luta parece resolver-se de tal maneira que todas as classes, igualmente impotentes e igualmente mudas, caem de joelhos diante da culatra do fuzil.

A sociedade francesa ficou paralisada diante do golpe de Estado. O poder político de Bonaparte dava a impressão de pairar sobre o ar, sobre todas as classes sociais. Mas as aparências enganam, e Marx buscava a essência do poder, revelada nos camponeses reacionários, desejosos da manutenção da pequena propriedade, uma classe em si que não consegue se organizar em torno de interesses próprios, sem ligação nacional (MARX, 1978 [1852], p.116). Guiada pelas “idéés napoléoniennes” da pequena propriedade privada, os camponeses, massa da população nacional, votaram expressivamente em Bonaparte e legitimaram seu governo. Entretanto, o que parecia um movimento igualitarista, era, na verdade, um reacionarismo camuflado de progressista.

O desenvolvimento das relações capitalistas minava o campo da pequena propriedade fundiária e subordinava-a ao capital urbano e especulativo, ávido na concentração da propriedade e nos lucros daí advindos. Enquanto a base material ia para um lado, a superestrutura movia-se para outra direção, sem força para inverter a correlação

de forças a seu favor. A casa poderia ruir a qualquer momento. A resultante só poderia ser desastrosa.

O governo de Bonaparte foi uma tentativa de salvaguardar a ordem burguesa e proteger seus espaços de acumulação da instabilidade política e da revolução socialista. A anarquia foi seu resultado, pois “(...) não pode dar a uma classe sem tirar de outra” (MARX, 1978 [1852], pp.124-25). Recusando-se a contrariar interesses, Bonaparte agiu em seu próprio favor e de sua camarilla no assalto aos cofres do Estado, onde a corrupção grassou livremente. Apesar de seus esforços contrários, Bonaparte não conseguiu frear a luta de classes, suprimi-la com um golpe de Estado. As classes existiam e continuaram a lutar pelos seus interesses, gostasse ou não o governante supremo. Uma lição do passado que continua válida para o presente.

## II.2.2. Crises econômicas, pauperismo e revolução

Segundo as premissas do modelo econômico contido no *Manifesto*, o desenvolvimento contínuo e revolucionário das forças produtivas, capaz de ofertar mercadorias a preços cada vez mais baixos e competitivos, arruinariam os negócios dos pequenos comerciantes e produtores artesanais e manufatureiros, expulsariam camponeses das áreas rurais e tomariam as terras dos trabalhadores e pequenos proprietários rurais, sendo todos subjugados à lógica do grande capital. Sob o signo da concorrência, o capital, uma relação social de produção e extração de riqueza do trabalho alheio, concentraria e centralizaria, nas mãos de poucos e grandes proprietários, os meios de produção necessários à reprodução da vida humana. Em termos simples, Marx e Engels retrataram a sociedade capitalista da sua época dividindo-a em duas grandes classes antagônicas, que ocupam posições muito diferentes na hierarquia social: no topo, a burguesia<sup>79</sup>; na base da pirâmide, o proletariado.

---

<sup>79</sup> As primeiras tentativas de conceituar teoricamente a burguesia como uma classe social foi realizada por Engels nos textos *A situação da classe operária na Inglaterra* e *Princípios do Comunismo*. As palavras usadas para descrever a burguesia não eram muito polidas e lisonjeiras; a linguagem dos textos continha juízos de valores negativos quanto a classe dominante no capitalismo, e a conceituação mais formal de classe deu lugar a acusações de cunho ético-moralistas. Esta situação muda com o *Manifesto Comunista*, de 1848. Alguns autores, ao analisar a obra clássica de Marx e Engels, chegam a apontá-lo como um verdadeiro tributo a burguesia, com seu aspecto revolucionário de desenvolvimento das forças produtivas e do processo civilizatório de destruição de antigos modos de produção. Esta visão, por certo parcial, se reforça pelo fato de

Eles estavam teorizando sobre movimentos reais observáveis na sociedade capitalista do seu tempo, a saber, a divisão bipolar das classes sociais e a homogeneização e assalariamento que ocorriam nas camadas médias e baixas da sociedade. Com toda clareza, aparecem, no *Manifesto Comunista*, classes outras – classes médias, lumpen e campesinato – que não as duas principais, o que demonstra que eles tinham consciência que uma sociedade complexa, como a capitalista, não era dividida apenas em duas classes. O importante era frisar que o desenvolvimento econômico tinha a tendência a produzir uma sociedade bipolar, com a proletarização das classes médias e a lumpenização do proletariado. A riqueza ficaria concentrada no topo da hierarquia social e a pobreza na base: esta seria a lei tendencial e histórica da acumulação capitalista.

Dois importantes passos teóricos foram dados a partir da aplicação analítica do materialismo histórico a uma conjuntura particular: primeiro, o pauperismo do século XIX passou a ser visto como produto da sociedade capitalista, tido antes como reminiscência do feudalismo; e, em segundo lugar, a teoria revolucionária explosiva do proletariado foi formulada em tons fortes e realistas, levando em consideração o agravamento contínuo e irreversível da “questão social”<sup>80</sup>. Conforme escreve Carlos Nelson Coutinho (1996, p.21),

Por causa da tendência à pauperização absoluta, que levaria à necessidade de uma coerção permanente, a luta de classes assumiria imediatamente a forma de uma guerra civil. (...) De duas premissas – (a) o Estado como “comitê da burguesia” monopoliza toda a esfera legal da política e (b) as leis da acumulação capitalista não permitem concessões aos interesses da classe proletária no interior da atual sociedade –, segue-se uma conclusão: já que a forma política da luta de classe é a guerra civil, a transição ao socialismo implica uma explosão insurrecional e uma ruptura súbita e violenta com a ordem burguesa.

---

Marx e Engels abandonarem juízos de valores quanto a burguesia, e passarem a adotar uma análise objetiva da configuração do capitalismo e da classe dominante. Segundo Jorge Miglioli (1998, p.103), "no texto do Manifesto (i) que trata da burguesia seus autores não têm a intenção de falar bem ou falar mal dela; seu propósito é o de apresentar um relato objetivo dessa classe social, de suas origens até aquele momento em que escreviam".

<sup>80</sup> “O Manifesto Comunista aborda diretamente a questão social, encarada ao mesmo tempo como problema prático, reflexão teórica e questão histórica. Não procura expor um instantâneo fixo e congelado da sociedade, mas um processo social em constante movimento, um processo que contém em si mesmo as forças capazes de levar adiante transformações mais profundas” (FONTES, 1998, pp.159-60).

A revolução explosiva e permanente, levada a cabo pelos próprios trabalhadores, seria, antes de mais nada, resultado da auto-organização dos trabalhadores, e não da simples revolta popular contra a “questão social”. As crises econômicas periódicas do capitalismo, que destroem força produtiva, mercadorias e desempregam grandes massas de trabalhadores, funcionam como o solo fértil das revoltas e revoluções, mas não são, como pensam alguns marxistas mecanicistas, o seu estopim automático, um rastilho de pólvora que sempre se acende quando o capitalismo experimenta uma fase descendente do ciclo econômico. Antes de ser o coveiro do capitalismo, o proletário deve derrubá-lo com a força mobilizada das massas, pois a história das revoluções socialistas no século XX nos mostrou que o capitalismo não terá uma morte natural; sua morte precisa ser induzida pelos trabalhadores. Para tanto, a revolução socialista deve ser vista como uma conjugação de inúmeros fatores – dentre os quais figuram, é verdade, as crises econômicas –, mas que não exercem, *a priori*, uma predominância mecânica e determinista, devendo ser analisado cada contexto histórico para avaliarmos em que grau as crises econômicas funcionam como elemento decisivo das revoluções.

A mesma linha de argumentação usada para as crises econômicas deve ser aplicada à “questão social”: pauperismo, no limite, gera revolta, motins, mas não revolução. A pobreza absoluta do proletariado, dependendo das condições objetivas e subjetivas de uma formação sócio-econômica, pode ser um dos elementos detonadores da revolução, mas não a causa fundante, determinante. Em outras palavras, a derrocada do sistema capitalista não vêm automaticamente ligada ao empobrecimento absoluto dos trabalhadores. Segundo Martin Nicolaus (2003, p.130), no seu prefácio aos *Grundrisse*<sup>81</sup>,

---

<sup>81</sup> Reproduzo aqui, integralmente, a citação marxiana retirada dos *Grundrisse* e alvo da análise de Nicolaus (2003, pp.129-30): “a grande função histórica do capital é a criação de trabalho excedente, de trabalho que é supérfluo do ponto de vista do mero valor de uso, da mera subsistência. Sua função histórica termina de cumprir-se quando [de um lado] o volume de necessidades aumentou até o grau em que o trabalho excedente, somado ao trabalho necessário à subsistência, converteu-se em uma necessidade geral que se reflete nas necessidades individuais, e [por outro lado] quando a estrita disciplina do capital educou na indústria gerações sucessivas, e essa qualidade converteu-se em sua propriedade geral; [por último,] quando o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, que é o capital, com seu impulso ilimitado para acumular e realizar, amadureceu até o ponto em que a posse e a manutenção da riqueza social requerem apenas uma quantidade reduzida de tempo de trabalho, onde a sociedade trabalhadora se relaciona de modo científico com o processo de sua reprodução progressiva e de uma reprodução em constante aumento; isto é, onde cessou o trabalho humano, já que ele pode ser substituído pelo trabalho das coisas”.

(...) a ordem capitalista não está madura para a revolução até que a classe operária – longe de ser reduzida à miséria – tenha aumentado seu consumo acima o nível da mera subsistência física e passe a considerar o desfrute dos resultados do trabalho excedente como uma necessidade geral.

Era necessário, para alcançarem seus objetivos científicos de criarem uma expressão teórica fiel à questão operária, desenvolverem um alto grau de objetividade nos seus escritos, e abandonar certas preposições voluntaristas e éticas no plano político, e mecanicistas no plano econômico. Para tanto, Marx e Engels, cada qual a sua maneira, puseram-se a estudar e criticar, com rigor e afinco, a economia política, objeto do próximo capítulo.

### **III. A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA: trabalho assalariado, capital e pauperismo**

Durante a juventude teórica de Marx e Engels, quando os estudos de economia política não haviam alcançado um rigor refinado como na maturidade, a exploração capitalista era tida como opressão moral do trabalhador e a teoria do pauperismo marxiana-engelsiana afirmava, basicamente, que os salários dos trabalhadores dependiam das flutuações econômicas decorrentes da lei da oferta e demanda de trabalho e da concorrência dentro da própria classe proletária.

A tese central da crítica engelsiana consistia em apontar que o mercado e sua dinâmica concorrencial solapavam toda a moral e a decência das sociedades pré-existentes à burguesa. Os valores humanos transformaram-se em valores de troca, a moral sumiu para dar lugar a um novo deus *ex-machina*, o dinheiro. A humanidade, assim, converteu-se em mercadoria. A lei que rege a todos, no capitalismo, é a lei da oferta e da demanda.

A partir de uma concepção filosófica diferente, baseada no conceito de alienação, Marx chegou às mesmas conclusões de Engels: “seria preciso buscar a chave da sociedade burguesa na concorrência, na oferta e demanda, no mercado, ou seja, no sistema de intercâmbio” (NICOLAUS, 2003: 105). Como veremos detalhadamente a seguir, tais concepções estavam presentes tanto nos *Esboços de uma crítica da economia política*, de Engels, quanto nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de Marx, ambos escritos em 1844, e foram superadas vinte anos mais tarde, nas obras econômicas de Karl Marx, em particular *O Capital*.

#### **III.1. OS PRIMEIROS ESBOÇOS DA CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA**

Preocupado com as profundas alterações sociais que ocorriam a sua volta, Engels percebeu a necessidade de estudar a economia para entendê-las, e, se possível, alterá-las por meio de uma intervenção direta, ou seja, por meio da luta de classes. Dos seus estudos iniciais da teoria econômica inglesa, surgiu o artigo *Esboço de uma crítica da economia política*, publicado na revista *Anais Franco-Alemães*.

O *Esboço de uma crítica da economia política*, apesar de possuir um estilo fragmentado, dividido em várias seções não enumeradas, pode ser lido em três grandes eixos: concorrência, propriedade privada e crises comerciais. Vejamos cada um desses eixos temáticos.

A pré-história ideológica da economia política é encontrada na escola mercantilista. Segundo Engels, o mercantilismo reproduzia, no plano intelectual, a competição das grandes nações coloniais européias pela conquista de fatias do mercado mundial e fontes de matérias-primas e mercadorias consideradas valiosas no Velho Continente. O principal objetivo das nações coloniais era a obtenção de grandes somas de riqueza líquida, no caso, ouro e prata, seja pela forma que for – pilhagem, pirataria, massacre de populações nativas etc.

Economicamente falando, o principal meio de obtenção de reservas de metais preciosos era uma balança comercial superavitária, isto é, as exportações deveriam ser maiores do que as importações. Desta forma, o mercado mundial passou a ser visto como uma arena de disputa pelo ouro e prata em circulação, em que somente os mais fortes ganhariam a competição interestatal.

Tudo isto vai mudar com a Revolução Industrial, que altera o foco da percepção de que a riqueza é gerada na esfera das trocas. Naquele momento histórico, ao invés de ficar estagnada nos cofres, a riqueza nacional aumentaria em proporções muito maiores caso circulasse e fosse produzida num ritmo acelerado. Daí os economistas ingleses substituírem o fetichismo entesourador dos mercantilistas pelo sistema mundial de livre comércio, que derrubaria as limitações impostas à circulação plena dos bens produzidos em larga escala pelo novo sistema fabril.

De acordo com as principais teorias da economia política, o trabalho é a fonte de produção de riqueza das nações, e, acrescenta Engels (1981 [1844], p.58, grifos do autor), da classe dominante – “a expressão *riqueza nacional* impôs-se apenas pela sede de universalidade dos economistas liberais. Enquanto existir a propriedade privada, esta expressão carece de sentido. A ‘riqueza nacional’ dos ingleses é muito grande e, contudo, o povo inglês é o mais miserável da Terra”.

Apesar das mudanças significativas nos planos da política internacional e da teoria econômica, a concorrência continuou mais feroz do que nunca, jogando, numa guerra

incessante, os homens uns contra os outros. Engels (1981 [1844], p.60) descreve a concorrência e o individualismo da seguinte maneira: “(...) horda de bestas ferozes (...) que se entredevoram precisamente porque cada um partilha com todos os outros dos mesmos interesses (...)”. Esta seria a regra básica do capitalismo, sendo a concorrência a categoria central da economia política (ENGELS, 1981 [1844], p.68).

A escola mercantilista, por excelência, foi a defensora dos monopólios de produção e de comércio. Já a economia política advogou a livre concorrência entre nações e agentes econômicos individuais. Assim, à primeira vista, monopólio e concorrência seriam dois fenômenos antitéticos, excludentes entre si. De um ponto de vista dialético, Engels contesta a falsa oposição existente entre monopólio e concorrência, afirmando que, no capitalismo, um não vive sem o outro. Segundo nosso autor (ENGELS, 1981 [1844], p.69, grifo do autor),

é fácil compreender que este antagonismo é também absolutamente vazio. Quem quer que entre no jogo da concorrência *deve* desejar o monopólio, seja trabalhador, capitalista ou proprietário fundiário. Qualquer pequeno grupo de concorrentes deve desejar assegurar um monopólio contra todos os outros. A concorrência assenta no lucro e o lucro origina, em troca, o monopólio.

A questão é que os economistas liberais não atentam para o fato da “livre” concorrência pressupor um determinado tipo de monopólio, a saber, o monopólio da propriedade privada. Ou seja, a propriedade, além de ser um roubo consentido, é a cristalização formal (jurídica) de uma ordem onde o burguês sobrepõe-se ao cidadão, alienando o homem da sua humanidade. Neste ambiente de competição, onde cada um luta individualmente pela apropriação contínua de mais-valor, os interesses particulares sobrepõem-se ao interesse universal, que deseja, por sua vez, de maneira antagônica ao individualismo, a distribuição igualitária da riqueza entre todos os membros da sociedade (ENGELS, 1981 [1844], p.66).

Em resumo: nestes primeiros dois eixos temáticos do seu *Esboço*, Engels não diz nada essencialmente novo. O cerne da crítica engelsiana à economia política gira em torno dos efeitos desumanos resultantes da concorrência capitalista e da propriedade privada burguesa. Ele polemiza, num tom excessivamente moralista, com as duas escolas do



pensamento econômico, mercantilistas e liberais, seguindo de perto tudo aquilo que os socialistas utópicos – Fourier e Proudhon, particularmente – já haviam dito.

Se o *Esboço* resume-se ao que afirmamos acima, afinal, por que Marx descreveu-o, no *Prefácio* de 1859<sup>82</sup>, como genial? Apesar das limitações do texto<sup>83</sup>, Engels aplica, pela primeira vez, a dialética hegeliana à análise da realidade econômica capitalista, o que lhe permite ver a totalidade dos processos sociais, suas contradições e algumas leis históricas e tendenciais duradouras, embora não as formule claramente.

O grande *insight* presente no *Esboço* é a percepção de que a polarização da sociedade em duas classes sociais, burgueses e trabalhadores, decorre da propriedade privada e da dominação do capital sobre o trabalho (ENGELS, 1981 [1844], pp.67-68). É aqui que entra o último eixo temático do *Esboço*, onde a teoria malthusiana da população é alvo da crítica engelsiana.

A lei da oferta e da demanda é um dos corolários centrais da economia política. Segundo esta lei, a economia nacional tende para o equilíbrio natural dos bens fabricados e da procura por tais bens, caso os mecanismos de concorrência não encontrem impedimentos de qualquer ordem. Na prática, contudo, esta teoria não funciona. O que se vê na realidade é um descompasso contínuo entre oferta e demanda em vários setores, e na economia como um todo. De tempos em tempos, ou a oferta supera a demanda ou fica abaixo dela, e vice-versa; raramente constatamos, segundo afirma a lei de Say, um pleno emprego dos fatores de produção.

No capitalismo, como sabemos, não há qualquer tipo de regulação central, ou planejamento macro de investimento, produção e consumo. Os empresários tomam suas decisões de investir de acordo com suas expectativas individuais, atuando de forma atomizada e descentralizada. Ao invés do equilíbrio, temos a anarquia social da produção regendo o sistema capitalista, o que leva a uma situação incontornável de desequilíbrio entre oferta e demanda. O resultado desse desequilíbrio são as crises econômicas, que surgem com uma regularidade cíclica muito precisa (ENGELS, 1981 [1844], p.70). O

---

<sup>82</sup> “Engels, com quem mantive constante intercâmbio escrito de idéias, desde a publicação do seu genial esboço sobre a crítica das categorias econômicas (nos Anais Franco-Alemães), havia chegado por caminho diferente (veja-se o seu livro *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*) ao mesmo resultado que eu” (MARX, 1979 [1859], p.302).

<sup>83</sup> A título de ilustração, Engels pouco compreendeu a teoria do valor da economia política, em especial a ricardiana, nó central da crítica da economia política que Marx destrinchará ao longo da década de 1850 e início de 60.

fundamental, entretanto, não é sua regularidade, mas a profundidade que cada crise traz consigo; com o desenvolvimento dos ciclos econômicos, cada crise é maior do que a anterior, ocasionando, numa escala crescente, maiores danos sociais aos trabalhadores, como desemprego, fome e pauperismo.

A perversidade das crises reside no fato do pauperismo conviver com a abundância e o supérfluo, com o luxo e o consumo conspicuo. O alto desenvolvimento das forças produtivas gera um excesso de oferta que a demanda é incapaz de absorver, dado seu baixo poder de compra. Com a crise da superprodução instalada, os mecanismos de mercado, ao invés de distribuírem este “excesso” para a classe trabalhadora, acabam por destruir mercadorias, forças produtivas e postos de trabalho. Ou seja, na crise de superprodução, a miséria é produzida socialmente pelos mecanismos automáticos da sociedade mercantil, e não como algo natural, como supunha erroneamente a teoria malthusiana.

Segundo o reverendo Malthus, a população cresce muito mais rapidamente – progressão geométrica – do que os meios de subsistência – progressão aritmética –, o que acarretaria, no lugar da superprodução, uma superpopulação. A regulação deste descompasso seria dado por meios naturais (fome, doença) e sociais (guerra), fatores que aumentariam a mortalidade dos trabalhadores, diminuindo, conseqüentemente, seu número até equilibrá-los com os meios de subsistência disponíveis.

Inconformado com tais explicações naturalistas de fenômenos sociais, Engels refuta a teoria malthusiana provando que o pauperismo não é conseqüência de fatores naturais, como, por exemplo, pragas nas plantações, catástrofes ambientais e crescimento populacional, mas sim como produtos do caráter privado da apropriação dos bens produzidos socialmente. Engels argumenta que a riqueza é abundantemente produzida, mas apropriada por poucos, muito poucos, em detrimento da maioria da população. O constante aproveitamento tecnológico das descobertas científicas nos processos fabris e o alto desenvolvimento das forças produtivas invalidam, por completo, a economia lúgubre de Malthus, e esfumaçam a bruma ideológica da superpopulação. Logo, as causas dos problemas sociais no capitalismo só podem ser encontradas na superprodução e na distribuição desigual da renda e riqueza.

Mas, por que isto é fundamental na crítica engelsiana? Ora, se os efeitos das crises econômicas são cada vez mais danosos à classe trabalhadora, a revolta desta contra o

sistema capitalista cresce na proporção direta do pauperismo, condição social insuportável a médio e longo prazos. Os desdobramentos do acúmulo da revolta dos trabalhadores levam, por fim, à revolução social<sup>84</sup> – “vimos tudo isto e tudo isto nos leva a suprimir este aviltamento da humanidade ao suprimir a propriedade privada, a concorrência e os interesses antagônicos” (ENGELS, 1981 [1844], p.77).

### **III.2. ALIENAÇÃO, FETICHISMO E O DESVENDAMENTO DO MUNDO OCULTO DA PRODUÇÃO**

Com o fracasso da revolução europeia no biênio 1848-1849, o ascenso da acumulação capitalista mundial a partir de 1851 e o exílio em Londres, não restava nenhuma alternativa a Marx a não ser trancar-se no gabinete de estudo e reavaliar sua teoria da revolução derivada em grande medida da teoria do pauperismo da economia política clássica. Rapidamente percebeu que seus erros de avaliação de conjuntura política provinham, em grande medida, dos débeis instrumentos teórico-analíticos construídos até então, incapazes de entender a processualidade contraditória da base material. Segundo Theotônio dos Santos (1998, p.107),

Com o fracasso das Revoluções de 1848, a superação histórica da Liga dos Comunistas e a constatação da recuperação econômica de longo prazo a partir de 1850, Marx e Engels perceberam a necessidade de aprofundar a crítica da Economia Política. Foi a origem do projeto de redação de uma obra gigantesca, da qual *O capital* seria a primeira parte.

Era inadiável aprofundar a crítica da economia política. Fez, nesse momento, uma revisão crítica das suas obras da juventude e a superação de diversos pontos, entre eles, da teoria do pauperismo. Até então Marx e Engels viam a economia política como uma ideologia da concorrência capitalista, da aparência dos fenômenos econômicos mais visíveis, como a troca. Mas eles também sabiam que este ramo do conhecimento afirmava ser o trabalho fonte da riqueza das nações, embora não articulasse, em todas as suas mediações, aparência (circulação) e essência (produção) do sistema capitalista.

---

<sup>84</sup> Nesta mesma época, Marx também deriva, mecanicamente, a revolução da pauperização absoluta da classe trabalhadora: “Finalmente, o salário reduzido a um mínimo tem de ser mais reduzido ainda, para que se mantenha a nova concorrência. Ito conduz, então, necessariamente à revolução” (MARX, 2004 [1844], p.77).

Marx e Engels fizeram, de comum acordo, uma divisão intelectual de trabalho: enquanto este seria o responsável pela propaganda das teses do socialismo científico em diversos jornais e revistas operárias, aquele ficou incumbido de pesquisar cientificamente como a sociedade capitalista se origina e se consolida como um novo modo de produção e dominação mundial e, principalmente, as possibilidades de transformação social inscritas nesta mesma realidade.

A superação da economia política clássica realizada por Marx parte da redefinição do objeto de estudo e da colocação de novas perguntas e inquietações, passando por um novo método de estudo e novas conclusões teóricas. A *demarché* intelectual de Marx é algo inteiramente inédito na economia e poucos autores, até mesmo dito marxistas, conseguem percebê-la. De produto da ciência do seu tempo, marcada pelo naturalismo, evolucionismo e determinismo, Marx consegue romper estas amarras, libertando-se das barreiras impostas pelo positivismo, hegelianismo e ricardianismo, avançando para uma nova frente libertária de atuação política e posicionamento ideológico.

Na sua redefinição do objeto de estudo, a economia é fundada sob relações sociais de poder e dominação, onde o trabalho e o dinheiro são elementos chave para o correto entendimento da lógica do capital. A política, entendida como terreno imanente das questões de poder, e não meramente vista como espaço institucional, é relacionada diretamente com a economia, não cabendo analisá-las em separado. A harmonia, o equilíbrio e a análise estática dos clássicos somem para dar lugar à luta de classes e à dinâmica dos ciclos econômicos regidos pelas leis gerais do modo de produção capitalista. Segundo Aloísio Teixeira (1999, pp.14-15),

a crítica da economia realizada por Marx inaugurou um novo programa de pesquisa cujo objeto são as leis de movimento da sociedade capitalista, cuja essência nos é dada pelos movimentos da acumulação, da distribuição e do progresso técnico, e daquilo que os funda e explica – a concorrência. Não pode haver economia política ali onde não impera o modo de produção capitalista e onde não se constitui o Estado capitalista. Por isso seu objeto não pode ser fragmentado, mas só pode ser analisado em sua totalidade. (...) Nessa “nova” economia política está presente, organicamente, um espaço especificamente político porque fundado em relações de poder e de propriedade nas quais se definem as contradições capitalistas.

Desde a crítica da filosofia do direito de Hegel, Marx já havia atentado que o esteio da explicação do capitalismo não residia na consciência filosófica, mas na base econômica. Resgatando toda a bagagem teórica consolidada nas teses do materialismo histórico, o nosso autor retomou seus estudos de economia política, iniciados em Paris, e traçou uma agenda de pesquisa sob um enfoque original: a economia política não seria analisada somente a partir da concorrência<sup>85</sup>, mas, fundamentalmente, a partir do mundo da produção capitalista, do trabalho alienado.

O conceito de alienação é uma temática cara à filosofia clássica alemã. Ao contrário do que muitos pensam, este conceito não apareceu originariamente nos escritos marxianos sob a marca do trabalho e da produção material e ideológica, mas sim no debate filosófico alemão da alienação política e religiosa do homem.

A alienação é um processo social que ultrapassa as fronteiras do mundo do trabalho, e chega a abarcar diversos elementos da vida humana. Ela não diz respeito apenas ao trabalhador no processo de trabalho, embora esta seja uma esfera fundamental da alienação, mas ao homem enquanto ser universal genérico, atingindo múltiplas esferas do seu comportamento.

O conceito de alienação é, desde o seu aparecimento, um conceito pluridimensional. Se procurarmos uma definição comum a todas suas dimensões, podemos dizer que objetos materiais ou ideológicos criados por um sujeito, ao se exteriorizarem, dominam e subjagam o seu criador, ganhando vida própria como um ser animado, transformando o sujeito em objeto; coisas e homens trocam de papel e função: enquanto aquele domina, este é dominado. No caso da alienação política, estamos falando do homem e do Estado; na religião, do homem e de Deus; na economia, do homem e do Dinheiro e, posteriormente, do Mercado, do Capital.

Marx não ignora a pluridimensionalidade do conceito, discutindo-a durante as primeiras fases da sua evolução teórica nas suas críticas a Hegel e Feuerbach. Ele vai, todavia, buscar a raiz da alienação no processo histórico de formação e desenvolvimento das sociedades de classe, na divisão social do trabalho e no aparecimento da propriedade

---

<sup>85</sup> “(...) as obras posteriores não afirmam, de forma nenhuma, que o mecanismo da concorrência não tem importância. Ao contrário. Estas sutilezas não devem obscurecer o fato de que se produziu uma mudança qualitativa, mais além da superfície da análise, baseada no mercado, e que este passo adiante constitui o principal problema analítico de que se ocupam os Grundrisse” (NICOLAUS, 2003, p.109).

privada, desde o modo de produção escravagista até o capitalista. Podemos dizer, resumidamente, que o fenômeno da alienação é, para Marx, um fenômeno histórico que compreende diversas esferas do ser social (política, religião, ideologia) mas encontra sua centralidade na base econômica.

O revolucionário alemão ultrapassa e supera todo o debate teológico e filosófico sobre alienação quando descobre a alienação do trabalho como uma prática social, e a elege como denominador comum à multiplicidade de visões a qual o tema alienação está submetido. Indo mais além, chega até mesmo a diagnosticar as raízes concretas (“porquês”) da alienação do trabalho, assim como vislumbra as possibilidades e caminhos (“como”) superar a dinâmica social que subjuga o homem ao mundo inumano das coisas.

### **III.2.1. Os *Manuscritos Econômico-Filosóficos***

Os *Manuscritos de Paris* fazem parte da crítica marxiana ao direito e ciência do Estado, que encontra seu auge teórico na filosofia hegeliana do Direito. Marx tinha a intenção de escrever vários volumes independentes desta crítica à ciência do Estado – Direito, Moral, Política, etc. –, sendo que os *Manuscritos de 1844* corresponderiam à crítica da economia política.

Os *Manuscritos de Paris* são apontamentos pessoais de estudo de Marx, que nunca foram redigidos para divulgação na forma que for – panfleto, livro, circular política. Neles, o autor anota citações de livros e glosa-os em seguida, tece comentários e reflexões sobre diversos temas e esboça uma crítica da filosofia hegeliana nas suas páginas finais. Sem o devido cuidado da preparação final dos alfarrábios para publicação, páginas inteiras somem, idéias e argumentos são interrompidos no meio, e boa parte da obra não tem nexos de ligação entre os cadernos de estudo.

Estas são apenas uma das dificuldades para a compreensão destes manuscritos que Louis Althusser bem definiu como “enigmaticamente claros”. Para completar este quadro aparentemente caótico, “(...) Marx, em seu esforço de entrar em diálogo com seus contemporâneos filosóficos, como Feuerbach, conservou certos termos do discurso deles que por vezes estavam em choque com o significado que ele próprio lhes atribuía” (MÉSZÁROS, 1981, p.15). Esta ambigüidade terminológica não se restringe ao linguajar

próprio dos filósofos, pois Marx compila e reproduz inúmeras e extensas citações dos economistas, o que muitas vezes dificulta a diferenciação das idéias marxianas da dos autores citados.

Os *Manuscritos de Paris* representam, apesar das dificuldades inerentes à sua análise, um ponto de inflexão da maior importância na trajetória intelectual (e política) de Marx. Pela primeira vez, ele muda a perspectiva da alienação econômica fundada numa vaga antropologia idealista para um processo social enraizado na esfera da produção da vida humana. Enquanto Hegel naturaliza a objetivação do trabalho humano supondo-a alienada em todos os modos de produção, como se o homem estivesse condenado a estar sempre separado do resultado do seu trabalho, Marx afirma que a objetivação alienada e a coisificação das relações de produção são resultados de uma forma histórica específica de organização social, a saber, a baseada na produção de mercadorias<sup>86</sup>. “Marx transforma”, diz-nos Mandel (2001 [1970], pp.18-19), “a noção hegeliana de alienação do trabalho de uma noção antropológica eterna em uma noção histórica transitória”.

O que era para ser apenas uma crítica ao sistema hegeliano acaba se tornando o segundo passo da crítica da economia política, dado que Engels já havia iniciado-a; o próprio Marx (1979 [1859], p.301) nos dá o seu testemunho sobre sua primeira incursão no terreno da economia política, quando percebe a sua importância crucial no entendimento da sociedade burguesa e na construção do comunismo.

A minha investigação desembocava no resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de sociedade civil [*bürgerliche Gesellschaft*], e que a anatomia da sociedade civil precisa ser procurada na economia política.

A base da sua crítica (filosófica) à economia política constitui-se na leitura de alguns poucos autores econômicos, do “genial” esboço da crítica da economia política, e, mais importante, do contato com as condições de vida e a auto-organização política do

---

<sup>86</sup> Apesar das suas tendências existencialistas, Jean Hyppolite afirma, acertadamente, que o debate central de Marx com Hegel sobre alienação está na crítica marxiana à confusão que Hegel faz entre objetivação e alienação (HYPPOLITE, 1969, pp.102-03). Marx, nos *Manuscritos*, diferencia objetivação de exteriorização, que corresponderia a uma objetivação alienada.

proletariado parisiense. Neste momento da sua trajetória teórica, no auge da sua juventude, Marx ainda não tinha, inversamente do que afirma o autor logo no início dos Manuscritos<sup>87</sup>, um acúmulo suficiente e desejado de estudos sobre a economia política para dirigir-lhe um golpe fatal, como diria anos mais tarde na finalização das páginas de *O Capital* (1867).

O que contrapor, então, à ideologia falseadora da economia burguesa? Qual é a saída para superar os limites da ideologia econômica? Partindo da sua experiência junto à militância política com o proletariado parisiense e do contato com a economia política, Marx elabora, nos *Manuscritos*, uma síntese em *statu nascendi*, um sistema coerente de idéias que interliga toda uma série de questões e temáticas, determinadas e determinantes do sistema que as acolhe. Segundo István Mészáros (1981, p.17),

estamos testemunhando neles o aparecimento dessa síntese singular, ao seguirmos as linhas gerais de uma vasta e abrangente concepção da experiência humana em todas as suas manifestações (...). Marx delinea nos *Manuscritos de Paris* as principais características de uma nova “ciência humana” revolucionária (...) do ponto de vista de uma grande idéia sintetizadora: “a alienação do trabalho” como a raiz de todo o complexo de alienações.

Os *Manuscritos* podem ser considerados uma peça teórica escrita por um jovem pensador marginalizado pelas escolas tradicionais, que se vê obrigado a desenvolver sua própria concepção de mundo ao largo das instituições acadêmicas. Eles são um balanço dos estudos marxianos realizados até então e um esboço não definitivo de uma agenda de pesquisa futura, que aponta para diversas áreas do saber, necessariamente articuladas numa nova concepção de mundo que as dê sentido e sustentação. “No curso da redação dos Manuscritos de Paris, Marx percebe a imensidão de seu empreendimento, ao adquirir consciência de que seu enfoque geral, orientado para a práxis, (...) deve proceder sempre por meio de uma *análise totalmente empírica*, submetendo ao mais rigoroso exame até mesmo os mínimos detalhes” (MÉSZÁROS, 1981, p.21, grifo do autor). E assim será até os últimos dias da sua vida, buscando, incansavelmente, terminar uma obra interminável.

O objeto da sua crítica – a economia política – não foi uma escolha ao acaso, como uma área do saber passível de ser corrigida a partir dos seus próprios elementos

---

<sup>87</sup> “Ao leitor familiarizado com a economia nacional não preciso assegurar que meus trabalhos foram obtidos mediante uma análise inteiramente empírica, fundada num meticuloso estudo crítico da economia nacional”. (MARX, 2004 [1844], pp.19-20)



constitutivos. Armado da crítica da filosofia do direito de Hegel, e inspirado pelos ensinamentos do genial esboço da crítica engelsiana, Marx enxerga a problemática da economia política como a chave do entendimento do homem e sua relação com a natureza e a sociedade. A economia política se torna sua fonte de preocupação quando percebe-a como uma justificativa ideológica da alienação da sociedade capitalista, regida pela vontade de uma potência alheia aos desejos dos trabalhadores. Como diz Herbert Marcuse (1968 [1932], p.108),

esta economia política é a sanção científica da intervenção do mundo humano, histórico-social, num mundo estranho ao homem enquanto poder hostil do antagonico mundo da mercadoria e do dinheiro, no qual a maior parte da humanidade só existe ainda enquanto trabalhadores “abstratos” (cindidos da completa realidade da existência humana), separada do objeto do seu trabalho, coagida a vender-se a si própria enquanto mercadoria, para poder manter apenas sua existência física em geral.

A tarefa posta por Marx diante de si na sua crítica da economia política não é trivial, nem de curta duração, pois ele não pretendia preencher as lacunas teóricas deixadas em aberto pelos economistas clássicos, muito menos identificar possíveis erros lógicos e formais na sua linguagem e na reprodução ideal da sociedade capitalista<sup>88</sup>. Marx não foi, nem pretendeu ser, o “último dos clássicos” ou um “ricardiano maior”, como dizem marxólogos e comentadores da sua obra. O seu objetivo era fundamentar, através do reexame da filosofia clássica alemã e do ponto de vista do proletariado revolucionário, uma crítica positiva da economia política, capaz de elucidar os aspectos negativos da sociedade capitalista e apontar rumos de superação, transcendência (*Aufhebung*) desta forma de sociabilidade que subsume, formal e realmente, os trabalhadores assalariados ao capital. “Dentro desta crítica se transformará inteiramente a idéia de economia política: ela se modificará numa ciência das condições necessárias à revolução comunista” (MARCUSE, 1968 [1932], p.107).

O fato é que Marx havia despertado para a elaboração de uma síntese teórica superadora da filosofia clássica alemã, da economia política inglesa e do coletivismo

---

<sup>88</sup> Marx não se furtou a fazer este trabalho hercúleo de glosar as principais obras da economia política. Durante dez anos, ele frequentou o Museu Britânico, pesquisou e comentou nada menos do que todos os principais tratados de economia política da sua época, apontamentos estes reunidos no quarto volume de *O Capital, Teorias da mais-valia*.

francês, síntese<sup>89</sup> esta que nasce como expressão fidedigna dos anseios e interesses do proletariado, desejoso pela construção de uma nova ordem social, humana e libertária. Para alcançar este objetivo era preciso desvendar o código genético do capitalismo e sua estrutura molecular básica que Marx, primeiramente, identificou no trabalho e depois na mercadoria.

### **III.2.2. Trabalho assalariado, propriedade privada e alienação econômica**

O ponto de partida dos esquemas teóricos da economia política é, segundo as notas dos *Manuscritos*, a propriedade privada. Tomando-a como um dado natural e a-histórico, os economistas políticos não explicam a gênese da propriedade privada burguesa, quando e onde ela surgiu, nem quais são suas leis científicas internas, reduzindo-a a fórmulas abstratas e vazias de conteúdo sócio-histórico. Sem a preocupação de explicar e demonstrar cientificamente o processo histórico da formação da propriedade privada, os economistas políticos voltam todas as suas atenções para a análise antropológica da ganância e da dinâmica da concorrência.

Na antropologia smithiana, presente no livro *A Riqueza das Nações*, a produção de mercadorias é considerada adequada e satisfatória à “natureza humana”, guiada pelo desejo de acumular riqueza, maximizar prazeres e minimizar a dor. Simbolizada na figura do *Homo Economicus*, a antropologia smithiana eterniza o desejo capitalista de acumulação de riquezas, estendendo-o aos períodos históricos precedentes, supondo que o homem sempre teve como princípio básico a ganância e o egoísmo burguês. “No mundo fictício dos economistas clássicos, mundo que não passa de uma extrapolação esquemática e idealista do mundo capitalista real, os homens seriam perfeitos, egoístas, indiferentes e insensíveis aos sofrimentos, aspirações e necessidades de seus semelhantes, mas que passariam (é nisso que consiste a idealização) seu tempo a ajudar os semelhantes, *sem querer*” (GOLDMANN, 1967, p.118, grifo do autor).

Ao supor a propriedade privada como um fato dado e acabado, o economista político esquiva-se de explicar o processo histórico do surgimento da propriedade privada,

---

<sup>89</sup> Em um verbete sobre Karl Marx, escrito em 1915, Lênin coloca o pensador alemão como síntese da economia política clássica, da filosofia idealista alemã e do socialismo francês – as famosas três fontes do marxismo citadas originalmente por Karl Kautsky.

de explicitar as suas especificidades e conseqüências sócio-econômicas no modo de produção capitalista, e acaba por se refugiar num estado primitivo remoto e imaginário, numa espécie de ilha da fantasia – a ilha de Robinson Crusóé. Contrariamente ao procedimento adotado pelos economistas, Marx toma para si, nos seus apontamentos, o ponto de partida do real, da produção humana, da situação social dos trabalhadores. Segundo Mészáros (1981, pp.42-43),

A superioridade radical de Marx sobre todos os que o precederam é evidente na historicidade dialética coerente de sua teoria, em contraste com as debilidades de seus predecessores, que, em um momento ou outro, eram todos obrigados a abandonar o terreno real da história em favor de alguma solução imaginária das contradições que teriam percebido, mas não podiam dominar ideológica e intelectualmente.

O procedimento metodológico de reproduzir o real o mais fielmente possível, estabelecendo as conexões dinâmicas entre múltiplas determinações no âmbito da totalidade, diferencia e afasta Marx da economia política (LUKÁCS, 1979, capítulos 1 e 2). Mesmo ainda trabalhando com as categorias e linguagem próprias dos economistas, Marx estabelece os primeiros passos de ruptura ontológica com a ciência econômica burguesa. Os homens são analisados na sua vida concreta, na sua existência prática de transformação do mundo e de si mesmo, como produto e produtores da realidade social, diferentemente do *Homo Economicus*, uma visão idealizada e a-histórica do homem. Marx não adota o ponto de vista de um homem qualquer, abstrato, geral, mas o do trabalhador, o do proletariado, que corresponde à situação sócio-econômica de grande parte da humanidade<sup>90</sup>.

O trabalho é, para Marx, uma categoria que ultrapassa suas significações econômicas ou seus detalhes técnicos; antes de tudo, ele significa a atividade vital da realização do homem como ser prático, como ser universal construtor da sua realidade social. Marx acusa a economia política de reduzir o trabalho ao emprego e o trabalhador à condição de mão-de-obra, de instrumento de produção, e vai propor uma nova concepção do homem, baseada numa nova concepção do trabalho.

---

<sup>90</sup> A concepção marxiana do homem, presente nos *Manuscritos de Paris*, é pautada, principalmente, pelo debate com Ludwig Feuerbach, filósofo alemão que gozava de alto prestígio entre os hegelianos de esquerda e Marx, que o vê “(...) como o único que tem para com a dialética hegeliana um comportamento *sério, crítico*, e [o único] que fez verdadeiras descobertas nesse domínio” (MARX, 2004 [1844], p.117). Ela surge como uma dupla oposição: oposição tanto ao *Homo Economicus* quanto à antropologia de Feuerbach.

O trabalho, assim, é definido nos termos marxianos como uma mediação primária do homem com a natureza, na sua apropriação dos bens naturais e transformação em produtos sociais. Os elementos básicos da teoria da alienação de Marx podem ser definidos como homem, natureza e trabalho. Não é possível pensarmos a relação do homem com a natureza sem falarmos no trabalho e nos objetos resultantes desta atividade nobre do homem. Ele é uma mediação de primeira ordem na relação sujeito-objeto (homem-natureza), “um mediador que permite ao homem criar um modo humano de existência, assegurando que ele não recuará para o estado natural (...)” (MÉSZÁROS, 1981, p.76).

O trabalho consciente diferencia o homem dos outros animais, pois estes carregam as suas formas de atuação na natureza no seu código genético. Já “o homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinada (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente a atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico” (MARX, 2004 [1844], p.84).

A apropriação da natureza pelo homem não é feita apenas para a satisfação de necessidades físicas, biológicas imediatas – alimentação, moradia, vestuário, etc. Isto diferencia os homens dos animais: enquanto estes “produzem” sob o ditame das necessidades e da herança genética-natural, aqueles produzem não apenas para suprir carências, mas sim para realizar-se universalmente como ser genérico, como ser produtor da sua própria liberdade.

Numa primeira aproximação, o trabalho surge para o homem como uma atividade prática que lhe garante a sobrevivência física, explorando os recursos da natureza para sua alimentação, vestuário, habitação, etc. Já em uma segunda abordagem, podemos dizer que o trabalho é também atividade prática consciente, teleológica, onde os projetos idealizados na mente humana se objetivam e se concretizam nos produtos do seu trabalho, onde os homens constroem a sua realidade social e a si mesmo num processo histórico contínuo e ininterrupto. Ao produzir objetos a partir do seu trabalho, o homem se reconhece nos objetos produzidos por si e pelos outros membros da espécie, daí o gênero humano ser derivado do trabalho.

O trabalho é, em suma, o processo social pelo qual o homem se auto-afirma e se auto-realiza, modificando a natureza e a si próprio na produção de objetos que lhes pertencem. A posse completa e autêntica dos produtos do seu trabalho é parte integrante e fundamental da realização plena do homem enquanto trabalhador e ser genérico universal, pois o homem deve tanto se reconhecer na sua obra quanto dominá-la, tê-la de forma a exercer domínio completo sobre o resultado do seu trabalho.

Sob os ângulos da automediação necessária do homem com a natureza e, principalmente, do autodesenvolvimento humano, o trabalho é visto somente nos seus aspectos positivos, como manifestação de vida (*Lebensäusserung*). Mas o trabalho tem um lado obscuro, o qual Marx se encarregou de trazer à tona sob uma perspectiva diferente de Hegel, identificando as leis objetivas do mundo do trabalho e as forças sociais para superar o sentido negativo do trabalho, a alienação (*Lebensentäusserung*). Marx vai lutar contra o conformismo hegeliano de aceitar a objetivação humana alienada como um fato insuprimível do homem e exprimir, teoricamente, os meios e as forças sociais capazes de superá-la.

As categorias-chave para entender a alienação econômica, na teoria marxiana, são atividade, divisão do trabalho, troca, propriedade privada e trabalho assalariado, todas elas analisadas, em maior ou menor grau, nos *Manuscritos de Paris*. Mas a categorização da alienação do trabalho só pode ser perfeitamente entendida se tivermos em mente o processo histórico do surgimento da propriedade privada capitalista e do trabalho assalariado, mediações de segunda ordem que surgem a partir da alienabilidade da terra e do homem e se interpõem entre o homem e a natureza, tal qual analisamos, sob o enfoque histórico, no primeiro capítulo da presente dissertação.

O processo de alienação econômica tem um duplo caráter, que obedece a ditames sociais da ordem capitalista. Primeiro, o trabalhador é alienado dos produtos do seu trabalho, que pertencem, privadamente, aos donos dos meios de produção, os burgueses. De sua posse, vende-os no mercado por um determinado valor de troca e retém os ganhos provenientes das vendas. Além da propriedade das mercadorias produzidas, os burgueses também controlam o processo de trabalho no qual o trabalhador está inserido, ganhando um salário em troca da sua humanidade perdida.

A alienação econômica, entretanto, não se esgota neste duplo caráter da alienação econômica. Sua complexidade vai além, e atinge outras esferas da vida do ser social. Em resumo, podemos descrevê-la da seguinte forma: (1) relação alienada do homem com a natureza, com os produtos da sua atividade; (2) trabalhador alienado do processo de produção, uma atividade alheia a si; (3) o homem deixa de produzir-se como “ser universal” da natureza, como ser genérico, e passa a construir um ser individual que se auto-realiza na parcialidade limitada, e não mais na universalidade singular do homem (ou seja, o homem não se reconhece como membro de uma espécie); (4) alienação do homem com outros homens. E, (5) por último, mas não menos importante, temos a transformação dos processos de alienação econômica em uma entidade externa ao homem, como se conjurada magicamente e que ganha vida própria, sem que ninguém a controle (MARX, 2004 [1844], pp.79-88). É uma espécie de uma potência alheia aos desejos do homem, que Smith immortalizou sob o nome de mão invisível e Marx chamou de fetichismo da mercadoria.

### **III.2.3. Rascunhos e a versão final do fetichismo da mercadoria**

Dentro da totalidade da vida social, diversas totalidades parciais – economia, ciência, arte, direito, política, etc. – articulam-se entre si de forma dialética, determinando e sendo determinadas numa relação de interação recíproca. Nenhum setor particular da vida social goza de uma preponderância natural sobre as outras, isto é, nenhuma totalidade parcial determina, de forma unívoca e absoluta, as outras totalidades constituintes do todo.

A economia emerge, segundo o materialismo histórico de Marx e Engels, como a base social fundante das relações humanas, pois “(...) os homens foram obrigados a dedicar a maior parte de sua atividade à resolução dos problemas referentes à produção e à distribuição das riquezas materiais (...)” (GOLDMANN, 1967, p.110).

Esta afirmação de Goldmann (e Marx e Engels) nada mais é do que uma constatação empírica sobre a história dos homens elevada ao plano das idéias. Muito se falou sobre um suposto caráter economicista da teoria de Marx e Engels por conta do primado dos fatores econômicos sobre outros momentos da realidade social. “Trata-se (...) apenas de uma primazia *de fato*, e não *de direito*, que desaparecerá naturalmente, no dia em que a aquisição de riquezas materiais passará – graças ao desenvolvimento das forças

produtivas e a uma transformação da estrutura social – para segundo plano na atividade dos indivíduos. É o famoso “salto” do reino da necessidade ao reino da liberdade” (GOLDMANN, 1967, p.111).

Com o avanço do desenvolvimento capitalista, a esfera econômica, cada vez mais, ganha autonomia em relação aos demais momentos da totalidade, autonomia esta sempre relativa, pois não é verídico que a economia possa se separar por completo do todo, mas é verdade que expande sua lógica e seu domínio sobre as outras esferas sociais, seguindo de perto a mercantilização da vida humana dentro do capitalismo.

Nos modos de produção pré-capitalistas, como o escravagismo e o feudalismo, a divisão social do trabalho seguia um esquema rígido e rigoroso, em que as castas, estamentos e classes eram facilmente percebidas dentro da estratificação social. As unidades econômicas (tribos, famílias, clãs, cidades-Estado, etc.) eram limitadas tanto na produção dos bens quanto na troca externa. Nestes períodos históricos determinados, as unidades econômicas produziam para o seu próprio consumo e, um pequeno excedente, que por vezes aparecia como resíduo do processo de produção (nunca de forma voluntária), era utilizado na troca com outras unidades, ou seja, o intercâmbio entre unidades de produção era reduzido a poucos produtos e a poucas quantidades. A produção de bens não tinha como objetivo abastecer o mercado, nem gerar excedentes em larga escala, mas sim criar os meios de subsistência das unidades. A autarquia, enfim, era a regra geral.

Tudo isto vai mudar radicalmente com o capitalismo. Com o advento deste modo de produção, a antiga divisão social do trabalho desaparece e dá lugar a uma “anarquia da produção”, forma menos rígida, nem por isto menos hierarquizada, de alocação e distribuição de recursos, e a uma universalidade da economia, tanto geográfica quanto social.

O mercado é uma instituição social e econômica de alocação de recursos caracterizado pela ausência de um mecanismo centralizador e planejador da produção, distribuição e consumo das mercadorias. No capitalismo, a concorrência adquire um papel central na anarquia da produção e acaba por exercer, por vias não-convencionais, o papel de uma instância permissivamente reguladora. “É por isso que esse mercado assume (...) o aspecto de uma realidade cega, objetiva e exterior (...)” (GOLDMANN, 1967, p.113) até mesmo para os capitalistas, atingidos pelo processo de fetichismo. O mercado, criação

humana, aliena-se e torna-se uma entidade onipotente e onisciente temida por seus adoradores, os burgueses. Ironia do destino ou fatalidade? Nenhum nem outro, responderia Marx; trata-se da evolução social do fetichismo da mercadoria, que a tudo e a todos abarca na esteira da acumulação ampliada e contínua do capital.

Ao contrário do ídolo, que se sustenta por si próprio, o fetiche é um objeto que necessita ser carregado no corpo de alguém, ou de alguma coisa. No capitalismo ele é carregado pela mercadoria, célula fundamental para a análise do DNA do capitalismo, tarefa na qual Marx vai mergulhar nos *Grundrisse* e em *O Capital*.

A publicação dos *Grundrisse*, mesmo que tardia, provou que Marx nunca abandonou sua teoria da alienação, mas a saturou de novas determinações formais<sup>91</sup> com a teoria do valor-trabalho, desenvolvida cuidadosamente desde a *Miséria da Filosofia*, onde o revolucionário alemão ainda caminhava com as pernas ricardianas, ou melhor, com a teoria do valor-trabalho de David Ricardo.

A temática do fetichismo aparece (sub)desenvolvida nos *Grundrisse*<sup>92</sup>, ponto central da investigação marxista sobre a sociedade burguesa mercantil. Anos mais tarde, quando redige *O Capital*, exposição final da crítica da economia política, “o seu discurso teórico alcança aí um rigor inaudito, subordinado diretamente à fidelidade ao objeto, reposto, pela abstração, totalizadamente, na mais rica multiplicidade de conexões, superando-se a sua imediaticidade empírica na sua *reprodução concreta*”. (NETTO, 1981, p.38)

Em *O Capital*, a mercadoria é descrita como uma espécie de artefato mágico capaz de ocultar as relações humanas envolvidas na produção do objeto. Antes da análise marxiana sobre o capital, o capitalismo era descrito pelos economistas vulgares como um imenso sistema de circulação e troca de bens. O processo de trabalho humano, que confere vida, valor e conteúdo ao capitalismo, desaparece nas brumas ideológicas da economia vulgar, como um feitiço, como um passe de mágica. Coube a Marx desvendar o fetichismo da mercadoria e seu caráter desumano, coisificado como decorrente de relações sociais de produção, e não de uma característica intrínseca aos objetos.

---

<sup>91</sup> Sobre a importância da categoria “determinação formal” na crítica da economia política, Cf. Rubin (1980, pp.50-52).

<sup>92</sup> Nos *Grundrisse*, Marx ainda não desenvolveu na plenitude a sua teoria do fetichismo, no sentido de saturar a teoria da alienação com novas determinações econômicas. Vale notar que nosso autor só menciona em uma única passagem o conceito de fetichismo, enquanto o conceito de alienação aparece recorrentemente ao longo dos rascunhos de estudo.



O fetichismo da mercadoria, que pressupõe uma teoria da alienação, é, na verdade, uma manifestação da alienação econômica numa determinada sociedade histórica, a capitalista. Podemos dizer, assim, que, enquanto a alienação é um processo que perpassa diversos modos de produção, e diversas modalidades – religiosa, política –, o fetichismo da mercadoria é uma particularidade econômica do modo de produção capitalista.

A tradição marxista, a partir de algumas interpretações particulares da crítica da economia política, isolou a teoria do fetichismo da mercadoria do todo marxiano e tomou-a ora como um apêndice sociológico, ora como uma crítica cultural. Isaak Rubin, nos anos 1920, interpretou de forma inovadora o famoso capítulo 1 do livro I de *O Capital*, tido por muitos como algo incompreensível, ou descolado do debate que Marx empreendia com a economia política. Segundo o economista russo, a teoria do fetichismo da mercadoria é “a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor” (RUBIN, 1980, p.19), que, por sua vez, desdobra-se na teoria da mais-valia, categoria central para entendermos como o autor alemão mudou sua teoria do pauperismo absoluto para a do pauperismo relativo.

O método da economia política atém-se a esfera da circulação, e dela não escapa. Seu horizonte teórico-analítico, por excelência, é o mundo das trocas mercantis. Os economistas clássicos viam as relações econômicas como relações entre coisas, e os economistas vulgares viam as mesmas transações como relações entre pessoas e coisas, (RUBIN, 1980, p.15). Marx caminha em direção oposta e acaba com certas ilusões próprias do capitalismo, desvendando o mistério de como as relações sociais de produção entre sujeitos históricos aparecem como relações entre coisas. Segundo o pensador alemão (2003 [1867], p.94),

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadorias, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho, toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho.

No primeiro capítulo de *O Capital*, Marx “indaga-se porque a produção mercantil dominante, instaurando-se sobre fundamentos puramente sociais, obscurece e escamoteia estes mesmos fundamentos” (NETTO, 1981, p.40). O processo social do trabalho, na sociedade mercantil capitalista, acaba por mascarar o seu caráter social e se mostrar como atividades de homens atomizados em unidades de produção isoladas uma das outras.

As relações sociais de produção entre os trabalhadores livres desaparecem sob o manto das trocas mercantis do capitalismo que, contraditoriamente, é o modo de produção mais desenvolvido do ponto de vista da divisão técnica e social do trabalho. Os produtos do trabalho humano não são reconhecidos como resultado da cooperação entre diversos trabalhadores e ramos da indústria – “(...) nada disso é visível; a maioria desses personagens não se conhece e até ignoram sua existência mutuamente. Ficariam todos espantados de saber da existência de um *laço* que os une” (GOLDMANN, 1967, p.122).

O reconhecimento dos laços qualitativos de solidariedade e da união operária fica subsumido ao reconhecimento do caráter social das trocas mercantis, estas sim provedoras da argamassa que aparentemente solidifica a sociedade capitalista, que tem como sua maior expressão o equivalente geral, o dinheiro. É somente no âmbito da circulação que os homens se encontram e reconhecem como iguais, comercializando valores de troca quantificados no preço, mecanismo social que permite o intercâmbio das mercadorias por diversos agentes.

A resposta do segredo do fetichismo da mercadoria – da reificação das relações sociais de produção – não está na propriedade material das coisas produzidas pelo trabalhador<sup>93</sup>, nem somente nas relações de troca entre agentes econômicos independentes e que produzem atomizadamente. Ela reside, antes de tudo, na estrutura social da economia capitalista-mercantil, constituída historicamente de forma muito particular – “todo o mistério do mundo das mercadorias, todo o sortilégio e a magia que enevoam os produtos do trabalho, ao assumirem estes a forma de mercadorias, desaparecem assim que examinamos outras formas de produção” (MARX, 2003 [1867], p.98).

Uma das principais conquistas de Marx no seu exame sobre trabalho, mercadoria e valor é tomar a produção mercantil como um processo histórico em movimento. Indo além

---

<sup>93</sup> “(...) a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos (...)” (MARX, 2003 [1867], p.94).

da positividade imediata da realidade, que manifesta as relações sociais de sujeitos como relações entre coisas, ele foi capaz de desvendar o caráter histórico da produção mercantil. Deu, assim, um passo decisivo na crítica da economia política, já que a tendência dos economistas clássicos, vulgares ou não, era a de naturalizar as categorias de análise e eternizar o modo de produção capitalista.

Mas isto não esgota a teoria do fetichismo da mercadoria, conforme nos chama a atenção Rubin (1980, pp.19-20): “Marx não mostrou apenas que as relações humanas eram encobertas por relações entre coisas, mas também que, na economia mercantil, as relações sociais de produção assumem inevitavelmente a forma de coisas e não podem se expressar senão através de coisas”. Ou, nas palavras do próprio Marx (2003 [1867], p.94): “chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias”. Em uma palavra, para resumirmos o argumento, o fetichismo da mercadoria não é tido por Marx apenas como uma ilusão criada na consciência (distorcida) dos agentes econômicos, ou mesmo dos homens da ciência econômica, mas é a forma social inevitável e necessária pela qual as relações sociais de produção capitalista se materializam, ganhando, desta maneira, uma base objetiva<sup>94</sup>.

Tomando a realidade burguesa como um dado natural, sem contestar os seus fundamentos, sem vasculhar seus recônditos mais secretos, as suas raízes mais profundas, os economistas políticos tornam a ciência econômica uma ciência do capitalismo. Ao não investigar a gênese histórica das suas categorias fundantes – trabalho e propriedade privada – a economia política burguesa naturaliza as relações sociais de produção subjacentes ao plano da aparência econômica (troca, consumo e distribuição). Ao fazer isso, eterniza suas categorias analíticas que reproduzem a positividade capitalista e, com isto, acaba por legitimar o mundo desumano do trabalho alienado e ofuscar rotas alternativas de construção de uma nova ordem social que não seja a capitalista.

---

<sup>94</sup> “As relações sociais de produção assumem, inevitavelmente, uma forma reificada e, na medida que falamos das relações entre produtores mercantis individuais e não de relações dentro de firmas privadas isoladas, elas só existem e se realizam dessa forma”; “(...) o movimento dos preços das coisas no mercado não é apenas o reflexo das relações de produção entre as pessoas: é a única forma possível de sua manifestação numa sociedade mercantil”; (...) a coisa não só oculta as relações de produção entre as pessoas, como também as organiza, servindo como elo de ligação entre as pessoas. Mais exatamente, oculta as relações de produção precisamente porque as relações de produção só se realizam sob a forma de relações entre as coisas” (RUBIN, 1980, pp.24-25).

A economia política burguesa expressa relações sociais de um mundo alienado, onde o produtor direto produz a riqueza social privadamente apropriada pelas classes dominantes e, ao mesmo tempo, se empobrece relativamente quanto mais riqueza produz. O trabalho assalariado, ao invés de criar possibilidades de realização das infinitas potencialidades humanas, acaba por forjar grilhões de miséria e degradação dos trabalhadores. As contradições do capitalismo – riqueza e pobreza, liberdade e necessidade – perdem todo o seu caráter místico e são trazidas à tona pela teoria social marxiana, reprodução ideal da realidade desenvolvida a partir do ponto de vista do proletariado.

Com a formulação da categoria *fetichismo da mercadoria*, Marx determina a raiz sócio-econômica da generalidade da alienação contida nos *Manuscritos de Paris*. Inter-relacionando alienação, valor, trabalho e propriedade, o nosso autor transcende a crítica filosófica da economia política, elevando-a a um novo patamar, na qual a economia política ganha uma nova perspectiva de mundo – o materialismo histórico –, um novo método – a dialética – e um objeto desnaturalizado, histórica e socialmente determinado – a sociedade mercantil capitalista. A crítica marxiana da economia política pressupõe um rico arcabouço filosófico de categorias hegelianas previamente reformuladas, no qual o tema alienação exerce papel de destaque, o de desvendar os processos do capitalismo que coisificam as relações sociais entre os produtores.

A crítica da economia política, extenso projeto de pesquisa que ocupou mais de vinte anos da vida de Karl Marx, não significa repúdio, mas um profundo mergulho naquela ciência que traz a chave da anatomia da sociedade burguesa (NICOLAUS, 2003, p.106). Mas não somente isto: ela, a crítica, é positiva, ou seja, traz em si a negação e a negação da negação<sup>95</sup>, a proposta de algo novo que nasce do velho, uma nova organização societal de liberdade dos trabalhadores.

Sendo uma categoria historicamente verificável<sup>96</sup>, a alienação é uma realidade social produto de complexas interações entre diversos sujeitos e classes sociais, e por isto suscetível a mudanças, como possíveis avanços, regressões e até mesmo o seu desaparecimento completo, de acordo com certas premissas históricas. Era nisto que Marx

---

<sup>95</sup> “(...) a teoria marxista da alienação implica e contém uma teoria da desalienação através da criação de condições para o desaparecimento gradual e eventual abolição da alienação” (MANDEL, 2001 [1970], p.32).

<sup>96</sup> Mandel (2001 [1970]: 36) insiste no ponto que “a teoria marxista a alienação é (...) incompleta enquanto não for capaz de formular uma teoria de desalienação progressiva e não se defender com êxito contra o mito da ‘alienação inevitável’ em toda e qualquer ‘sociedade industrial’”.

acreditava quando escreveu, em alguns dos seus livros, inclusive em *O Capital* (livro III), sobre a sociedade comunista – o reino da liberdade –, onde desapareceriam a propriedade privada, a divisão social do trabalho, o dinheiro, o Estado e as classes. Os produtores diretos se livrariam, assim, da “maldição eterna” do trabalho alienado, tornando-se livres e capazes tanto de suprirem suas necessidades materiais quanto de desenvolverem ao máximo suas capacidades individuais e o gênero humano universal. Conforme diz Mészáros (1981, p.61),

(...) o aspecto central da sua teoria da alienação é a afirmação da superação, historicamente necessária, do capitalismo pelo socialismo, uma concepção liberada de todos os postulados morais abstratos encontrados nos escritos de seus antecessores imediatos. A base de sua afirmação não foi simplesmente o reconhecimento dos insuportáveis efeitos desumanizadores da alienação (...), mas o profundo entendimento da base ontológica objetiva do processo, que não foi percebida pelos seus predecessores.

### **III.3. EXPLORAÇÃO, MAIS-VALIA E PAUPERISMO**

Sem explicar como os meios de produção, antes de entrar no circuito de trocas mercantis, foram prévia e violentamente expropriados dos trabalhadores e apropriados pelos proprietários burgueses, a economia política burguesa supõe o trabalho individual dos agentes econômicos como a base da apropriação das mercadorias na economia mercantil simples, justificando, assim, a propriedade privada, o “título jurídico” do trabalho próprio.

O terreno da circulação é o terreno por excelência tanto das teorias econômicas quanto da igualdade e da liberdade burguesas. Compradores e vendedores se reconhecem mutuamente como agentes iguais, donos de mercadorias, que, estabelecem, livre e harmoniosamente, relações econômicas de trocas de mercadorias. De forma reificada, a sociedade capitalista é reproduzida idealmente como um grande organismo de relações sociais de coisas.

Não há nenhum tipo de coação externa que obrigue os agentes econômicos a levarem suas mercadorias aos espaços de circulação e trocá-los por valores equivalentes. Na verdade, há, segundo os economistas políticos, uma exceção a esta regra: a natureza dos indivíduos, ávida por satisfação de múltiplas necessidades e desejos, impulsiona o agente a

trocar sua mercadoria por dinheiro, tendo em vista a aquisição de outros valores-de-uso para eliminar (temporariamente) aquelas necessidades. Nada além de um impulso interno da natureza humana leva o indivíduo ao mundo livre das trocas de mercadorias; ou seja, as operações comerciais ocorrem sob o signo da liberdade, em que os proprietários agem somente de acordo com sua natureza e vontade próprias. “Assim, a circulação de mercadorias realiza a liberdade e a independência dos proprietários das mercadorias” (ROSDOLSKY, 2001 [1967], p.158).

Os economistas clássicos insistem em tratar o modo de produção capitalista como um modo mercantil de trocas. Não é para menos, pois têm como objetivo defender o capitalismo como um sistema de igualdade dos proprietários e liberdade dos indivíduos. Na esfera da circulação, os agentes econômicos, de fato, são iguais e livres, de modo que prevalece a troca de equivalentes e as relações sociais são harmônicas e recíprocas. O capitalismo é, desta forma, declarado como o reino da igualdade e da liberdade. Engenhosa e bem articulada nos seus termos, tal construção teórica não passou incólume pela crítica marxiana.

### **III.3.1. Igualdade, liberdade e exploração**

O capitalismo engloba relações de troca mas não se resume somente a isto. A verdade do capitalismo como um reino de igualdade e liberdade só pode ser concebida sob os pressupostos naturais e fantasiosos da economia política burguesa, que analisa-o, única e exclusivamente, do ponto de vista da circulação. Ao não ter em mente a totalidade da base econômica, composta de totalidades parciais – produção, circulação, distribuição e consumo –, os economistas clássicos conseguem encobrir as contradições e desigualdades do capitalismo, que nascem, fundamentalmente, da esfera da produção. “Não surpreende”, diz Rosdolsky (2001 [1967], p.160), “que os apologistas do capitalismo gostem até hoje de se refugiar no terreno do intercâmbio mercantil simples, quando pretendem fazer desaparecer com um toque de mágica as contradições da ordem econômica capitalista”.

A relação de exploração do trabalho vivo pelo capital é uma relação social de produção historicamente determinada, na qual os trabalhadores são despossuídos dos meios de produção e obrigados a vender sua força de trabalho. É no mercado que são encontrados

os capitalistas dispostos a comprar tal mercadoria para valorizá-la no processo de produção e realizá-las continuamente como capital.

Quando o capitalista gasta a soma inicial de dinheiro com o objetivo de autovalorizar o dinheiro acumulado primitivamente, ele acaba por transformar os meios de produção e a capacidade de trabalho em capital. As mercadorias compradas pelo capitalista não são capital por natureza ou por suas características físicas próprias; elas tornam-se capital em relações históricas e sociais determinadas. Marx (1985 [1863-66], p.70) chama a atenção dos economistas políticos que insistem em ver o capital como coisa, como valores de uso:

(...) o *caráter de capital* não é nem a sua condição de dinheiro nem a sua condição de mercadoria, nem o seu valor de uso material destas mercadorias, que consiste em servirem como meios de subsistência e de produção, mas sim o fato de que este dinheiro e esta mercadoria, estes meios de produção e meios de subsistência, se defrontam com a *capacidade de trabalho* – despojada de toda a riqueza objetiva – como *poderes autônomos* personificados nos seus possuidores; o fato de que, portanto, as condições materiais necessárias para a realização do trabalho estão *alienadas* do próprio operário, ou, mais precisamente, se apresentam como *fetiches* dotado de uma vontade e uma alma própria; o fato de as *mercadorias* figurarem como *compradores de pessoas*. (grifos do autor)

O fetiche econômico do capital como coisa é compreensível somente na aparência da realidade, pois, os meios de produção e a capacidade viva do trabalho são mercadorias adquiridas pelo capitalista e a ele pertencem por direito. Mas todo o processo de trocas de mercadorias por agentes econômicos livres tem uma origem histórica descartada pelos economistas políticos, que vêem a produção capitalista como o processo natural de trabalho, ou seja, interação do homem com a natureza na produção de valores de uso.

Marx vai descrever, histórica e logicamente, o processo de expropriação dos meios de produção dos produtores associados diretos para o controle e propriedade privada dos capitalistas, que passam a dominar o processo de trabalho e o destino final do produto do trabalho, alienando duplamente o trabalhador. A fonte emancipadora, criadora de riqueza do trabalho é retirada do produtor direto via a sua mercantilização, a sua transformação em mercadoria, apropriada privadamente pelo capitalista e utilizada no processo de produção de valor e mais-valor. Ao trabalhador, resta o salário de subsistência e o suplício do

trabalho alienado. Já o capitalista exerce sua função de controle, dominação e vigilância, personificando as relações sociais de produção capitalista. Funciona como o guardião do processo de autovalorização do capital enquanto sugador de trabalho vivo do operariado.

Desta forma, o processo de trabalho é pensado como uma relação antitética de capitalistas e trabalhadores, de luta de classes entre burgueses, donos dos meios de produção e dinheiro acumulado, e proletários, donos da capacidade de trabalho. A natureza do processo real de trabalho é desmistificada justamente quando Marx apresenta-o como um choque de interesses de classe e demonstra o capital como relação social historicamente determinada, e não como coisa, objeto.

No processo capitalista de produção, os operários consomem os meios de produção e os objetos de trabalho; já no processo de acumulação, decorrente do processo de trabalho, os meios de produção consomem o operário como um valor-de-uso especial, capaz de produzir mais-valor. O seu consumo tem como fim a conservação dos valores originais e a produção de mais-valor, gerando um processo de autovalorização do capital. O objetivo final e último é conjugar condições objetivas e subjetivas para valorizar o valor original, criar mais-valia. Em outras palavras, a produção de mais-valia é o fim último e predominante do processo de produção capitalista, dadas algumas premissas históricas. Diz Marx (2003 [1867], p.220):

Primeiro, [o capitalista] quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de valor-de-uso, quer produzir mercadoria; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).

A economia política clássica, nos autores reconhecidos por Marx como grandes cientistas, tais como Petty, Smith e Ricardo, também afirmava que o trabalho é a fonte geradora de valor. Todo o *imbroglio* teórico residia na definição da origem do lucro, ou do mais-valor. Afinal, de onde provinha o valor excedente?

A teoria marxiana da mais-valia consiste não só em perceber o trabalho como fonte geradora do valor, mas, principalmente, em perceber que existe uma dupla natureza do trabalho – concreto e abstrato – e uma diferença de magnitude do valor-de-troca e do valor-



de-uso da força de trabalho, o que significa dizer que o trabalhador não recebe o valor integral da jornada de trabalho mas tão somente uma fração da mesma. “O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca” (MARX, 2003 [1867], p.227).

O valor-de-uso da força do trabalho comporta em si uma espécie de dom social, uma capacidade de gerar mais valor quando consumida no processo produtivo, ao contrário dos meios de produção, que só transferem valor às mercadorias<sup>97</sup>. Embora economistas e capitalistas pensem que este valor excedente é criado do nada, como um mistério mágico do sistema capitalista, Marx vai descobrir o segredo do enigma do excedente no reino da produção, afirmando que valor excedente não é gerado na troca de mercadorias, mas sim no local reservado da produção, onde a força de trabalho, leia-se, os trabalhadores, são explorados como meios de produção, como coisas produtoras de trabalho excedente.

Recapitulemos a trajetória da teoria marxiana da mais-valia, contrapondo-a aos princípios da economia política. Trabalhadores rurais e urbanos ingleses, e por todo o globo terrestre, são expropriados, à força pelo capital e seu comitê executivo, dos seus meios de produção e por isso são obrigados, também economicamente, a se venderem como capacidade viva de trabalho no mercado de trabalho, portanto, no reino da circulação (MARX, 2003 [1867], p.206).

O enigma da geração do valor excedente, da mais-valia só pode ser desfeito quando abandonamos a esfera da circulação e adentramos no mundo oculto da produção. É isto o que Marx faz. Por quê? Se ficasse restrito às trocas mercantis, Marx acabaria caindo nas armadilhas impostas pelo capitalismo aos seus observadores que o elegem como o reino da igualdade e da liberdade. Igualdade porque os agentes econômicos trocam equivalentes como pessoas juridicamente iguais; liberdade porque são todos cidadãos, juridicamente libertos da servidão ou de qualquer tipo de coerção extra-econômica, e a troca é realizada sob a vontade livre de cada um dos participantes, compradores e vendedores, no caso aqui, da força de trabalho.

---

<sup>97</sup> Por isso Marx dá o nome de capital constante a parte do capital convertida em meios de produção, e de capital variável a parte convertida em força de trabalho (MARX, 2003 [1867], p.244).

O fulcro da problemática do excedente não reside na compra e venda da força de trabalho, embora este seja um momento importante da realização da mais-valia, mas fundamentalmente no seu consumo, na sua exploração no processo produtivo. Segundo Marx (2003 [1867], p.206),

O processo de consumo da força de trabalho é, ao mesmo tempo, o processo de produção da mercadoria e de valor excedente (mais-valia). O consumo da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza-se fora do mercado, fora da esfera de circulação. Por isso, juntamente com o dono do dinheiro e o possuidor da força de trabalho, abandonaremos essa esfera ruidosa (...) para acompanhá-los ao local reservado da produção (...). Veremos aí como o capital produz e também como é produzido. O mistério da criação do valor excedente (mais-valia) se desfará imediatamente.

Com a análise marxiana do reino da produção, historicizadora do modo de produção capitalista, fica patente a desigualdade social entre os sujeitos históricos das distintas e antagônicas classes sociais protagonistas do capitalismo, e a não-liberdade, ou melhor, a subsunção do trabalhador ao capitalista.

O que resta, então, para assombro dos trabalhadores, é a exploração da sua capacidade criativa, produtora de riquezas. Resgatando os termos de Jacob Gorender<sup>98</sup> e dos jovens Marx<sup>99</sup> e Lukács<sup>100</sup>, respectivamente, a classe trabalhadora não é ontologicamente reformista, muito menos revolucionária, mas é ontologicamente explorada no capitalismo, no sentido de ser intrínseco a este modo de produção a exploração da força de trabalho. Não há uma fórmula exata das formas de resistência dos trabalhadores ao capital ao ponto de imputarmos a eles uma essência reformista ou revolucionária, mas podemos afirmar que enquanto houver capitalismo haverá exploração do homem pelo homem, do trabalhador pelo capitalista. Disto não há dúvida.

---

<sup>98</sup> Cf. GORENDER (1998). Neste texto Jacob Gorender polemiza acerca das teses messiânicas de Lukács, inspirada no idealismo hegeliano, da consciência de classe universal dos trabalhadores.

<sup>99</sup> Um bom exemplo desta visão messiânica do jovem Marx acerca das lutas da classe trabalhadora pode ser retirado da obra *A Sagrada Família*, escrita a quatro mãos com Engels: “Trata-se *do que* o proletariado é e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu *ser*. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente determinadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual” (MARX e ENGELS, 2003 [1845], p.49, grifos dos autores).

<sup>100</sup> Cf. LUKÁCS (2003) [1922]. No prefácio da segunda edição (1962) de *História e consciência de classe*, Lukács tece uma auto-crítica dos seus escritos juvenis sobre o tom messiânico do papel dos trabalhadores na luta de classes no capitalismo.

### III.3.2. Pauperismo absoluto e relações de poder na produção e distribuição da riqueza nacional

Seguindo as trilhas engelsianas na crítica da economia política, Marx, nos *Manuscritos de Paris*, correlaciona a pobreza diretamente com a propriedade privada burguesa e os baixos salários pagos aos trabalhadores. Expropriados dos seus meios de produção, os proletários, sob coação econômica, vão ao mercado oferecer a única mercadoria que lhes resta – sua capacidade viva de trabalho – para, em troca, receberem um salário capaz de lhes prover a subsistência. A questão é que a concorrência entre os trabalhadores faz com que o preço dessa mercadoria caia a um nível muito baixo, equivalendo ao mínimo da sobrevivência biológica de um ser humano. “As carências do trabalhador são assim, para ela [economia política burguesa], apenas a *necessidade* de conservá-lo *durante o trabalho*, a fim de que a *raça dos trabalhadores não desapareça*” (MARX, 2004 [1844], p.92, grifos do autor).

Para que a produção de mercadorias seja levada a bom termo, o capitalista precisa prover minimamente a subsistência do seu escravo, agora livre e tornado cidadão. “O salário pertence, pois, aos *custos* obrigatórios do capital e do capitalista e não deve ultrapassar a necessidade desta obrigação” (MARX, 2004 [1844], p.92, grifos do autor).

A análise marxiana está fortemente influenciada pela teoria ricardiana da lei férrea dos salários, cujo corolário central consiste em afirmar que, sob hipótese alguma, os trabalhadores terão acesso, de forma sustentada, a um piso salarial maior do que a subsistência. A concorrência entre os proletários e as altas taxas de nascimento constatadas nas classes dominadas são causas apontadas pelos economistas políticos, em especial por Malthus, para explicar a suposta existência da lei férrea dos salários.

A teoria ricardiana do salário, apesar de diferenças substantivas entre a ciência de Ricardo e a ideologia de Malthus, sofre influências diretas do reverendo inglês, no tocante a relacionar as flutuações dos salários com as variáveis demográficas – mortalidade e natalidade – da oferta da força de trabalho, ou seja, de braços operários para a produção capitalista. Segundo Malthus, a alta dos salários ocasiona uma melhora temporária do bem-estar da classe trabalhadora, que, de posse de quantidades maiores de dinheiro, consome mais e melhores alimentos e roupas e aluga casas mais confortáveis. Resulta daí uma queda

na taxa de mortalidade entre os trabalhadores e seus filhos, o que gera, conseqüentemente, segundo a lógica naturalista malthusiana, uma oferta maior de mão-de-obra para o mercado de trabalho capitalista. Rapidamente esta maior oferta da força de trabalho faz cair os salários, que antes haviam aumentado. Com a diminuição da sua renda, os proletários são obrigados a cortar gastos nada supérfluos – medicamentos, alimentos, habitação, vestuário –, o que gera um aumento da taxa de mortalidade e uma queda da taxa de natalidade. O resultado é a retração da oferta de força de trabalho, o que, por sua vez, causa um aumento dos salários. Temos, assim, o fim de uma fase e o início de outra, como um ciclo natural que nunca se esgota.

O equilíbrio deste pêndulo salarial ricardiano-malthusiano, que oscila de acordo com a oferta demográfica da força de trabalho, encontra-se no nível mínimo de subsistência dos trabalhadores, eternamente condenados não só a sobreviver com o suor do rosto, mas também a viver numa situação de miséria e pauperismo absoluto.

eliminar as necessidades das classes mais baixas da sociedade é, na verdade, uma tarefa árdua. A verdade é que a pressão da miséria sobre essa parcela de uma comunidade é um mal tão profundamente arraigado que nenhuma habilidade humana pode atingi-lo (MALTHUS, 1996 [1798]: 274).

Desde os primeiros cadernos de estudo da economia política até o *Manifesto Comunista*, passando pela *Miséria da Filosofia e Trabalho Assalariado e Capital*, as influências da economia política clássica estão presentes na obra de Marx e Engels, cuja teoria do salário afirmava que o valor do trabalho tinha um piso mínimo<sup>101</sup>, e a ele permaneceria atrelado, independentes de outros fatores sócio-econômicos. Os autores alemães reconhecem que os salários são puxados para baixo por alguma força social que ainda não conseguem explicar pormenorizadamente. Apesar de existir determinada fase do ciclo econômico – o *boom* da acumulação de capitais – em que a renda dos trabalhadores sobe, o salário, na fase de depressão, volta a cair abaixo da subsistência. Na média entre as fases do *boom* e da depressão, os salários ficam estacionados no nível da subsistência.

---

<sup>101</sup> “Há milhões de operários que não recebem o bastante para subsistir e reproduzir; entretanto, o salário de toda a classe operária é, dentro de suas oscilações, igual a este mínimo” (MARX, 1979 [1849], p.68, grifos do autor).

De uma forma ou de outra, nos escritos da juventude, Marx e Engels envolveram-se teoricamente com a hipótese da economia política de que os salários sempre caem até o mínimo vital da mera subsistência biológica do trabalhador<sup>102</sup>. “Vê-se, nesse esquema inicial do funcionamento do regime capitalista, que aumentos de salários não podem intervir senão provisoriamente e estão condenados a ser impiedosamente apagados pela lógica do sistema. Marx não modificará esse esquema senão dez anos mais tarde” (MANDEL, 1980, p.34).

Até mais ou menos a década de 1850, Marx e Engels defendiam as teses do empobrecimento absoluto, chegando, por vias opostas, aos mesmos resultados e conclusões de Ricardo e Malthus sobre o rebaixamento dos salários ao mínimo fisiológico vital. Desde os seus primórdios, todavia, a teoria social marxiana-engelsiana diferenciou-se da economia política: enquanto esta deduzia o empobrecimento absoluto dos trabalhadores dos movimentos demográficos, os autores alemães relacionavam-no a dois fatores econômicos: concorrência (entre os trabalhadores) e progresso técnico (substituição do trabalho vivo por máquinas). Esta análise está presente tanto nos *Esboços* quanto nos *Manuscritos de Paris*. Como diz Ernest Mandel (1980, p.146), “(...) os nossos dois jovens autores desenvolvem, de fato, uma teoria dos salários que parte, essencialmente, não do movimento demográfico, mas do movimento da acumulação do capital”.

Como Marx rompe esta concepção da acumulação capitalista gerando o pauperismo absoluto da classe trabalhadora? Mandel (1980, p.148) diz ser difícil precisar, com exatidão, uma data da ruptura com a teoria clássica dos salários, “mas foi, sem dúvida, o estudo das flutuações cíclicas e da atividade sindical na Grã-Bretanha que o levou a visões mais corretas”. Embora não tenhamos uma data exata desta ruptura, existem elementos bibliográficos presentes na própria obra de Marx que nos permitem localizar, textualmente, nos cadernos de rascunhos preparatórios da crítica da economia política – os *Grundrisse* –, a superação das teses do pauperismo absoluto. Aqui, pela primeira vez, Marx aponta o que

---

<sup>102</sup> É curioso notar que Roman Rosdolsky (2001 [1967], p.255), por escrever seu magistral livro envolvendo-se em polêmicas calorosas contra diversos intérpretes da teoria econômica marxiana, tem enormes dificuldades em afirmar a existência de uma teoria do empobrecimento na obra de Marx. Primeiro, afirma que “no Manifesto ainda se encontra a teoria mínima do salário” (2001 [1967], p.252), ressaltando que Marx (e, acrescentaríamos, Engels) a abandonou logo depois e que ninguém deve procurar, no panfleto revolucionário, as bases da teoria econômica de Marx. Depois, mais a frente, coloca, em um tom excessivamente crédulo, se Marx teria alguma vez formulado uma teoria do empobrecimento – “mesmo se Marx tivesse formulado, alguma vez, uma ‘teoria do empobrecimento’, poderíamos repudiá-la como contrária ao espírito e ao conteúdo de sua teoria do salário”.

seria uma das suas maiores contribuições à ciência, e o que lhe permitiu romper e superar com a teoria ricardiana-malthusiana e conceber uma nova compreensão da acumulação capitalista: a distinção entre as categorias ‘trabalho’ e ‘força de trabalho’.

Como se mede o valor das mercadorias? Ou melhor: quais leis econômicas regem a determinação do valor das mercadorias? Duas hipóteses da economia política clássica tentam responder a esta questão. A primeira hipótese descartada por Marx é a que afirma que a lei de oferta e procura regula o valor das mercadorias. Segundo ele, “a oferta e a procura só regulam as *oscilações* temporárias dos preços no mercado. Explicam porque o preço de um artigo no mercado se eleva acima ou desce abaixo do seu *valor*, mas não explicam jamais esse valor em si mesmo” (MARX, 1982 [1865], p.150, grifos do autor).

A segunda hipótese, que requer toda uma atenção especial, é a de que os preços das mercadorias são regulados pelos salários<sup>103</sup>. O caminho mais fácil para desmontar esta hipótese é verificar, empiricamente, que mercadorias caras são produzidas por trabalhadores que recebem baixos salários e que mercadorias baratas são produzidas por trabalhadores que recebem altos salários. Marx, entretanto, prescinde deste método empírico e tenta demonstrar teoricamente as falhas dessa segunda hipótese. O erro dos economistas políticos burgueses é supor uma igualdade entre o valor da mercadoria e o valor do trabalho, entendido como remuneração do trabalhador, o salário. Estas duas variáveis são distintas: a remuneração do trabalhador não é igual ao valor da mercadoria. Nos termos marxianos, podemos dizer que o valor de uma mercadoria é diferente do valor da força de trabalho, sendo este sempre menor do que aquele.

A lei do valor marxiana afirma que a produção de uma mercadoria requer a cristalização de uma quantidade de X horas de trabalho socialmente necessário no produto. Somente assim, como produto do trabalho humano, pode uma mercadoria ter valor. “A *grandeza* de seu valor, ou seu valor *relativo*, depende da maior ou menor quantidade dessa substância social que ela encerra, quer dizer, da quantidade relativa de trabalho necessário à sua produção. Portanto, os *valores relativos das mercadorias* se determinam pelas

---

<sup>103</sup> Se assim fosse, o lucro seria uma dedução da diferença entre o preço natural da mercadoria e o preço de mercado, sendo o lucro explicado por determinações mercantis de compra e venda, e não por troca de equivalentes e uma relação desigual no reino da produção.

*correspondentes quantidades ou somas de trabalho invertidas, realizadas, plasmadas nelas*” (MARX, 1982 [1865], p.150, grifos do autor).

Na formação do preço de uma mercadoria, o fundo de salário é uma das suas partes constituintes, inclusive nem sempre a principal. Além da remuneração da força de trabalho – capital variável –, Marx agrega uma segunda variável, os custos de ferramentas, maquinaria e edifícios<sup>104</sup>, de equipamentos – capital constante – que não criam valores mas que transferem os seus próprios valores e conservam os existentes. Existe, todavia, um terceiro elemento que compõe o valor de uma mercadoria: a mais-valia. “Uma parte do trabalho incluído na mercadoria é trabalho *remunerado*; a outra parte, trabalho *não remunerado*. Logo, quando o capitalista vende a mercadoria *pelo seu valor*, isto é, como cristalização da *quantidade total de trabalho* nela invertido, o capitalista deve forçosamente vendê-la com lucro. Vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário” (MARX, 1982 [1865], p.150, p.167, grifos do autor).

Assim, a lei do valor marxiana, que pressupunha, na economia mercantil simples, uma perfeita e idêntica troca de equivalentes, agora, com o surgimento da relação capital-trabalho assalariado, afirma que as mercadorias não são trocadas por valores equivalentes, mas sim por relações de capital, que incluem a apropriação de trabalho não-pago alheio, ou seja, de valores não-equivalentes. Um *insight* teórico, diríamos, revolucionário.

O valor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Uma notável diferença, entretanto, se faz marcante entre a força de trabalho e as demais mercadorias: enquanto estas são independentes dos seus criadores, aquela sempre acompanha o seu dono, a saber, os trabalhadores. Sendo a força de trabalho inseparável do seu dono, os seus custos de (re)produção equivalem aos custos de manter vivos os trabalhadores e sua família.

Pela venda da sua única mercadoria – a força de trabalho –, os trabalhadores deveriam receber um salário capaz de lhes prover meios de vida necessários à sua reprodução social. Todos os meios de vida básicos, como alimentação, vestuário e

---

<sup>104</sup> “Para calcular o valor de troca de uma mercadoria, temos que acrescentar à quantidade de trabalho invertida nela, em último lugar, a que antes se incorporou nas matérias-primas com que se elaborou a mercadoria e o trabalho aplicado aos meios de trabalho – ferramentas, maquinaria e edifícios – que serviram para esse trabalho” (MARX, 1982 [1865], p.155).

habitação, seriam, assim, assegurados aos trabalhadores pela renda das suas atividades laborais. Isto é fundamental para manter o funcionamento normal do capitalismo, baseado na exploração da força de trabalho. Se esta não se reproduz adequadamente, de acordo com padrões fisiológicos mínimos dos trabalhadores, como manter a produção de mais-valia? Até aqui, nenhuma novidade na teoria do salário presente nos *Manuscritos de 1844*.

Ocorrem, contudo, duas situações diversas ao “funcionamento normal” das leis mercantis de concorrência no que tange os salários. Primeiro, a remuneração do trabalho fica, por diversos motivos, em diversos países, abaixo daquele mínimo de sustentabilidade da vida humana<sup>105</sup>. Em segundo lugar, a determinação econômica dos salários não deriva unicamente das necessidades fisiológicas dos trabalhadores, mas também dos seus hábitos, da sua cultura, das suas ambições e aspirações, enfim, do modo como desejam viver enquanto seres humanos, afastados das barreiras naturais e mais perto do seu gênero universal. Os salários, dessa forma, comportam elementos econômicos de satisfação de necessidades naturais e de necessidades históricas. Conforme escreve Roman Rosdolsky (2001 [1967], p.238),

o montante destas necessidades, acrescentamos, também depende de expectativas mais recentes, expectativas que a classe trabalhadora consegue tornar reais em sua luta sindical e política contra a classe capitalista, caso os êxitos por aquela não sejam apenas transitórios.

A determinação do valor da força de trabalho obedece, nos novos marcos da teoria marxiana do salário, a dois elementos, um fisiológico e outro histórico-moral. O primeiro, como antes, corresponde às necessidades básicas que asseguram a vida do trabalhador para que ele possa trabalhar nas fábricas e produzir mais-valia; o segundo, que surge como componente inédito, diz respeito a um outro nível de necessidades dos trabalhadores, aquelas ligadas a reprodução de um gênero humano mais desenvolvido, mais civilizado, como cultura, arte e educação (MARX, 2003 [1867], p.201).

A jornada de trabalho capitalista é, a partir desta linha de raciocínio, decomposta em dois períodos: o primeiro, chamado de trabalho necessário, é aquele onde o trabalhador

---

<sup>105</sup> Uma das funções das políticas sociais no marco do capitalismo é prover recursos básicos para a manutenção da força de trabalho, o que equivale dizer que a remuneração do trabalho paga pelo capital não garante o mínimo à sobrevivência dos trabalhadores, e o Estado necessita intervir através daquelas políticas fragmentadas e paliativas, incapazes de alterar o padrão de acumulação capitalista.



produz, através do seu labor, os valores necessários à sua subsistência, o valor da sua força de trabalho; o segundo, chamado de trabalho excedente, ou de mais-valia, é aquele onde o trabalhador produz valores além do necessário à sua reprodução, valores estes apropriados pelos capitalistas. Ou seja, a primeira fração da jornada de trabalho – trabalho necessário – fica com os trabalhadores, e a segunda – trabalho excedente –, com os capitalistas. Na verdade, o capitalista aluga a força de trabalho pela jornada inteira, digamos de 10 horas mas só desembolsa o valor correspondente ao trabalho necessário à reprodução dos trabalhadores, digamos de 5 horas. O excedente dos valores produzidos nas outras 5 horas sai gratuito para ele.

A luta pela maior apropriação de valores gerados na produção gira em torno dos limites da jornada de trabalho que, vale notar, não é uma grandeza constante, mas sim variável, elástica, com múltiplas possibilidades de variações. Enquanto o limite mínimo é determinado pelo trabalho necessário à reprodução da força de trabalho, o máximo é dado por questões físicas e morais, limites estes construídos pelos trabalhadores explorados no processo de produção, pois se dependesse dos capitalistas, a jornada de trabalho se estenderia por 24 horas – “o capital não se preocupa com a duração da vida da força de trabalho. Interessa-lhe exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em atividade. Atinge esse objetivo encurtando a duração da força de trabalho, como um agricultor voraz que consegue uma grande produção exaurindo a terra de sua fertilidade” (MARX, 2003 [1867], p.307).

O trabalho excedente não surgiu no capitalismo, mas em qualquer modo de produção em que uma determinada classe possui o monopólio dos meios de produção. Deste modo, a essência da teoria da mais-valia marxiana não consiste em afirmar a existência do excedente; ela reside em descrever os modos de extração deste excedente durante o processo de produção, de como o trabalho morto suga o trabalho vivo. Uma das formas, a mais-valia absoluta, se dá pela extensão do tempo de duração da jornada de trabalho; a outra, a mais-valia relativa, se dá pela intensificação do processo de produção, auxiliada pelo progresso técnico. Estas duas formas de extração da mais-valia não são excludentes uma da outra, e se articulam em diferentes fases do capitalismo, embora a forma relativa seja a forma de extração por excelência do capitalismo.

Enquanto a teoria clássica do salário tinha como pressuposto a pauperização absoluta, negando uma melhora efetiva do nível de vida dos trabalhadores, as novas determinações da teoria marxiana dos salários prevêem um piso e, aqui vem a novidade, um teto para além deste mínimo. O valor do salário entre o piso e o teto é, com efeito, determinado pela luta de classes entre trabalhadores e burgueses. De um lado, os trabalhadores lutam pela ampliação da fração do trabalho necessário, o que lhes daria uma maior participação na riqueza produzida; de outro, os capitalistas fazem de tudo para se apropriar de valores que excedem o necessário à reprodução da força de trabalho. Todos estão no seu direito. Como diz Marx (2003 [1867], p.273)

ocorre assim uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais e opostos, decide a força. Assim, a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como luta pela limitação da jornada de trabalho, um embate que se trava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora.

Cada classe social tem, por motivos históricos e de relações de poder, socialmente determinados, uma inserção diferenciada nas relações sociais de produção. Despossuídos dos seus meios de produção, os trabalhadores são obrigados, segundo uma coação econômica, a venderem-se como uma mercadoria, situação muito diferente do capitalista, dono do dinheiro e dos meios de produção previamente acumulados. Sendo os capitalistas donos, de direito ou de fato, de todos os fatores de produção, parece-nos óbvio que ele terá direito a uma maior porção da riqueza produzida. Produção e distribuição da riqueza nacional, no modo de produção capitalista, desta forma, estão interligadas e ganham sólida expressão científica no esquema teórico do revolucionário alemão: produção socialmente assimétrica, distribuição economicamente desproporcional, desigual em favor do capital e daqueles que o encarnam, os capitalistas.

### **III.3.3. Acumulação capitalista, pauperismo relativo e abolição do sistema assalariado**

Admitindo, e comprovando teoricamente, a possibilidade real de aumentos salariais efetivos, Marx desmonta a tese dos economistas políticos clássicos de que a luta dos trabalhadores, na constituição de organizações coletivas para reconhecimento dos seus direitos e necessidades e para transformações sociais mais profundas, não tem qualquer

efeito prático imediato, como o aumento dos salários ou a redução da jornada de trabalho. As lutas reformistas e revolucionárias dos trabalhadores no século XIX surtiram efeito e trouxeram vitórias para as classes dominadas, particularmente com a limitação da jornada de trabalho e concessões parciais de aumentos salariais.

Marx não polemizou acerca das teses do pauperismo absoluto exclusivamente com os economistas políticos. Em duas ocasiões envolveu-se em debates acalorados sobre estas teses no próprio seio do movimento operário; na primeira, em 1865, Marx pronunciou um informe que resumia suas teorias econômicas da relação entre salário e lucro; na segunda, em 1875, fez anotações à margem do programa político do Partido Social Democrata Alemão redigido antes do congresso de Gotha, demonstrando preocupação (e insatisfação exarcebada) com a defesa que os seguidores de Ferdinand Lassalle faziam da lei férrea dos salários. Estamos falando, respectivamente, dos textos *Salário, preço e lucro* (1865) e *Crítica ao Programa de Gotha* (1875).

Durante uma semana de junho de 1865, Marx leu, para seus camaradas da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), um pequeno panfleto sobre as determinações econômicas e políticas da produção e distribuição da riqueza nacional entre as diversas classes sociais. Neste período da história econômica, uma contradição do desenvolvimento econômico dos países europeus afluía plenamente: altas taxas de crescimento eram combinadas com uma onda de manifestações populares e greves sociais por aumentos salariais. Contrariando os prognósticos mais sombrios da economia política, a classe trabalhadora, por meio das suas organizações, conseguia efetivar, na prática, alguns dos seus direitos e demandas históricas, melhorando, assim, suas condições de vida.

Apesar da luta prática e cotidiana refutar a validade da teoria do pauperismo absoluto, esta, subrepticamente, se infiltrava no seio do movimento operário por meio dos seus próprios membros. O operário inglês John Weston defendeu-a no Conselho Geral da AIT, ressaltando ainda que a luta sindical por aumentos de salário seria não somente ineficaz como também prejudicial aos trabalhadores. Marx reconhece, logo nas observações preliminares de *Salário, Preço e Lucro*, a “coragem moral” do cidadão Weston mas trata de desconstruir a improbidade científica das suas afirmações. Segundo o revolucionário alemão, Weston baseia toda sua argumentação nas premissas estacionárias do desenvolvimento econômico, a saber, que o volume da produção nacional e o montante dos

salários são uma grandeza fixa e constante. No tocante ao que nos interessa – os rendimentos dos trabalhadores – Weston afirma que são determinados pela vontade arbitrária (e ávara) dos capitalistas, não sendo, portanto, regidos por lei econômica conhecida e situados exclusivamente nos seus patamares mínimos. Sem maiores explicações, Weston fecha questão com a teoria do pauperismo absoluto pelos motivos expostos.

No último quartil do século XIX, o movimento operário alemão fortaleceu-se com a fusão das duas organizações trabalhistas mais importantes da época, o Partido Operário Social-Democrata, de inspiração marxista, dirigido por Karl Liebknecht e August Bebel, e a Associação Geral dos Operários Alemães, liderada por discípulos de Lassalle. Desta fusão surgiu, no Congresso de Gotha, em junho de 1875, o Partido Socialista Operário da Alemanha.

Por ocasião da fundação do novo partido, os dirigentes operários redigiram um programa político sob inspiração lassalliana, o que Marx e Engels julgaram um retrocesso teórico e programático do movimento operário alemão. Os dois revolucionários, ao receberem cópias do programa de Gotha, colocaram-se imediatamente a redigir uma crítica pois não estavam de acordo com o conteúdo e a forma do programa. Coube a Marx a tarefa de redação da *Crítica ao Programa de Gotha*, e a fez contrariando ordens médicas de repouso, desvirtuando-se de uma tarefa mais importante, a de redação dos livros II e III de *O Capital*.

Por que Marx e Engels, afinal, declararam que “o programa não vale de nada” ou que “este nos causou, certamente, um assombro não pequeno”? As razões são diversas. A principal razão da insatisfação de Marx e Engels quanto ao programa de Gotha é a perda de autonomia da práxis revolucionária do movimento operário, organicamente atrelado à ajuda do Estado, e as concepções tática e estratégica de transição do capitalismo para o socialismo. O programa de Gotha defende enfaticamente a “ajuda do Estado”, livre e democrático, nos marcos da República burguesa, para a efetivação da superação do capitalismo rumo ao socialismo, sem nem colocar em tela o caráter classista (conservador e reacionário) do Estado alemão. Marx anota que a sociedade socialista, produto da ação autônoma dos trabalhadores, não será obra de empréstimos do Estado para criações de cooperativas industriais e agrícolas, tal qual afirma o programa, mas sim da revolução, em

que o Estado, enquanto uma máquina burocrática de dominação de classe, será somente um meio, uma ferramenta dos trabalhadores no período de transição socialista à sua fase superior – o comunismo.

Outros pontos de discórdia surgem ao longo das anotações de Marx, as quais podemos citar com relevo, o caráter sectário do programa, taxativo em nomear todas as classes sociais que não o proletariado de reacionárias, o internacionalismo abstrato contido no lema “fraternidade internacional dos povos” e o silêncio sobre a importância (e os limites) dos sindicatos na luta operária. Mas gostaríamos de destacar um deles de acordo com o nosso debate: a lei de bronze dos salários, o igualitarismo socialista e a supressão das desigualdades social e política.

Exatos dez anos após seus pronunciamentos na AIT contra as assertivas do cidadão Weston, Marx vê-se novamente compelido a retornar ao tema, pois o programa de Gotha abraça a lei de bronze dos salários, numa clara alusão aos princípios teóricos da economia política malthusiana e ricardiana. Primeiramente, os lassallianos, plagiando Goethe, substituem a expressão ‘férrea’ por ‘bronze’. Depois, ao invés de patrocinarem a luta política do movimento operário contra a totalidade das determinações básicas do sistema assalariado, a redação do programa encaminha a luta dos trabalhadores somente contra a lei de bronze do salário. Em uma carta sobre a *Crítica do Programa de Gotha*, escreve Engels (1979 [1875], p.228)

ora bem; Marx demonstrou minuciosamente no *O Capital*, que as leis que regulam o salário são muito complexas, que ora predominam umas, ora outras, segundo as circunstâncias; que, portanto, estas leis não são, de modo algum, de bronze, mas, pelo contrário, são muito plásticas, e que o problema não se pode resolver assim, em duas palavras, como acredita Lassalle.

A determinação dos níveis salariais no modo de produção capitalista não é regida nem pela vontade arbitrária dos capitalistas, tal qual defendia o cidadão Weston, nem é conformada em um patamar mínimo de subsistência, crença na qual acreditavam tanto os economistas políticos quanto os lassallianos. A defesa desta tese por parte do principal partido de massa dos trabalhadores alemães não tem unicamente rebatimentos teóricos, mas principalmente políticos: primeiro, falseia-se a realidade imprimindo-lhe um caráter natural de escassez eterna e imutável e, em segundo lugar, cria-se um descrédito da luta dos

trabalhadores por uma melhor distribuição de renda e riqueza. O resultado só pode ser desastroso para os trabalhadores, conforme assinala Marx (1979 [1875], p.218, grifos do autor):

apoiando-se precisamente nisto [na lei férrea dos salários], os economistas vêm demonstrando, há cinquenta anos e até mais, que o socialismo não pode acabar com a miséria, *determinada pela própria natureza*, mas tão somente *generalizá-la*, reparti-la por igual sobre toda a superfície da sociedade!

O socialismo científico de Marx e Engels procurou de todas as formas possíveis distanciar-se ao máximo de um ideal abstrato de igualitarismo, de uma idílica Idade de Ouro da humanidade. Suas afirmações iam em uma direção oposta. No modo de produção capitalista, dado os pressupostos (jurídicos) da propriedade privada burguesa e (históricos) da separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, um expressão do outro, a distribuição de renda e riqueza será sempre desigual em favor dos capitalistas. Não há arranjo político e econômico capaz de propiciar senão a pobreza, absoluta ou relativa, para os trabalhadores. Numa etapa de transição socialista, Marx e Engels também admitiam ser impossível o igualitarismo radical entre todos os indivíduos, com a supressão das desigualdades sociais e políticas e mesmo das diferenças entre os indivíduos da raça humana.

O que se defende nas teses do socialismo científico é a abolição das classes sociais e a redução drástica e radical das desigualdades na sociedade socialista, não sua supressão. Pequenas desigualdades ainda permaneceriam entre povos e regiões, de acordo com suas especificidades sociais e geográficas. Ou seja, o socialismo científico não propõe nem a socialização da miséria nem o igualitarismo abstrato, utópico<sup>106</sup>. Em última instância, defende o reino da liberdade e o livre desenvolvimento dos indivíduos no marco de uma sociedade comunista<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> “‘Supressão de toda desigualdade social e política’, em vez de ‘abolição de todas as diferenças de classe’, é também uma frase muito discutível. De um país para outro, de uma região para outra, até mesmo de um lugar para outro, existirá sempre uma certa desigualdade quanto às condições de vida, que poderão ser reduzidas ao mínimo, mas jamais suprimidas por completo” (ENGELS, 1979 [1875], p.230).

<sup>107</sup> “Na fase superior da sociedade comunista, (...) quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade

Entre 1840 e 1860, época na qual Marx e Engels começaram a aventurar-se no estudo da economia política e na ligação com o movimento operário europeu, a classe trabalhadora, segundo os padrões de industrialização e acumulação vigentes, sofria uma tendência de empobrecimento absoluto, o que deixou marcas profundas nas suas obras teóricas. “Os progressos eram tão escassos e ocorriam de forma tão lenta, a miséria das massas trabalhadoras permanecia tão imensa, que os socialistas da época, especialmente os socialistas revolucionários, julgavam com muito pessimismo as perspectivas de obter melhoras significativas na situação material da classe trabalhadora sob o capitalismo, tornando-se então susceptíveis a aceitar um prognóstico de ‘empobrecimento’” (ROSDOLSKY, 2001 [1967], p.255).

Não podemos negar, diante dos fatos econômicos, que há elementos de verdade na teoria do empobrecimento absoluto - “não queremos dizer que na realidade capitalista inexistam tendências de empobrecimentos; elas existem, mas é preciso saber onde buscá-las. Essas tendências manifestam-se claramente em dois casos: em primeiro lugar, temporariamente, em todos os períodos de crise; em segundo, permanentemente, nas chamadas regiões subdesenvolvidas do mundo (...)” (ROSDOLSKY, 2001 [1967], p.255).

Os elementos de verdade da teoria do empobrecimento, todavia, não configuram a totalidade dos fatos econômicos. Outros, tão ou mais importantes, que configuram o pauperismo relativo dos trabalhadores frente ao capital, também se fazem presentes, em especial os relacionados à lei geral de acumulação capitalista e à formação de uma superpopulação excedente. “Tudo o que precede indica, claramente, que Marx jamais expôs, nas suas obras de maturidade, qualquer lei da pauperização absoluta dos trabalhadores, ainda que ele considerasse sua pauperização relativa como inevitável” (MANDEL, 1980, p.154).

As condições do processo de produção capitalista estão conectadas a da reprodução. Durante o processo de trabalho, a partir do consumo da força de trabalho, temos a criação de valor. Já no processo de reprodução, temos a expansão daquele valor extraído da força de trabalho no processo de produção. Este excedente deve ser continuamente reinvestido na

---

poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades” (MARX, 1979 [1875], pp.214-15).

produção para que tenhamos uma reprodução ampliada do capital. Mas outra condição se faz necessária para que exista a acumulação capitalista.

As condições para o consumo da força de trabalho são que ela exista e esteja disponível no mercado de trabalho a qualquer momento que o capitalista queira comprá-la, de acordo com o momento dos ciclos econômicos. Ou seja, os trabalhadores devem estar separados, objetivamente, dos meios de produção, e, subjetivamente, do domínio do processo de trabalho, para não só se tornarem mercadorias a serem livremente transacionadas, mas também para serem consumidas a bel prazer do capitalista durante o processo de produção. “A conservação, a reprodução da classe trabalhadora, constitui condição necessária e permanente da reprodução do capital” (MARX, 2003 [1867], p.667).

A reprodução da classe trabalhadora, enquanto proprietária da mercadoria força de trabalho, é uma condição indispensável, e ineliminável, da produção/reprodução capitalistas, pois, como vimos, o consumo da força de trabalho é o ponto de partida efetivo da produção capitalista; sem isto, não há nenhuma possibilidade do capital produzir mais-valia, e desta ser continuamente reinvestida, gerando portanto uma reprodução ampliada do capital. Em suma, o argumento gira em torno da seguinte preposição: “a produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: de um lado, o capitalista e do outro, o assalariado” (MARX, 2003 [1867], p. 673).

Nos primeiros estágios do modo de produção capitalista, a composição orgânica do capital tinha uma divisão favorável ao capital variável em detrimento do constante, isto é, grande parte do capital era empregado para a compra de força de trabalho. Meios de produção, por assim dizer, não ocupavam uma posição de destaque no orçamento dos capitalistas. A cada ciclo de expansão dos negócios seguia-se um aumento dos trabalhadores, dada a alta participação do capital variável na composição orgânica do capital. A ampliação da acumulação capitalista demandava, desta forma, um número cada vez maior de trabalhadores disponíveis, sendo que, em muitas ocasiões, a demanda por trabalho superava sua oferta. Uma das conseqüências era o aumento dos salários. A sua elevação, estimulada pelo aumento da escala da acumulação, era motivo de reclamações por parte dos capitalistas, pois suas margens de lucro tendiam a cair no período de expansão da atividade econômica, justamente quando esperavam aumentar seus ganhos, absoluta e



relativamente. Ademais também ficavam presos a uma oferta (exógena) de força de trabalho, mercadoria esta que deveria estar sempre disponível, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade, no momento que o capital exigisse seu alistamento nos postos de trabalho. Estes dois efeitos contraditórios da acumulação capitalista não geraram somente queixas dos donos do capital, mas uma preocupação real quanto a limites objetivos e concretos à obtenção ilimitada de lucros, o que poderia ameaçar o sistema como um todo.

O ciclo econômico da indústria moderna, não obstante, não é uma via de mão única, mas um caminho sinuoso, em forma de espiral, de idas e vindas, altos e baixos. Seria errado, diante da instabilidade dos ciclos da grande indústria, supor que a acumulação capitalista estivesse sempre no momento de expansão econômica. A este seguem-se períodos de superprodução, de crise, de estagnação, de estímulo aos negócios e daí por diante. Na alta do ciclo econômico, os capitalistas demandam trabalho numa proporção por vezes maior do que sua oferta, ocasionando um aumento dos salários. Este aumento, por sua vez, desestimula a inversão da mais-valia como capital, que passa então a ser consumida como renda do capitalista. A consequência deste gasto improdutivo é retirar parte da renda nacional que seria investida na produção, o que manteria a acumulação em alta. Com a acumulação em queda, cessa aquela demanda de trabalho que proporcionava o aumento dos salários. “A elevação do preço do trabalho fica, portanto, confinada em limites que mantêm intactos os fundamentos do sistema capitalista e asseguram sua reprodução em escala crescente” (MARX, 2003 [1867], p.724).

O progresso da acumulação não pára neste estágio primitivo da composição orgânica do capital. Ele evolui, e muito, em direção ao decréscimo relativo do capital variável. Os agentes de transformação da composição orgânica do capital serão o progresso técnico e a concentração e centralização dos capitais individuais em grandes conglomerados industriais. A acumulação capitalista traz consigo, de acordo com as leis imanentes de concorrência intercapitalista e da luta de classes entre burguesia e proletariado, a tendência a revolucionar a base técnica e com isso alterar a composição orgânica do capital, aumentando relativamente o volume do capital constante. O uso, extensivo e intensivo, de máquinas e equipamentos e a utilização da ciência no processo produtivo tornam-se uma ferramenta eficaz da concorrência inter-capitalista e uma das alavancas mais poderosas da acumulação capitalista. Mas não só.

Os efeitos do investimento crescente no progresso técnico, aqui descrito como aumento relativo do capital constante, transcendem a concorrência inter-capitalista e atingem em cheio a luta de classes entre burguesia e proletariado. O decréscimo do capital variável na composição orgânica do capital significa a expulsão, temporária ou estrutural, de trabalhadores do processo de trabalho, mesmo que seu número absoluto cresça. Com a expulsão dos trabalhadores, o modo de produção capitalista cria o que Marx chamou de exército industrial de reserva<sup>108</sup>, uma população de trabalhadores excedente não em relação aos meios de subsistência, como sustentava Malthus, mas em relação aos meios de produção.

O exército industrial de reserva nada mais é do que uma das inúmeras formas que o capital encontra para rebaixar os salários dos trabalhadores e aumentar seus lucros. O que está em disputa é a apropriação dos valores excedentes, regida por inúmeras forças contraditórias, tais como: (1) aumento do capital constante, queda do capital variável, aumento da produtividade do trabalho social, aumento do desemprego, queda dos salários; (2) surgimento de novos ramos industriais, expansão da produção, queda do desemprego, aumento dos salários, criação de novas necessidades.

Apesar da organização coletiva dos trabalhadores atuar no sentido de aumentar os seus ganhos, outros fatores objetivos concorrem para que o salário médio caía, como o progresso técnico, a proletarização da população em geral e a concorrência econômica entre trabalhadores empregados e os alistados involuntariamente no exército industrial de reserva. Daí aquela complexidade a qual se referiu Engels. “Os movimentos reais dos salários não são, pois, mais determinados por leis mecânicas e simples, mas dependentes da interação dialética desse duplo efeito da acumulação do capital sobre o valor da força de trabalho” (MANDEL, 1980, p.149). A resultante das forças contraditórias é, todavia, a desigualdade social, a acumulação de miséria num pólo e de riqueza no outro. Como diz Marx (2003 [1867], pp.743-44), o jogo é jogado com dados viciados, onde o capital sempre ganha<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> “(...) a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 2003 [1867], p.733).

<sup>109</sup> “Essas breves indicações bastarão para demonstrar, precisamente, que o próprio desenvolvimento da indústria moderna contribui por força para inclinar cada vez mais a balança a favor do capitalista contra o operário e que, em consequência disso, a tendência geral da produção capitalista não é para elevar o nível

Mandel (1980, p.154) observa que, “para Marx, o essencial era pôr em evidência a pauperização relativa do proletariado, o fato de que, mesmo quando os seus salários aumentam, aumentam bem menos do que as riquezas do *Capital*”. O destaque da teoria marxiana dos salários não está focado na baixa absoluta do valor da força de trabalho mas, essencialmente, na categoria de ‘salário relativo’<sup>110</sup>, na perda de poder de compra dos salários vis-à-vis a mais-valia dos capitalistas<sup>111</sup>.

Ao renegar a teoria do pauperismo absoluto, Marx revê posições da sua produção teórica da juventude e admite a hipótese dos trabalhadores, seja através das flutuações dos ciclos econômicos, seja através da luta parcial dos sindicatos, conseguirem aumentos absolutos dos salários. Mas, se comparados aos aumentos da riqueza nacional e da renda dos capitalistas, a tendência geral é que os trabalhadores fiquem mais pobres, pois se apropriam de pequenas parcelas da riqueza produzida por eles próprios. Ironia da história? Marx (2003 [1867], p.748) descarta esta hipótese explicativa do pauperismo das classes dominadas e sentencia a lei geral da acumulação capitalista, um mecanismo social capaz de ser desvelado pela razão científica:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* (grifo do autor)

---

médio normal do salário, mas, ao contrário, para fazê-lo baixar, empurrando o *valor do trabalho* mais ou menos até seu *limite mínimo*” (MARX, 1982 [1865], p.184, grifos do autor).

<sup>110</sup> A categoria salário relativo aparece na obra marxiana já em 1847, quando o revolucionário alemão fez algumas palestras para a Associação dos Operários Alemães em Bruxelas, posteriormente publicadas na forma de livreto – *Trabalho Assalariado e Capital*. A importância desta categoria foi descoberta por Marx a partir da leitura dos textos de David Ricardo. “Um dos grandes méritos de Ricardo é ter examinado, fixado como categoria, o salário relativo ou proporcional. Até então, o salário sempre fora considerado algo simples, e o trabalhador, em conseqüência, um animal” (MARX, 1980 [1862-63], p.850).

<sup>111</sup> No quarto volume de *O Capital*, intitulado na edição brasileira de *Teorias da Mais-Valia*, Marx (1980 [1862-63], p.850) anota que “a posição recíproca das classes depende mais dos salários relativos que do montante absoluto dos salários”.

A crítica marxiana da economia política chega, finalmente, numa encruzilhada, que na verdade é uma encruzilhada vivenciada pela classe trabalhadora no modo de produção capitalista. Todas as forças econômicas capitalistas tendem, sem prevermos nenhuma trajetória mecanicista, a rebaixar, absoluta e/ou relativamente, os salários dos trabalhadores. Mas, de acordo com suas lutas parciais, de tipo sindical, os trabalhadores conseguem determinadas melhorias no seu padrão de vida. Tais melhorias, entretanto, não significam, como aponta Marx (2003 [1867], p.748), o fim da alienação, da exploração e da subsunção do trabalhador frente ao capital.

todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho, transformado em tormento, tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho, na medida em que a este se incorpora a ciência, como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital.

Enquanto muitos se perderiam nesta encruzilhada, ou hesitariam em continuar sua viagem, recuando por questões de ordem ideológica e classista, Marx não titubeia em cruzá-la. Das proposições teóricas da sua teoria dos salários e da acumulação capitalista, retira uma tomada de posição política: a “questão social” não tem solução possível nos marcos do capitalismo. Somente a abolição do sistema assalariado, com a revolução socialista, pode abolir as classes, acabar com a pobreza, reduzir radicalmente as desigualdades sociais e instaurar o reino da abundância, da liberdade. Segundo Rosdolsky (2001 [1967], p.247),

A teoria econômica do próprio Marx desembocava na descoberta de que o sistema do trabalho assalariado era, no fundo, ‘um sistema de escravidão, uma escravidão que se torna mais dura na medida em que se desenvolvem as forças produtivas sociais do trabalho, sem que tenha importância se o trabalhador recebe pagamento melhor ou pior’ [Marx em *Crítica ao Programa de Gotha*]. Os vícios desse sistema só podem ser eliminados suprimindo-se o próprio trabalho assalariado.

Esta afirmação pode soar um tanto quanto imparcial na pena de um marxista; por isso citamos a economista keynesiana Joan Robinson (1979 [1962], p.35), que chega às mesmas conclusões do exegeta ucraniano:

Ideologicamente, é um veneno muito mais poderoso do que um ataque direto contra a injustiça. O sistema não é injusto no interior das suas regras. Por essa mesma razão, a reforma é impossível; não há outra saída senão derrubar o próprio sistema.

#### IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As revoluções burguesas da Inglaterra, Estados Unidos e França encarregaram-se de ampliar direitos civis e políticos, enterrando os privilégios feudais, as corporações e os estamentos. A ordem capitalista, resultado do trabalho “livre” e assalariado, da propriedade privada, do despotismo fabril, do Estado classista e da divisão internacional do trabalho, criou uma nova ordem social hierárquica baseada na riqueza, na apropriação privada do trabalho social alheio. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade ficaram restritos ao lema de antigos revolucionários franceses. A burguesia, uma vez estabelecida no poder, tratou de abandonar suas antigas palavras de ordem para colocar em prática um regime de opressão de muitos e privilégios para poucos, de exploração das massas e estabilidade social das elites.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels afirmavam que as contradições do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção capitalistas levariam a sociedade à divisão em duas classes bem distintas, com dois pólos opostos que se atraem e se distanciam ao mesmo tempo: a burguesia e o proletariado. Paulatinamente, as diferenças entre as duas classes se acentuariam a tal ponto que estratos médios da sociedade virtualmente desapareceriam. A luta de classe assumiria, desta forma, uma feição de guerra civil, declarada entre dois extremos bem definidos: uma pequena franja rica da sociedade e uma massa de miseráveis e depauperados, caracterizando o que muitos chamam de “questão social”: a exploração do trabalho assalariado pelo capital e a resistência política dos trabalhadores aos efeitos múltiplos desta exploração econômica.

A bipolarização na estrutura de classes no capitalismo não ocorreu como uma tendência de longo prazo, e a formação de estratos médios da sociedade foi a tônica do século XX no sistema capitalista, em particular nos países centrais. A partir da extração relativa de mais-valia, a acumulação capitalista não se fez mais pelo empobrecimento geral das camadas populares, mas sim pelo aumento simultâneo da renda do trabalho e do capital, a saber, salário e lucro/juro/renda da terra, com clara vantagem para o capital. A divisão de classes ficou cada vez mais complexa, aumentando a autonomia e a especificidade dos vários estratos sociais.

Ao longo dos séculos XIX e XX, a classe operária conquistou importantes avanços na socialização da política – conquista do sufrágio universal e dos direitos sociais, criação

de sindicatos e partidos operários de massa – e a luta de classes deixou de ser um terreno de guerra civil, para assumir novas formas, abertas e arditosas, explosivas e misteriosas. “Em tais condições, a luta de classes não desaparece, mas as formas pelas quais ela se realiza vão deixando de ser imediatas e diretas, vão se tornando indiretas, sinuosas, passando por mediações cada vez mais delicadas: passam por conflitos deslocados do campo das contraposições nítidas e explícitas para o campo das manobras hábeis e sutis” (KONDER, 1992, p.134).

Ao contrário do que Marx e Engels escreveram na iminência das revoluções em meados do século XIX, o capitalismo permaneceu vivo e pujante diante dos seus coveiros. Sua morte foi anunciada em altos brados por diversos teóricos e revolucionários socialistas, mas o corpo social capitalista teimou em não morrer, e pior, passou a se revolucionar a cada instante, a se reproduzir incessantemente por todo o globo terrestre, como podemos ver hoje no século XXI.

O capitalismo do *laissez-faire* deu vez ao capitalismo monopolista de Estado. A oferta de serviços públicos de qualidade (saúde, educação, habitação, transportes), a democratização da política, o rápido crescimento econômico e o pleno emprego, o sistema tributário progressivo e a relativa estabilidade ocupacional das classes subalternas eram, diziam alguns notáveis, como John Kenneth Galbraith, fatos incontestáveis do fim da exploração capitalista, das classes sociais e do Estado opressor e coercitivo.

Estas transformações do modo de produção capitalista refletiram-se na teoria social. Influentes estudiosos, auto-intitulados como a vanguarda intelectual, proclamavam (e ainda proclamam) o fim da sociedade capitalista tal qual a conhecíamos. O “fim das ideologias”, a “sociedade pós-capitalista”, a “sociedade afluyente” foram nomes e termos cunhados para designar o fim da velha estrutura de classes do capitalismo. Os principais derrotados nesta batalha ideológica teriam sido os antiquados pensadores alemães Marx e Engels. O capitalismo não era mais aquele. As estruturas política, social e econômica das nações do centro não mais comportavam a guerra civil de classes. O conflito e a luta de classes teriam dado lugar à harmonia social e ao entendimento dos grupos sociais em torno da união do Estado do Bem-Estar Social.

A redução dos índices de desigualdade econômica e da má distribuição de renda, o aumento da classe média e o aburguesamento da classe operária eram fatos sociais não

previstos na teoria marxista e, por isso, falseadores da mesma. A classe trabalhadora abandonava suas preocupações quanto à opressão do mundo do trabalho pelas horas livres de lazer e o consumo afluente de bens. A ação coletiva contra o sistema capitalista era substituída pelo desejo individual de promoção do bem-estar da família e da realização pessoal (WESTERGAARD, 1982). Em linhas gerais, o processo pode ser assim resumido:

“queda das desigualdades econômicas e educacionais, enfraquecimento das fronteiras sociais em termos de acesso ao consumo e às referências culturais, mas também elevação da mobilidade; menor estruturação das classes em grupos distintos, discerníveis, identificáveis e opostos; menor potencial de conflitos das classes e consciência de classe enfraquecida. Frequentemente, o esquema geral é uma linha causal simples que vai de uma redução das desigualdades econômicas até a da consciência de classe” (CHAVEL, 2002, p.59).

Os pensadores alemães conseguiram recriar, no plano teórico, a essência ontológica e as formas históricas do capitalismo do século XIX. A desigualdade social advinda do mundo do trabalho e da exploração capitalista, a organização política da classe proletária e sua luta aberta e hostil contra a classe burguesa e o Estado moderno como comitê executivo da burguesia foram retratos fiéis e verdadeiros da sua época. Mas a pintura realista do capitalismo do *laissez-faire* feita por Marx e Engels tornou-se uma tela impressionista do capitalismo monopolista de Estado. A história, impulsionada pela luta de classes, tratou de reconfigurar o quadro marxista.

Mas, o que nos perguntamos é: até que ponto ocorreu tal reconfiguração? Diante do novo estado de coisas, será que as teorias do fim das classes sociais, da polarização e do acirramento dos conflitos sociais se sustentam intactas, ou apenas como retóricas legitimadoras do capitalismo? A essência do capital mudou radicalmente a ponto de abandonarmos o conceito de classe social segundo as formulações de Marx e Engels<sup>112</sup>? Será o fim do materialismo histórico, que busca explicar a história humana através da luta

---

<sup>112</sup> Tom Bottomore (1968) fez um exame crítico e histórico da teoria marxista das classes sociais. Diz o autor que nenhuma outra teoria sobre estratificação social, de Weber a Pareto, passando por Ossowski, Mosca e Dahrendorf deram-nos um instrumental científico capaz de abarcar a totalidade do modo de produção capitalista do século XX e analisar os impactos das transformações sociais, políticas e econômicas sob a objetividade alcançada por Marx. Algumas críticas pontuais ao (inacabado) edifício teórico marxiano são pertinentes e não podem ser excluídas *a priori* pelos marxistas. Entretanto, as determinações lógicas e essenciais das classes sociais reconstruídas pela teoria marxiana continuam, em boa medida, válidas, fato este comprovado por estudos empíricos citados pelo autor.



de classes? A “questão social”, originária da exploração do trabalho assalariado pelo capital, foi superada por uma nova?

As teorias do fim das classes sociais estiveram assentadas em estudos empíricos da época de ouro do capitalismo, os chamados Trinta Anos Gloriosos (1945-75). Mas e agora, com as crises da dívida externa do Terceiro Mundo nos anos 1980, o neoliberalismo nos anos 1990 e primeiros anos do século XXI, a precarização, terceirização e desagregação do mundo do trabalho, como ficam tais teorias? Marx e Engels estariam reabilitados diante da crescente pobreza mundial, da desigualdade entre povos, nações e classes?

O aparecimento do desemprego estrutural e de desigualdades sociais no centro do sistema global capitalista – a tríade Estados Unidos, União Européia e Japão – faz com que autores, numa visão eurocêntrica, falem em nova “questão social”. Mas nova para quem? Miséria, pobreza sempre foram, e continuam sendo uma realidade constante na periferia do mercado mundial. Nossa conclusão sobre o debate de antigas e novas “questões sociais” é bem sintetizada por Alejandra Pastorini (2004, pp.14-15):

“A “questão social” contemporânea nas sociedades capitalistas mantém a característica de ser uma expressão concreta das contradições e antagonismos presentes nas relações entre classes, e entre estas e o Estado. As relações capital-trabalho, no entanto, não são invariáveis, como tampouco o é a forma de organização do capital e do trabalho: por isso, concordamos com a idéia de que existem novidades nas manifestações imediatas da “questão social”, o que é bem diferente de afirmar que a “questão social” é outra, já que isso pressuporia afirmar que a “questão social” anterior foi resolvida e/ou superada”.

A ênfase no “novo” leva a desconsideração da conservação de antigos elementos da “questão social”, perdendo-se a processualidade do real. No desenvolvimento do modo de produção capitalista, é lícito supor que diversas manifestações da “questão social” surjam nas diferentes fases do capitalismo, assim como aparecem diferentes políticas de intervenção associadas às manifestações da “questão social”; não podemos, entretanto, esquecer que antigas formas de tratamento ainda persistem, como a manutenção da ordem burguesa por intermédio do controle e repressão do movimento operário e atendimentos das necessidades básicas da classe trabalhadora. E não só. A crescente desigualdade revelou, mais uma vez, a natureza essencialmente desigual do capitalismo; a lógica imanente do capital, produtora de pobreza e desigualdade, ainda permanece ativa, assim como a íntima

relação entre a pobreza e as desigualdades sócio-econômicas e a propriedade privada burguesa. Enquanto tais elementos persistirem, não podemos afirmar que a “questão social” originária do capitalismo foi superada por uma nova. Em suma, a lei geral da acumulação capitalista continua, sob o ditame de novas configurações históricas, a operar a lógica da produção de riqueza num pólo e de pobreza no outro, aumentando ainda mais as desigualdades entre as classes sociais.

A crítica da economia política é a expressão teórica do amadurecimento político da classe operária, dos anos de estudo de Karl Marx, da colaboração fraterna, intelectual e material, de Friedrich Engels e, por último, mas não menos importante, das mudanças nas formas de exploração do trabalho assalariado pelo capital, que podem ser representadas nas múltiplas combinações de extração absoluta e relativa de valor excedente no processo de produção. “Somente com o conhecimento rigoroso do ‘processo de produção do capital’ Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da “questão social”, consistente em um complexo problemático muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como pauperismo” (NETTO, 2001: 157).

Da crítica da economia política poderíamos extrair inúmeras conclusões sobre a “questão social”, como fizemos ao longo do nosso texto, mas, para concluirmos, ressaltaremos uma delas, que nos parece deveras importante: a conexão entre produção e distribuição. Os economistas políticos clássicos persistiram no erro de naturalizar a produção e de historicizar as leis de distribuição, como se somente estas pudessem ser alteradas.

“Segundo [John Stuart Mill], os fenômenos da produção estão subordinados às leis naturais, caracterizadas por um determinismo que não pode ser modificado pelo homem. A repartição, entretanto, pode ser objeto da legislação humana e esta pode promover uma melhor conciliação do interesse geral com os interesses privados. A essência do capitalismo não aparece nesta visão política como exploração, mas como má-repartição da renda e da riqueza, como diferença que o reformismo pode modificar” (PRADO, 2005, p.130).

David Ricardo foi ao extremo e alterou o foco de estudos da economia política da produção para a distribuição. Diz o economista britânico: “determinar as leis que regulam essa distribuição é a principal questão da Economia Política: embora esta ciência tenha

progredido muito com as obras de Turgot, Stuart, Smith, Say, Sismondi e outros, eles trouxeram muito pouca informação satisfatória a respeito da trajetória natural da renda, do lucro e do salário” (RICARDO, 1996 [1817], p.18).

A distribuição da renda e da riqueza de uma economia nacional está atrelada, na concepção teórica marxista, ao modo de produzir, à forma pela qual os produtos são criados pelo trabalho coletivo dos proletários<sup>113</sup>. Em uma palavra: a luta pelo fim do pauperismo e das desigualdades sociais não deve se resumir somente às esferas da distribuição e da circulação, sendo ineficaz caso não contemple mudanças radicais na esfera da produção e, portanto, na propriedade privada dos meios de produção. “O socialismo vulgar (e através dele uma parte da democracia) aprendeu com os economistas burgueses a considerar e tratar a distribuição como algo independente do modo de produção, e, portanto, a expor o socialismo como uma doutrina que gira principalmente em torno da distribuição” (MARX, 1979 [1875], p.215).

Por diversas vezes, Marx alerta-nos sobre o erro de reduzir o socialismo a uma doutrina teórico-política da igualdade distributiva. Na *Miséria da Filosofia*, o autor escreve: “(...) vemos, na história da sociedade, o modo de troca dos produtos ser regulado pelo modo da sua produção. A troca individual corresponde, ela também, a um modo de produção determinado que, por sua vez, responde ao antagonismo entre as classes. Não há troca individual, pois, sem o antagonismo entre classes” (MARX, 1985 [1847]: 79). Na *Crítica ao Programa de Gotha* o problema é abordado de uma forma muito similar: “A distribuição dos meios de consumo é, em cada momento, um corolário da distribuição das próprias condições de produção. E esta é uma característica do modo mesmo de produção” (MARX, 1979 [1875], p.215).

Se sairmos do círculo da economia política, pelo qual nos guiamos por boa parte da pesquisa, para o da filosofia política, poderemos aprender uma importante lição para os dias atuais. Desde Thomas Morus, passando pelas obras de John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Graco Babeuf, G.W.F. Hegel, até chegarmos aos textos de Marx e Engels, a filosofia política clássica relaciona, de uma forma ou de outra, as desigualdades sócio-econômicas com a propriedade privada e o reino da produção. Cada autor, ao seu tempo e espaço, fez

---

<sup>113</sup> Produção e distribuição, assim como consumo e circulação, formam partes indissociáveis de uma totalidade econômica una e coesa. Cf. MARX (1982) [1857] e LUKÁCS (1979).

esta correlação: enquanto Locke (*op. cit.*) justificava a apropriação do trabalho alheio e a propriedade privada como um direito inalienável do homem, Rousseau<sup>114</sup> (2002 [1753]) propunha a distribuição igualitária dos meios de produção e Babeuf, na esteira do pensador genebrino, radicaliza, propondo a abolição da propriedade privada<sup>115</sup>; enquanto Morus (2003 [1516]) defendia a abolição dos cercamentos e da propriedade privada, sem condenar o escravismo, Hegel via como inevitável a continuidade das desigualdades sociais na sociedade civil burguesa mas via, simultaneamente, a possibilidade de realização (subjativa) da liberdade humana no meio daquelas desigualdades.

Marx, em particular, conseguiu captar com muita riqueza e propriedade o movimento histórico de nascimento do capitalismo, deixando-nos, como diz Lênin, não a Lógica do Espírito, mas sim a lógica do capital. A desigualdade social, a miséria e a fome criadas pelo capital eram resultado da divisão de classes da sociedade civil burguesa. As hierarquias sociais do capitalismo não eram determinadas por uma ordem natural ou transcendental ao ser humano, e sim por um processo histórico e social de relações entre classes.

Marx e Engels foram os primeiros pensadores a estabelecer ligações científicas entre classes e relações sociais de produção capitalista, e os únicos, na sua época, a extrair as últimas conseqüências desta afirmação: o primeiro passo para o fim das desigualdades sociais e das classes dar-se-ia pela abolição da propriedade privada dos meios de produção, da exploração capitalista e da alienação do trabalho e do fim da rígida divisão social do trabalho que compartimentaliza o trabalhador e o indivíduo humano.

---

<sup>114</sup> No seu ensaio *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, o pensador genebrino se opõe frontalmente ao contrato liberal na sua matriz lockeana. Enquanto o pensador inglês defende a idéia do contrato como garantia legal da propriedade privada, Rousseau denuncia o seu caráter gerador de desigualdades, fundadas justamente na propriedade privada, na divisão do trabalho e no conflito de interesses. “Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis que criaram novas peias para o fraco e novas forças para o rico, destruíram sem possibilidade de retorno a liberdade natural, fixaram para sempre a ordem da propriedade e da desigualdade, que, de uma astuciosa usurpação, fizeram o direito irrevogável, e, para proveito de alguns ambiciosos, sujeitaram, daí por diante, todo o gênero humano ao trabalho, à servidão, à miséria” (ROUSSEAU, 2002 [1753], p.190).

<sup>115</sup> Ao analisar a sociedade francesa da sua época, Babeuf conclui que a base do edifício social é por demais frágil para sustentar as fundações de uma nova sociedade que seria erigida para realizar a felicidade geral. Logo, era preciso demolir o atual edifício – o capitalismo – e remover seus entulhos, abrindo espaço para a construção de uma nova base material, assentada no fim da propriedade privada e no trabalho solidário e cooperativo. É a partir da fraternidade produtiva dos trabalhadores que Babeuf concebe as fundações do comunismo (Cf. Molon, 2002).

Ao examinarmos a gênese histórica da origem do capitalismo e da “questão social”, tínhamos a pretensão de ir além do debate *strictu sensu* em torno da propriedade, embora, como tentamos demonstrar ao longo do trabalho, a instituição da propriedade privada burguesa está intimamente ligada à pobreza e desigualdade social gerada pela acumulação capitalista<sup>116</sup>, e somente sua abolição, e não a sua repartição igualitária, pode levar à diminuição extrema da desigualdade entre as classes.

Com efeito, Marx e Engels apontam para o fato de que o pauperismo não é um fato tópico, isolado, um defeito pontual e provisório do sistema capitalista; ele é, antes de tudo, um fator essencial e ineliminável da ordem social burguesa. Sem a abolição da propriedade privada burguesa, a “questão social” não pode ser superada. Sem a abolição da propriedade privada burguesa, a luta contra o fim da pobreza e das desigualdades sociais será sempre uma luta utópica, idealista ou romântica, tal qual propunham, respectivamente, Morus, Hegel e Rousseau.

---

<sup>116</sup> “A propriedade como direito exclusivo de uma pessoa natural ou artificial a usar e dispor de coisas materiais (incluindo a terra e os recursos naturais) conduz necessariamente, em qualquer sociedade de mercado (da mais livremente competitiva à mais monopolista), a uma desigualdade de riqueza e poder que tira a muitos a possibilidade de uma vida razoavelmente humana” (MACPHERSON, 1991, pp.105-06).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABENDROTH, Wolfgang (1977). A história social do movimento trabalhista europeu. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BOBBIO, Norberto (1996). Liberalismo y democracia. 4ª reimpressão. México D.F.: Fondo de Cultura Económica.

\_\_\_ (2001). Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. 2ª edição. São Paulo: Editora Unesp.

BOTTOMORE, T. B. (1968). As classes na sociedade moderna. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

BRESCIANI, Maria Stella M. (1984). Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Tudo é história, vol.52)

CASTEL, Robert (1998). As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. 4ª edição. Petrópolis: Vozes.

CHAVEL, Louis (2002). Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. *In: Crítica Marxista*, nº 15. São Paulo: Boitempo.

COGGIOLA, Osvaldo (1991). Movimento e pensamento operários antes de Marx. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Tudo é história, nº139)

COUTINHO, Carlos (1996). Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2ª edição. São Paulo: Cortez.

\_\_\_ (1998). O lugar do *Manifesto* na evolução da teoria política marxista. *In: O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Daniel Aarão Reis Filho (org.). Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

\_\_\_ (2000). Notas sobre cidadania e modernidade. *In: Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Cortez.

\_\_\_ (2005). Triunfo da pequena política. *In: A esquerda e a crise política no governo*. Luiz Pinguelli Rosa *et al.* Rio de Janeiro: UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura. (Série Debate)

Dos SANTOS, Theotonio (1976). Concepto de clases sociales. 3ª edición. Buenos Aires: Editorial Galerna.

\_\_\_ (1998). O Manifesto Comunista e o marxismo como projeto. *In: O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Daniel Aarão Reis Filho (org.). Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

DUAYER, Mário e MEDEIROS, João Leonardo (2003). Miséria brasileira e macrofilantropia: psicografando Marx. *In: Revista de Economia Contemporânea*, volume 7, número 2. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia.

EFIMOV, GALKINE e ZUBOK (1978). As revoluções de 1848. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa. (Biblioteca básica de cultura)

ENGELS, Friedrich (1981) [1844]. Esboço de uma crítica da economia política. *In: Friedrich Engels: política*. José Paulo Netto (org.)/Florestan Fernandes (coord.). São Paulo: Ática, 1981. (Grandes Cientistas Sociais, nº17)

\_\_\_ (1974) [1845]. La situación de la clase obrera en Inglaterra. Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

\_\_\_ (1981) [1847]. Princípios do comunismo. *In: Friedrich Engels: política*. José Paulo Netto (org.)/Florestan Fernandes (coord.). São Paulo: Ática. (Grandes Cientistas Sociais, nº17)

\_\_\_ (1979) [1875]. Carta de Engels a August Babel (18/28 de março de 1875). *In: Karl Marx e Friedrich Engels. Obras Escolhidas*, volume 2. São Paulo: Alfa-ômega.

\_\_\_ (1979) [1878]. Karl Marx. *In: Karl Marx e Friedrich Engels. Obras Escolhidas*, volume 2. São Paulo: Alfa-ômega.

\_\_\_ (1979) [1885]. Contribuição à história da Liga dos Comunistas. *In: Karl Marx e Friedrich Engels. Obras Escolhidas*, volume 3. São Paulo: Alfa-ômega.

\_\_\_ (1977) [1890]. Carta a Joseph Bloch (Londres, 21 de setembro de 1890). *In: Cartas Filosóficas e outros escritos*. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Grijalbo.

FONTES, Virginia (1998). O Manifesto Comunista e o pensamento histórico. *In: O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Daniel Aarão Reis Filho (org.). Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

\_\_\_ (2005). Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto.

GOLDMANN, Lucien (1967). A reificação. *In: Dialética e cultura*. Lucien Goldman. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GORENDER, Jacob (1998). O proletariado e sua missão histórica. *In: 150 anos de Manifesto Comunista*. Jorge Almeida e Vitoria Cancelli (orgs.). São Paulo: Xamã: Secretaria Nacional de Formação Política-PT.

GRANEMANN, Sara (1999). Processos de trabalho e serviço social I. *In: Curso de capacitação em serviço social e política social*. Brasília: CEAD; UnB.

HOBBSAWN, Eric (2003) [1961]. A Era da Revolução: Europa 1789-1848. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_ (1981) [1964]. Introdução. *In*: Formações Econômicas Pré-capitalistas, de Karl Marx. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_ (2000). Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HUBERMAN, Leo (1964) [1936]. História da riqueza do homem. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

HYPOLITE, Jean (1969). Lukács y el joven Hegel. *In*: Lukács. Diversos autores. Buenos Aires: Editorial Jorge Alvarez.

IAMAMOTO, Marilda (2002). A divisão do trabalho em Marx. *In*: Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. Marilda Iamamoto. 6ª edição. São Paulo: Cortez.

\_\_\_ (2003). A questão social no capitalismo. *In*: Praia Vermelha, nº8, primeiro semestre. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de (2000). Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 13ª edição. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): Celats.

KONDER, Leandro (1983). Marx, vida e obra. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_ (1992). O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI. 2ª edição Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_ (1999). Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

\_\_\_ (2000). Os sofrimentos do “homem burguês”. São Paulo: Editora Senac (Livre pensar, nº2).

KOSIK, Karel (1976). Dialética do Concreto. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LABICA, George (1990). As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LEFEBVRE, Henri (2001). A cidade do capital. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP&A.

LÊNINE, V. I. (1977) [1902]. O que fazer? *In*: Obras escolhidas, volume 1. Lisboa: Edições Avante!.



\_\_\_ (1978) [1917]. O Estado e a revolução. In: Obras escolhidas, volume 2. Lisboa: Edições Avante!.

LOCKE, John (2002) [1690]. Segundo Tratado sobre o Governo. São Paulo: Martins Claret.

LOSURDO, Domenico (2004) Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Editora Unesp.

LÖWY, Michael (2002) [1970]. A teoria da revolução no jovem Marx. Petrópolis: Vozes.

LUKÁCS, Georg (2003) [1922]. História e consciência de classe: ensaios sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_ (1979). Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas.

MACPHERSON, Crawford Brough (1991). Ascensão e queda da justiça econômica e outros ensaios: o papel do Estado, das classes e da propriedade na democracia no século XX. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MALTHUS, Thomas Robert (1996) [1798]. Ensaio sobre a população. In: Malthus. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os economistas).

MANDEL, Ernest (1980). A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

\_\_\_ (2001) [1970]. The causes of alienation. In: The marxist theory of alienation. Ernest Mandel e George Novack. 8<sup>th</sup> edition. New York: Pathfinder.

MARCUSE, Herbert (1968) [1932]. Novas fontes para a fundamentação do materialismo histórico (interpretação dos recém-publicados manuscritos de Marx). In: Materialismo histórico e existência. Herbert Marcuse. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

\_\_\_ (1978). Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MARTIN, André (1996). Marxismo e a questão urbana. In: Marx e Engels na História. Osvaldo Coggiola (org.). São Paulo: Xamã. (Série eventos).

MARX, Karl (2002) [1843]. A questão judaica. In: A questão judaica. Karl Marx. 4ª edição. São Paulo: Centauro.

\_\_\_ (2002) [1843]. Introdução a crítica da filosofia do direito de Hegel. In: A questão judaica. Karl Marx. 4ª edição. São Paulo: Centauro.

\_\_\_ (1995) [1844] Glosas críticas marginais ao artigo O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano. *In*: Práxis, nº5, out-dez. Belo Horizonte: Projeto Joaquim.

\_\_\_ (2004) [1844]. Manuscritos econômicos-filosóficos. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_ (1998) [1845]. Teses sobre Feuerbach. *In*: A Ideologia Alemã. Karl Marx e Friedrich Engels. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_ (1985) [1847]. A miséria da filosofia. 2ª edição. São Paulo: Global.

\_\_\_ (1979) [1849]. Trabalho assalariado e capital. *In*: Obras Escolhidas de Marx e Engels, volume 1. São Paulo: Alfa-ômega.

\_\_\_ (1979) [1850]. As lutas de classe na França entre 1848 e 1850. *In*: Obras Escolhidas de Marx e Engels, volume 1. São Paulo: Alfa-ômega.

\_\_\_ (1978) [1852]. O 18 Brumário. *In*: O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Karl Marx. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_ (1982) [1857] Introdução [à Crítica da Economia Política]. *In*: Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes. Karl Marx. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os economistas).

\_\_\_ (1974) [1857-58] Elementos fundamentales para la crítica de la economia política (borrador) 1857-1858. Volúmenes 1 e 2. 4ª edición. Buenos Aires: Siglo XXI.

\_\_\_ (1979) [1859]. Prefácio [à Contribuição à crítica da economia política]. *In*: Karl Marx e Friedrich Engels. Obra Escolhidas, volume 1. São Paulo: Alfa-ômega.

\_\_\_ (1980) [1862-63]. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (livro 4 de “O Capital”). Volume II. São Paulo: Difel.

\_\_\_ (1985) [1863-66]. Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes.

\_\_\_ (1979) [1864]. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. *In*: Obras Escolhidas de Marx e Engels, volume 1. São Paulo: Alfa-ômega.

\_\_\_ (1982) [1865]. Salário, preço e lucro. *In*: Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes. Karl Marx. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os economistas).

\_\_\_ (2003) [1867]. O Capital: crítica da economia política. Livro I, volumes 1 e 2. O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_ (1979) [1875]. Crítica ao programa de Gotha. *In*: Obras Escolhidas de Marx e Engels, volume 1. São Paulo: Alfa-ômega.

\_\_\_ (1974) [1894]. O Capital: crítica da economia política, livro III, volume 6. O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (2003) [1845]. A Sagrada Família ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes. São Paulo: Boitempo.

\_\_\_ (1998) [1846]. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_ (1998) [1848]. O Manifesto Comunista. *In*: O Manifesto Comunista 150 anos depois. Daniel Aarão Reis Filho (org.). Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

MÉSZÁROS, István (1981) [1970]. Marx: a teoria da alienação. Rio de Janeiro: Zahar.

MIGLIOLI, Jorge (1998). Manifesto Comunista, Burguesia e Revolução. *In*: Ensaios sobre o Manifesto Comunista: a atualidade de um texto de 150 anos. Caio Navarro de Toledo (org.). São Paulo: Xamã.

MOLON, Alessandro Lucciola (2002). Graco Babeuf: o pioneiro do socialismo moderno. Rio de Janeiro: EdUERJ.

MOORE Jr., Barrington (1983). As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes.

MORUS, Tomás (2003) [1516]. A Utopia, ou o tratado da melhor forma de governo. Porto Alegre: L&PM.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Filho (2004). Desenvolvimento capitalista e “questão social”: notas para debate. *In*: Praia Vermelha, nº10, primeiro semestre. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social.

NETTO, José Paulo (1981). Capitalismo e reificação. São Paulo: Ciências Humanas.

\_\_\_ (2001). Capitalismo monopolista e serviço social. 3ª edição ampliada. São Paulo: Cortez.

\_\_\_ (2004). Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo: Cortez.

NICOLAUS, Martin (2003). Marx e o desconhecido. *In*: Marx e o socialismo. César Benjamin (org.). São Paulo: Expressão Popular.

OIT (2006). Global Employment Trends: brief. *In*: <http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/stratprod.htm>. Acesso em 25 de fevereiro de 2006.

PASTORINI, Alejandra (2004). A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da nossa época, nº 109)

POLANYI, Karl (2000) [1942]. A grande transformação: as origens da nossa época. 9ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier.

PRADO, Eleutério (2005). Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã. (Coleção Labirintos do Trabalho)

REIS FILHO, Daniel Aarão (1998). O Manifesto e a revolução de 1848. *In*: O Manifesto Comunista 150 anos depois. Daniel Aarão Reis Filho (org.). Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

RICARDO, David (1996) [1817]. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Nova Cultura.

ROBINSON, Joan (1979) [1962]. Filosofia econômica. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

ROMERO, Daniel (2005). Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular. (Coleção Trabalho e Emancipação)

ROSANVALLON, Pierre (1998). A nova questão social. Brasília: Instituto Teotônio Vilela. (Coleção Pensamento Social-Democrata)

ROSDOLSKY, Roman (2001) [1967]. Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx. Rio de Janeiro: EDUERJ; Rio de Janeiro: Contraponto.

ROUSSEAU, Jean-Jacques (2002) [1753]. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. *In*: O contrato social e outros escritos. 14ª edição. São Paulo: Cultrix.

RUBIN, Isaak Illich (1980). A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense.

RUDÉ, George (1991) [1964]. A multidão na história: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus.

TAUILE, José Ricardo (2001). Para (re)construir o Brasil contemporâneo: trabalho, tecnologia e acumulação. Rio de Janeiro: Contraponto.

TEIXEIRA, Aloísio (1999). Marx e a economia política: a crítica como conceito. Rio de Janeiro, Mimeo.

\_\_\_ (2002). Introdução (da parte I). *In*: Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época. Aloísio Teixeira (org.). Rio de Janeiro: Record.

TEXIER, Jacques (2005). Revolução e democracia em Marx e Engels. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

THOMPSON, E.P. (2004) [1963]. A formação da classe operária. Volume 1: a árvore da liberdade. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

TONET, Ivo (1995). Marx e a política: prefácio ao *Glosas críticas...* de Marx. *In: Práxis*, nº5, out-dez. Belo Horizonte: Projeto Joaquim.

VASAPOLLO, Luciano (2005). O trabalho atípico e a precariedade. São Paulo: Expressão Popular. (Coleção Trabalho e Emancipação, nº7)

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez (1986) [1967]. Filosofia da práxis. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WESTGAARD, J. H. (1982). Sociologia: o mito da ausência de classe. *In: Ideologia na Ciência Social: ensaios críticos sobre a teoria social*. Robin Blackburn (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

WOOD, Ellen Meiksins (2001). A origem do capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.